

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**JOSÉ DOMINGOS CANTANHEDE SILVA**

***Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas Comunidades  
Quilombolas***

São Luis – MA  
Agosto/2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**JOSÉ DOMINGOS CANTANHEDE SILVA**



***Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas Comunidades  
Quilombolas***

São Luis – MA  
Agosto/2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**JOSÉ DOMINGOS CANTANHEDE SILVA**

***Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas  
Comunidades Quilombolas***

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal do Maranhão para obtenção do título  
de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Elizabeth Maria  
Beserra Coelho.

**JOSÉ DOMINGOS CANTANHEDE SILVA**

*Pobreza e Desenvolvimento: O PCPR nas  
Comunidades Quilombolas*

Dissertação apresentada à Universidade  
Federal do Maranhão para obtenção do  
título de Mestre em Políticas Públicas.

Aprovado em \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2005

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho  
-Orientadora-

---

Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva

---

Prof. Dr. Horário Antunes de Sant'Ana Junior

Lista de Siglas

Agradecimentos

1. Razões e Perspectivas do Estudo.....	19
2. PCPR: uma construção do Maranhão do “Novo Tempo?”.....	24
2.1 O Maranhão definido como pobre: o <i>locus</i> do PCPR .....	29
2.2 PCPR: cartão de visita do governo do Maranhão.....	45
3.O PCPR na Filipa: .....	48
3.1 Filipa, comunidade negra, assentamento, comunidade quilombola: movimentos de Identificação .....	48
3.2 Filipa: Comunidade negra rural quilombola.....	59
3.3 Filipa: uma área de assentamento?.....	73
3.4 Filipa: uma comunidade pobre?.....	78
3.5 “Pobreza Rural” em questão.....	83
3.6 Da Filipa para o Mundo .....	110
3.7 Filipa: comunidade isolada? .....	120
4. À Guisa de Considerações Finais.....	125

Bibliografia

Anexos

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Maranhão.

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BIRD – Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CAF – Casa da Agricultura Familiar

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura

CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão

CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais

CBPN – Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as).

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETAEMA – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão

GEPLAN – Gerencia de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão

GT – Grupo de Trabalho

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IICA – Instituto de Latino-Americano de Cooperação para a Agricultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MIRID – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

MIS – Monitoring Information System

NEPE – Núcleo de Programas Especiais

ONG – Organização Não-Governamental

P.A – Projeto de Assentamento  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNB – Produto Nacional Bruto  
PCPR – Projeto de Combate à Pobreza Rural  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária  
PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.  
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PNB – Produto Nacional Bruto  
PPGPP – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas  
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais  
SEAGRO – Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural  
SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UFBA – Universidade Federal da Bahia



## AGRADECIMENTOS

---

*“A escrita não é apenas um empreendimento solitário, sobretudo quando se desdobra no tempo. Meu percurso cruzou muitos outros itinerários, e contraí múltiplas dívidas. Não conseguiria nomear a todas. [...]”*

Robert Castel

Chegar este momento é sem dúvida gratificante, é também um momento de agradecimentos e reflexão sobre a minha trajetória acadêmica e profissional.

Este trabalho não resulta exclusivamente da minha passagem pelo PPGPP - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Ele tem a marca da minha trajetória profissional como Técnico Agrícola e Sociólogo engajado na assessoria aos agricultores e agricultoras, às quebradeiras de coco babaçu, aos chamados assentados e assentadas; do pertencimento a uma família de agricultores e agricultoras; da minha convivência no internato na Escola Agrotécnica Federal de São Luís e da minha vida acadêmica no Curso de Ciências Sociais da UFMA - Universidade Federal do Maranhão. Portanto, buscarei, através de alguns fatos e pessoas lembrar todos estes momentos que, em parte, constituem a minha história de vida.

Dentre as várias identidades acionadas por mim, encontra-se a de icatuense e como tal, devoto de Nossa Senhora da Conceição. Sim, mesmo sem acionar a identidade de católico, incluo-me dentre as centenas de pessoas nascidas em Icatu que são devotas de desta santa. A ela meus agradecimentos pelas graças recebidas.

À minha querida mãe, a quem nunca vou cansar de agradecer pelo esforço empreendido no sentido de me trazer até aqui. Lembro-me sempre do seu esforço para manter-me em São Luís, no internato da Escola Agrotécnica Federal,

proporcionando-me a oportunidade de concluir o curso de técnico agrícola. Através deste curso consegui adentrar em outros espaços e chegar hoje aqui, para realizar um dos ritos de passagem para outra categoria social, a dos mestres.

Ao meu pai, hoje com 87 anos, homem simples, porém reconhecido e respeitado por adultos, jovens e crianças icatuenses. Chama atenção sua popularidade junto a todos os segmentos da sociedade icatuense. Todos lhes respeitam como um homem ilustre daquela terra, sobretudo pela seriedade e honestidade que empresta a tudo que faz. Gostaria, honestamente, de lograr tanto prestígio. Às vezes fico pensando como seria se tivesse freqüentado as escolas, como era o seu sonho, pois ele foi obrigado a deixar a escola para trabalhar, desde criança, para ajudar sua mãe e sustentar suas duas irmãs mais novas, principalmente porque elas gostavam, também, de estudar. Lembro-me quando íamos juntos para a roça, eu quase criança, ele contando os costumes de sua época. Somente agora admite que se freqüente uma festa trajando calça jeans ou de camisa manga curta. O fato de nunca ter consumido bebida alcoólica e cigarro me faz sentir a razão de sua longevidade, sem falar do seu amor pela vida. Não poderia deixar de fazer esta homenagem a quem tanto tem feito por mim.

Aos meus dois irmãos (Inácio e Ribamar) e minha irmã Conceição, pelo respeito e pelas contribuições que têm dado para a minha formação acadêmica. Sem o apoio moral e material deles e dela, seria mais difícil a minha jornada.

À Concita Serra a minha segunda mãe, que me adotou quando eu cheguei nesta cidade. Seu apoio e seu carinho materno foram fundamentais para que pudesse dar prosseguimento à minha carreira acadêmica e profissional.

A Vera Lúcia Costa, fiel companheira, com quem, durante o período de faculdade, dividi angústias, tristezas, alegrias e vitórias diante das adversidades que enfrentamos juntos na vida profissional. A ela, todo meu respeito e carinho.

A Gil e Expedito, companheiros da Planeja – Assessoria, Consultoria e Projetos Agrícolas Ltda., agradeço pelo incentivo e encorajamento e apoio na lida com questões agrárias.

A Silvane Magali, minha companheira de trabalho na SMDH, especialmente no Projeto Babaçu. Fomos os pioneiros na realização de trabalho de assessoria a quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão. Até então, as chamadas entidades não-governamentais priorizavam as questões da Reforma Agrária e dos assentamentos como objetos de suas ações. Através do Projeto Babaçu, elaborado sob a liderança de Marluze Pastor Santos, quando ainda era diretora da SMDH, tivemos as condições para colocar na pauta de discussão dos movimentos sociais e de algumas agências governamentais as questões relativas à extração da amêndoa do babaçu. Nesta ocasião agradeço pelas críticas e sugestões feitas ao meu projeto de dissertação apresentado nos processos seletivos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e da Ford Foundation.

À professora Elizabeth Maria Beserra Coelho, pelo incentivo e pela paciência para me ajudar a construir este trabalho. Suas orientações têm sido fundamentais para que possa compreender as relações atinentes ao campo acadêmico. As minhas participações nos eventos acadêmicos nestes últimos dois anos foram viabilizados graças ao seu incentivo e orientações na formulação dos trabalhos.

Às minhas amigas Rutiane (mestrado); Marly, Aurora e Katiane (doutorado) pela troca de apoios, carinho e palavras de encorajamento. Por intermédio delas, agradeço aos demais alunos/alunas que ingressaram no PPGPP, em 2003.

Agradeço especialmente, a Magui, Deivimar, Raimundo, Alzimara e Concita, amigos/amigas de festas, com quem eu tenho dividido muitos momentos de alegria, porque além de nos divertirmos, discutimos questões que são fundamentais para as nossas vidas. Não têm faltado entre nós os debates sobre sexualidade, política, relações familiares, racismos etc.

Aos diretores da FETAEMA e alguns funcionários, especialmente as amigas Hélica, Zelina, Conceição, pelo incentivo e troca de idéias na fase em que eu me preparava para sair desta entidade para me dedicar exclusivamente ao mestrado. Agradeço também à Neide, que muito me ajudou na organização do material relativo aos projetos financiados pelo PCPR – Projeto de Combate à Pobreza Rural.

O Programa Internacional de Bolsa de Pós-Graduação da Fundação Ford está sendo fundamental para a minha caminhada acadêmica e profissional. Através deste programa tive a oportunidade de cursar o mestrado dentro das condições desejadas, talvez, pela maioria dos alunos de pós-graduação. A fundação me proporcionou bolsa de manutenção<sup>1</sup>, livros, seguro saúde, aperfeiçoamento profissional,<sup>2</sup> equipamentos de informática e cursos de idiomas<sup>3</sup>.

A condição de bolsista internacional da Fundação Ford me permitiu a vivência acadêmica que eu não tive durante o curso de graduação. Dediquei-me exclusivamente à vida acadêmica, nos últimos dois anos, participando do Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Belo Horizonte-MG, no qual apresentei um trabalho relacionado ao objeto de estudo que deu origem a esta dissertação. Estive presente também na XXI Reunião Anual da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, que aconteceu em Caxambu-MG e na Jornada Internacional de Políticas Públicas, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, na qual apresentei um trabalho sobre o processo de “Construção do PCPR no Maranhão. Tenho trabalho aprovado no Congresso Norte/Nordeste de História Oral, no qual tratarei da participação das

---

<sup>1</sup> A fundação me proporcionou os recursos suficientes para as minhas despesas pessoais, quais sejam: alimentação, transportes, vestuário, lazer, moradia, etc.

<sup>2</sup> Utilizei os recursos destinados para o aperfeiçoamento profissional para realização da pesquisa de campo; participação na XXVIII Reunião Anual da ANPOCS, realizada no período de 26 a 30 de outubro em Caxambu - MG e no XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Este congresso ocorreu entre os dias 31 de maio e 3 junho de 2005 em Belo Horizonte - MG, no qual apresentei um trabalho intitulado: Filipa: Comunidade Negra, Comunidade Quilombola e Assentamento: movimentos de identificação.

<sup>3</sup> Ainda quando me encontrava na situação de Bolsista Eleito tive contato com o idioma francês, dando continuidade aos estudos preparatórios para a seleção de mestrado. Depois, quando assinei o contrato de Bolsista Pleno, retomei o estudo do idioma inglês.

mulheres trabalhadoras rurais no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Particpei, também, como membro da coordenação, da organização do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (CBPN), no qual coordenei um Grupo de Trabalho denominado “Territórios Negros Rurais e Urbanos”. Este GT constitui-se num espaço de reflexão teórica de uma série de pesquisas que consideramos fundamentais para a compreensão das especificidades dos diversos segmentos que se autodenominam negros e, também, para a implementação de políticas públicas que levem em consideração as especificidades desses grupos.

O III CBPN reveste-se de grande significação para os(as) negros(as), haja vista os contornos adquiridos pela questão racial no Brasil ante as discussões acerca das Políticas de Ações Afirmativas que têm sido objeto de reflexão sistemática de pesquisadores e pesquisadoras negras. Compreendo que este evento rompe com a invisibilidade dos negros/negras como intelectuais e propicia as condições para colocá-los(as) à frente da produção do conhecimento relativa a essa e outras temáticas.

Foi importante, também, a minha participação no Curso Fábrica de Idéias: Relações Étnicas e Raciais promovido pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), possível graças à disponibilidade de tempo e as condições materiais proporcionadas pela Fundação Ford.

Particpei ainda da Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; do Encontro Regional Norte-Nordeste Brasileiro de Bolsistas do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford e fui conferencista na Conferência Regional de Itapecuru de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; no Seminário sobre Etnodesenvolvimento, promovido pela ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e no Seminário Internacional sobre Equidade de Gênero e Desenvolvimento Sustentável

nos Territórios Rurais, promovido pelo Governo do Estado do Maranhão, Instituto de Internacional de Cooperação Agrícola e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Maranhão.

Estes eventos se constituíram em espaços de aperfeiçoamento acadêmico e profissional. Permitiram-me o acesso a novas publicações, novas pesquisas e ao conhecimento de novos pesquisadores. E, principalmente, me proporcionou uma percepção da importância dos eventos enquanto espaço de reflexão teórica e de permanente construção, desconstrução e reconstrução de conhecimentos, ou seja, uma melhor percepção de um ciclo que faz parte do campo das Ciências Sociais.

Fiquei sabendo da existência do Programa Internacional de Bolsa de Pós-Graduação da Fundação Ford através do Prof. Dr. Carlos Benedito, que me incentivou a fazer o concurso para bolsista. Agradeço pelo incentivo e pelas orientações acadêmicas mediante sua participação nas bancas de qualificação do projeto de pesquisa e desta dissertação.

Sou grato também ao Prof. Dr. Horácio Antunes pelas críticas e orientações prestadas por ocasião da qualificação desta dissertação.

Para conseguir participar no Programa de Bolsa de Pós-Graduação da Fundação Ford obtive apoio de várias pessoas. As professoras Maristela Andrade e Sandra Nascimento, além de lerem o meu projeto, enviaram cartas de recomendação. Marluze Pastor Santos, na qualidade de coordenadora do Fórum Carajás, assinou uma carta de recomendação testemunhando a minha participação nos movimentos sociais, assim como Joseane Gamba o fez sobre minha atuação como técnico e Secretário Executivo da SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. A todas elas meu sincero agradecimento.

Aos amigos pesquisadores do CCN – Centro de Cultura Negra do Maranhão, Raimundo Mauricio e Ivan Rodrigues, que abriram os arquivos do PVN – Projeto Vida de Negro para que eu pudesse levantar as informações que necessitei durante

a pesquisa de campo. Muito obrigado aos dois amigos e muito axé. Que os Orixás protejam vocês e que o CCN continue crescendo e levando adiante as lutas iniciadas pelos nossos ancestrais.

Sou muito grato também a Marinildes Martins, por ter me apresentado à comunidade de Filipa. Minha primeira viagem à comunidade foi no dia 5 de novembro de 2004, acompanhando Marinildes, representante do CCN e a Antropóloga Charmain Levy<sup>4</sup>. Ao chegarmos na comunidade Marinildes disse: *“Nielza arranja um lugar pra rede de Domingos, ele vai ser um novo morador de Filipa”*. A Sra. Nielza respondeu dizendo: *“Ah! é uma satisfação, quem bebe da água da Filipa não quer mais voltar pra casa”*. Interpretei as palavras da Sra. Nielza como votos de boas vindas.

Tenho muito a agradecer aos moradores de Filipa, pelos ensinamentos e pela recepção na comunidade. Tive oportunidade de conviver com a maioria dos moradores de Filipa onde vivi momentos muito importantes para a minha formação profissional e como sujeito engajado nas lutas pelas políticas de ações afirmativas direcionados os negros e negras. Agradeço, especialmente a D. Nielza que me hospedou na sua casa e abriu os caminhos da comunidade para que pudesse me aproximar das questões relativas à implementação do PCPR na Filipa. Do mesmo modo, agradeço da associação da Filipa.

Agradeço também à equipe do CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA – Universidade Federal da Bahia, por ter viabilizado a minha participação no Curso Fábrica de Idéias: Relações Étnicas e Raciais, realizado durante o mês de agosto de 2004 nas cidades de Salvador e Cachoeira no Estado da Bahia. Este curso foi muito importante para a reformulação do meu projeto de pesquisa, haja

---

<sup>4</sup> A Antropóloga Charmain Lely é Encarregada de Programas para a América Latina da Canadian Catholic Organization for Development and Peace. Esta organização financiou um projeto de formação de professores desenvolvido pelo CCN em algumas comunidades negras do município de Itapecuru-Mirim.

vista ter me proporcionado, naquela ocasião, o aporte teórico necessário para tal finalidade. Estendo os agradecimentos aos alunos e alunas do curso, especialmente a Fernanda e Ana Cláudia com quem dividi os melhores momentos deste curso.

Especialmente a D. Isabel e Baby, funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, pela dedicação e cuidados com todos nós alunos e alunas, meus agradecimentos.



*Pobreza e Desenvolvimento: o PCPR nas Comunidades Quilombolas.* Este estudo teve como objetivo a realização de reflexões sobre a construção de políticas públicas denominadas de combate à pobreza rural, tomando como campo empírico a implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural – PCPR. Busca compreender como esse tipo de política considera a *pobreza* e como essa concepção se aplica ou não às chamadas *comunidades quilombolas*. Procura ainda perceber em que medida este Projeto considera as especificidades dessas comunidades. A pesquisa foi realizada na comunidade de Filipa, em Itapecuru-Mirim, Estado do Maranhão. Os critérios de escolha desta comunidade foram: a sua autodenominação como comunidade quilombola e sua visibilidade pública como “comunidade modelo” atribuída pelos agentes do PCPR.

Palavras chaves: Pobreza Rural, Desenvolvimento Sustentável, Quilombos

*Poverty and Development: The PCPR in the Quilombolas Community.*

This work has like objective the realization of reflections about the execution of Politics Publics culled Oppose to Rural Poverty – PCPR. This work made a studying to understand how this kind of politic understand the poverty and how this conception is applied or not in the community called quilombolas. I try to perceive in that moment this project considers the qualities of this communities. The reseach was achieved in the community of Filipa, in Itapecuru-Mirim, State of Maranhão. The criterions of choice of this community were: its self-denomination like Quilombolas Community and its public visibility like “community of example” culled by agents from PCPR.

Key words: Rural Poverty, Sustainable Development, Quilombolos.

## **Quilombo**

minha certeza flecha  
seta, reta  
direção da liberdade  
nossa razão concreta  
terra preta  
longe muito da opressão

nunca dissemos adeus `a África  
em nossas mentes  
e de memória fresca replantamos suas  
lições  
no estreito e vasto chão  
do agora e do possível

quilombo e o sol que se avista  
um sonho acordado  
um ponto de vista  
onde foram dar as mãos  
Apos varrerem brenhas  
se achando em qualquer caminho  
se atacando as guerras e seus espinhos  
enraizando falanges  
em pedaços de sonho e esperança

*Lande Onawale*  
*In: Quilombos de Palavras*

## 1. RAZÕES E PERSPECTIVAS DO ESTUDO

---

“O que faremos aqui parecer-vos-á talvez irrisório. Mas, antes de mais, a construção do objeto – pelo menos na minha experiência de investigador – não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correccões, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas”.

Pierre Bourdieu (2002 p. 26-27)

Neste trabalho, assumo o discurso na primeira pessoa, concordando com Gonçalves (2003, p. 15) que questiona a neutralidade, o anonimato e a imparcialidade na autoria do trabalho científico. Na mesma linha, (Ferreira, 2000 p.22), afirma que “[...] todo trabalho científico apóia-se nas concepções epistemológicas do pesquisador[...]”.

Nesse sentido, estou consciente de que este trabalho é influenciado pela minha trajetória profissional como Técnico Agrícola e Sociólogo engajado na prestação de serviços de assessoria a vários grupos de agricultores e agricultoras familiares do Maranhão e pelo meu sentimento de pertença aos denominados genericamente “negros” ou “afro-descendentes.”

Especificamente, sobre a importância da consonância entre pesquisa e biografia, Oliveira (2001, p.18-19) observa que esse é um fato que atribui vida ao estudo, pois retira da produção intelectual:

[...] as poeiras de artificialismo, que recobrem parte da pesquisa acadêmica ou, senão isso, que acabam contribuindo para a representação social da universidade como redoma, imagem que ainda encontra ressonância no conjunto da sociedade.[...].

A esse respeito o mesmo autor coloca uma questão relevante, que diz respeito ao resultado da pesquisa, a qual pode ter um efeito inverso: o da

mortificação, quando o pesquisador(a) cede “[...] às verdades cristalizadas, a fórmulas vulgares, a esquemas reducionistas, mesmo que supostamente didáticos,[...]”.

Quando o pesquisador(a) se arvora em querer produzir conhecimento universal, ele esconde a influência de sua biografia na construção do objeto de estudo e nos resultados oriundos dessa construção. O discurso da imparcialidade aparece como uma forma de reivindicar a produção de uma verdade definitiva. Em outros termos, a pretensão da produção de categorias universais e verdades universalizáveis, ou da última palavra sobre determinado tema.

Não estou fazendo uma apologia do conhecimento como “ficção”, que seria manipulado de acordo com os interesses do construtor. Faço todo esse percurso para dizer que o conhecimento produzido por qualquer pesquisador/pesquisadora, seja qual for a sua posição teórica, é influenciado pela biografia do autor. E que a objetivação não é privilégio daqueles/daquelas cientistas que reivindicam o lugar de neutralidade e imparcialidade na produção do conhecimento. Concordo com Ferreira (2000, p. 24) quando faz uma fecunda reflexão sobre a questão das concepções epistemológicas do pesquisador/pesquisadora, qual seja:

[...] o fato de o conhecimento, o conhecedor e o objeto conhecido manterem entre si uma contínua interação e constituírem-se mutuamente. Tratando-se de ciências humanas, não se pode, a rigor, falar em “objeto” de conhecimento, em função de sua própria origem etimológica, *objetum*, significando “o que está perante nós” (Lalande, 1993, p. 753). O mundo humano não se dispõe diante de nós. Estamos, na verdade, nele imersos e a ele unidos antes de qualquer objetivação.”  
Não concebo as linguagens, tanto teóricas como as cotidianas, como meros instrumentos representacionais de uma realidade. São, na verdade, estruturantes da própria experiência. Assim, o trabalho de pesquisa deixa de ser um simples instrumento de observação, para, mais que isso, poder estar a serviço da manutenção ou transformação da realidade da qual ele parte e para qual ele se volta, incluindo portanto uma dimensão ética que não pode ser desconsiderada.[...].

As questões agrária e agrícola estão no centro da minha atuação profissional e as elegi como prioridades no âmbito da pesquisa sociológica. Nesse contexto, observo a necessidade de investigações sobre políticas públicas, voltadas para o

meio rural, especialmente aquelas que pretendem tomar como referência a dimensão multicultural do país. Como bem situa Kymlicka (1996,p.25), a maioria dos países são multiculturais, sendo raros aqueles nos quais os cidadãos partilham a mesma linguagem ou pertencem ao mesmo grupo étnico – nacional.

Meu interesse em investigar a implementação do Projeto de Combate à Pobreza Rural - PCPR nas chamadas comunidades quilombolas enquadra-se nesta perspectiva. Inicialmente, propunha-me a realizar um estudo do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), no período de 1999 a 2002. Objetivava, então, perceber a relação entre a execução deste Programa e a propagação do discurso oficial sobre desenvolvimento sustentável.

O PCPR foi concebido pelo Governo do Estado do Maranhão e pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)<sup>5</sup>, como a finalidade de:

“[...] reduzir a pobreza rural e suas conseqüências, mediante o financiamento não reembolsável de pequenos investimentos de uso comunitário e o fortalecimento de suas associações comunitárias como instâncias geradoras de cidadania.”  
(Governo do Estado do Maranhão, 2004, p. 15).

Minha inserção nas discussões sobre o referido Projeto nas entidades que agregam *quilombolas*<sup>6</sup> e no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), permitiu um maior conhecimento do seu raio de atuação. Destacava-se nessas discussões, a ação do PCPR junto a comunidades quilombolas, especialmente no que se refere à forma como esta vinha se dando. Discutia-se a ingerência das entidades estatais nas organizações políticas locais e a aplicação de projetos pré-construídos, que pareciam não se adequar às especificidades dos *quilombolas*.

---

<sup>5</sup> Neste trabalho me referirei a este banco apenas como Banco Mundial, como ele é denominado pelos seus agentes e assim reconhecido mundialmente. Este banco foi concebido durante a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods, Estado de New Hampshire (Estados Unidos da América). É constituído de 184 países membros, dentre os quais o Brasil, que é sócio deste 14 de janeiro de 1946. Atualmente o Banco Mundial elege “a *redução da pobreza no mundo em desenvolvimento*” como a sua principal meta de trabalho. (Banco Mundial, 2005).

<sup>6</sup> Esta categoria será devidamente analisada no decorrer desta dissertação.

Essas questões despertaram meu interesse no sentido de conhecer melhor a ação do PCPR junto às denominadas *comunidades quilombolas*, levando-me a redirecionar o foco da minha investigação.

A questão da pobreza, contextualizada no âmbito do PCPR, como uma questão social<sup>7</sup>, será transformada em questão sociológica. Em outros termos, pretendo problematizar a noção de pobreza presente no Projeto e sua implementação, transformada em prioridade, nas “comunidades quilombolas”.

Minha investigação acerca da construção de políticas públicas denominadas de combate à pobreza rural, dirige-se para o PCPR nas chamadas comunidades quilombolas. Procuo perceber como o referido Projeto considera *pobreza* e como essa concepção se aplica ou não às *comunidades quilombolas*. Busco ainda perceber em que medida a elaboração de Projetos desse tipo consideram as especificidades dessas comunidades

Tomei como fontes de análise os discursos e as práticas dos agentes que formularam e implementaram o referido Projeto, assim como os discursos e práticas daqueles a quem o programa considerou como seus “*beneficiários*”. O estudo situa-se nos tempos em que o Maranhão viveu sob égide do chamado “*Novo Tempo*”<sup>8</sup> e do “*Tempo de Novas Conquistas*”<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> Nos termos de Potyara Pereira (2001, p.51) “[...] o conceito de questão social sempre expressou a relação dialética entre estrutura e ação, na qual os sujeitos estrategicamente situados assumiram papéis políticos fundamentais na transformação de necessidades sociais em questões – com vistas a incorporá-las na agenda pública e nas arenas decisórias.[...]”

<sup>8</sup> O período denominado “Novo Tempo”, compreendido entre os anos de 1996 a 2002, refere-se ao mandato da Governadora Roseana Sarney. O slogan de sua campanha eleitoral veio a se transformar num dos instrumentos do marketing político do seu governo.

<sup>9</sup> O Maranhão sob a égide do “Tempo de Novas Conquistas” é uma referência ao governo de José Reinaldo Tavares, que, dando continuidade ao governo de Roseana Sarney, também cunhou um slogan de campanha eleitoral e o transformou em marca para o seu mandato. Este governo promove uma ressignificação do seu slogan, pois inicialmente o “Tempo de Novas Conquistas” fazia uma alusão à continuidade do “Maranhão Novo Tempo”, articulando-se as novas conquistas no Novo Tempo com José Reinaldo Tavares no governando o Maranhão.

Para desenvolver minha reflexão, recortei como campo empírico a “comunidade negra quilombola Filipa”<sup>10</sup>, situada na microrregião do Itapecuru-MA, procurando por em questão as políticas públicas denominadas, por seus idealizadores, como políticas de combate à *pobreza rural*.

Espero que os resultados da interpretação sociológica, acerca das diversas questões que poderão configurar a teia de relações tecidas em torno deste Projeto, possam ser apropriados pelos segmentos engajados nas lutas pela igualdade de direitos e oportunidades e pelo direito à diversidade.

---

<sup>10</sup> Este é o termo utilizado pelos habitantes da Filipa.



## 2. PCPR: UMA CONSTRUÇÃO DO MARANHÃO DO “NOVO TEMPO?”

---

*“[...] Há llegado el momento de desvelar el secreto del desarrollo y de verlo en toda su crudeza conceptual.”  
Gustavo Esteva.*

Tomar o Projeto de Combate à Pobreza Rural como objeto de análise sociológica exige que seja feita a construção de sua história social. Esta é uma operação que deve resgatar os seus antecedentes; as motivações para sua existência; os princípios geradores de sua construção e investigar a concepção dos seus elaboradores, procurando perceber o que consideram pobres e pobreza rural e ainda, porque este programa foi estendido para as comunidades quilombolas e povos indígenas.

Os esforços de transformação do meio rural da região Nordeste têm como um marco referencial importante a intervenção planejada do Estado, nos anos 50, com a formação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que resultou na elaboração do documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”. Este Grupo de Trabalho ofereceu as bases para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Dentre as estratégias de ação preconizadas pela nova autarquia encontrava-se a expansão da fronteira agrícola, com a incorporação à economia regional das terras úmidas do Sul da Bahia e da Pré-Amazônia Maranhense.

Nos anos 70, com a elaboração do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), o segmento considerado até então

como a “face da pobreza rural”- os minifundistas<sup>11</sup>- passa a ser considerado, pelos elaboradores deste programa, como segmento detentor de potencialidades produtivas.

Os programas de desenvolvimento rural integrado, Segundo Carvalho (1994), tomaram por base uma estratégia do governo federal no anos 70, segundo a qual, a agricultura, e numa escala maior, o desenvolvimento, deviam ser conduzidos como parte de um processo mais amplo, de maneira que se integravam e se Inter-relacionavam, sob a ótica do planejamento, problemas de produção, estrutura fundiária, mercado, infra-estrutura econômica, infra-estrutura social, pesquisa, assistência técnica e financiamento.

O POLONORDESTE sucede o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA, programa elaborado e implementado no auge da ditadura militar. Segundo Wilkinson (1996), este programa não chegou a cumprir os objetivos propostos em razão de confrontar-se com grandes proprietários. Com o registro do fracasso do PROTERRA, os elaboradores do POLONORDESTE construíram um novo mapeamento da região, constituindo cinco subdivisões, segundo Wilkinson (1996, p. 29):

[...] os Vales Úmidos, que incluíam doze áreas prioritárias; os Planaltos Úmidos incorporando seis zonas prioritárias; as Regiões Áridas com três áreas potenciais para desenvolvimento; os Tabuleiros Costeiros, desde o Rio Grande do Norte até o extremo Sul da Bahia, e a Região Pré-Amazônica, incluindo a colonização promovida pela SUDENE e pelo Governo do Maranhão.

Essa mudança de orientação que permitiu a formulação do POLONORDESTE, com ênfase no chamado pequeno produtor foi, segundo Wilkinson, bastante influenciada pelo Banco Mundial. A ênfase no chamado pequeno produtor resulta da decisão do Banco Mundial, exposta em 1973 no seu

---

<sup>11</sup> São denominados minifundistas os proprietários com terras insuficientes para a manutenção da unidade de produção familiar.

plano quinquenal. A partir deste momento, as linhas de ação do banco deveriam priorizar a pobreza rural (Wilkinson, op. cit. p.37)

O autor acima referido chama atenção para o fato de que logo após o anúncio das definições do Banco Mundial priorizando a pobreza rural, este tenha iniciado as conversações com as autoridades governamentais do Brasil, com o objetivo de aumentar os empréstimos para projetos que contemplassem as novas linhas de prioridade da agência. Questiona se o POLONORDESTE seria resultado das constantes missões do Banco ao Brasil. Na mesma linha, indago se os programas de combate à *pobreza rural* seriam, também, uma demanda induzida pelo BIRD.

Outro projeto, com as mesmas finalidades e chancelado pelo Banco Mundial, foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor – PAPP, com financiamento da ordem de US\$ 826,7 milhões. Executado nos estados da região Nordeste e no estado de Minas Gerais, foi reformulado, em 1993, devido ao que foi considerado como falta de aplicação dos recursos, da ordem de US\$ 500,00 milhões. Foi identificado, também, que grande parte dos recursos aplicados não atingiram os chamados pequenos produtores pobres; sendo gastos com atividades-meio<sup>12</sup>.

A nova estratégia de ação do projeto transferia para as “*comunidades rurais*” a decisão sobre os projetos a serem financiados a fundo perdido<sup>13</sup>, num limite de até US\$ 40,000.00. Para Wilkinson, essa reformulação foi influenciada pelo Banco Mundial.

Um estudo realizado por Soares, em 1996, tendo em vista a análise da sustentabilidade dos projetos instalados com recursos financeiros do PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, aponta que os recursos efetivamente

---

<sup>12</sup> Atividades de suporte à implementação do programa, tais como: administração, assistência técnica, pesquisa, etc. e não aos pobres do meio rural.

<sup>13</sup> São denominados de fundo perdido aqueles financiamentos tomados pelas comunidades rurais, sem que estes tenham que reembolsar o órgão financiador. Essa prática tem se tornado comum nas políticas governamentais designadas de combate à pobreza.

transferidos para as comunidades rurais foram, quase sempre, aplicados em projetos de seus interesses. No entanto, não atingiram os objetivos para os quais foram formulados, ou seja: “a melhoria da qualidade de vida das comunidades pobres”, pois cerca de 53% dos projetos analisados não estavam em operação na ocasião da pesquisa ou foram abandonados pelos chamados “beneficiários”.

Outro aspecto de suma importância para o estudo sobre os financiamentos do chamado combate à pobreza, são os seus custos para o conjunto da sociedade. A pesquisa do IPEA aponta também que:

[...] os juros pagos pelo Brasil ao Banco Mundial são elevados, calculados em 13,44 % ao ano no caso dos empréstimos para o estado do Rio Grande Norte. [...] os dos estados de Pernambuco e do Piauí, os juros estimados são relativamente menores, mas ainda elevados, sendo, respectivamente, de 12,10 % a 11,68 % ao ano. [...] no cálculo dessa taxa de juros, somente se consideraram os custos financeiros diretos, recebidos de recursos pelo país e pagamentos realizados ao banco. Não foram considerados outros custos, como negociação de empréstimo e de cláusulas do contrato que representam custos adicionais para os devedores.” (Soares, 1996:26).

No entanto, observo que o “combate a pobreza” tem se configurado como um mercado descoberto pelas agências internacionais. Em outros termos, a chamada *pobreza rural*, constituiu-se num importante produto que vem sendo negociado entre governos estaduais e agências financiadoras multilaterais. Nesse jogo, que envolve uma tríade de agentes – os “pobres”, o BIRD e os governos – as vantagens são obtidas apenas pelo Banco, que recebe o dinheiro corrigido e os governos que auferem prestígio no campo político.

A pesquisa avaliativa do realizada por Soares, dá conta ainda de uma rede de intermediação que, no processo de implementação do PAPP, atuara como um elo entre os órgãos governamentais e as comunidades rurais. Foram identificados três tipos de intermediários: a) intermediário local; b) intermediário regional; c) intermediário institucional.

Finalmente, Soares (1996 p. 25-26) afirma que o PAPP não conseguiu atingir os objetivos para os quais foi formulado. A maioria dos projetos, por ocasião da pesquisa, encontrava-se desativada ou abandonada. Por outro lado, grande parte das associações comunitárias responsáveis por sua execução, sofreram uma intensa interferência dos intermediários, não tinham conhecimento suficiente para operá-los, assim como não obtiveram orientações acerca do funcionamento dos projetos.

O que chama atenção nestas mudanças de nomenclatura dos programas é que o não cumprimento dos objetivos parece ocorrer de forma homogênea em todos os estados da região Nordeste.

No prefácio da publicação do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da UNESCO, Cuéllar (1997, p.9) chama a atenção para os esforços em favor do desenvolvimento que haviam fracassado porque a importância do fator humano – a teia complexa de relações, crenças, valores e motivações existentes no centro de toda cultura - fora subestimada em muitos projetos de desenvolvimento.

Na ocasião, Cuéllar, (1997, p.9-10) alertou para a necessidade de repensar o próprio processo de desenvolvimento:

Já em 1988, parecia claro para nós que o desenvolvimento era um empreendimento muito mais complexo do que se supusera inicialmente. Já não era possível concebê-lo como um processo único, uniforme e linear, porque isso levaria à eliminação das culturas e das experiências, limitando assim, perigosamente, a capacidade criadora da humanidade diante de um passado cheio de tesouros e de um futuro imprevisível. Diante desse perigo, um vigoroso movimento de diversificação cultural já havia ocorrido em todo mundo, estimulado pela consciência de que a civilização humana é um mosaico de culturas diferentes.

Cuéllar (1997, p.21) insistiu no fato de que um desenvolvimento divorciado de seu contexto humano e cultural não seria mais do que um crescimento sem alma.

No seu entendimento, o desenvolvimento econômico, em sua plena realização, constitui parte da cultura de um povo.

## **2. 1 O Maranhão definido como pobre: lócus do PCPR**

Alguns indicadores sócio-econômicos situam o Estado do Maranhão entre os mais pobres do Brasil. Um desses indicadores construídos para nomear pobres e não-pobres<sup>14</sup> é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>15</sup>, o qual, atribui ao Maranhão o índice de 0,547, o que o coloca na 25<sup>a</sup> posição em relação às outras 26 unidades da federação.

Dados do IBGE (1999), apontam que 52,9% das famílias maranhenses percebem renda mensal de até meio salário mínimo. Além disso, em 1992, o índice de mortalidade de menores de um ano por causas mal definidas era de 17,5 % e, em 1999 subiu para 20,5%.

Os indicadores de distribuição de renda, formulados pelo IBGE dão conta de que no Maranhão, nos últimos anos, a participação dos ricos na divisão das riquezas expandiu-se. Em 1999, 57,7% da riqueza encontrava-se concentrada nas mãos dos 10% mais ricos e 14,4% distribuídos entre os 50% mais pobres. Em 1970 os 10% mais ricos concentravam 48,9% enquanto os 50% mais pobres dividiam 20,9% da renda.

Foi nesse cenário que a Governadora Roseana Sarney, pretendendo fazer crer que instauraria um “Um Novo Tempo”, esboçou o que ela e sua equipe denominaram de Plano Plurianual de Desenvolvimento do Maranhão e elaborou um discurso marcado por alusões ao chamado *desenvolvimento sustentável*. Pretendia

---

<sup>14</sup> Sobre o poder de nomear pobres e não-pobres segundo a construção de indicadores, travarei uma discussão numa seção mais adiante.

<sup>15</sup> O IDH, segundo os seus idealizadores, mais precisamente, os agentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, foi criado para deslocar o debate sobre desenvolvimento do viés puramente econômico, para aspectos mais amplos que estejam diretamente associados ao nível de vida das pessoas, como saúde, educação, bem como a expansão do que os idealizadores desse índices entendem como sendo as capacidades humanas. Para uma crítica desses índices e de seus pressupostos ver Esteva in: Viola (1999)

inventar um “*Maranhão Novo*”, como seu pai havia feito, ao opor-se ao vitorinismo<sup>16</sup> como expressão do atraso e do domínio oligárquico.

Na abertura do Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, o qual, teve como tema “A Formação do Capital Social para o Desenvolvimento Local Sustentável”, a então governadora afirmou:

“Fomos um dos primeiros estados a assumir o processo de elaboração de sua Agenda 21 e, tal como a concebemos, é um programa de ação que trata justamente das dimensões sociais e econômicas do desenvolvimento sustentável, da conservação e gerenciamento dos recursos naturais, o (sic) fortalecimento dos grupos principais, como, por exemplo, as mulheres, a infância e a adolescência; de mecanismos de financiamento, de transferência e de tecnologia ambientalmente saudável[...]” ( Roseana Sarney, in: CONTAG, 2000-15).

Esse plano, elaborado pela equipe de governo de Roseana Sarney para o período de 1998 a 2003, está assentado sobre quatro macro-objetivos: “modernização e dinamização do aparelho produtivo, conservação e proteção do meio ambiente; promoção do *desenvolvimento sustentável* visando à redução das desigualdades espaciais e sociais de renda e riqueza e modernização do Estado e fortalecimento da cidadania”. Por meio desses quatro objetivos, o governo do Maranhão pretendia:

[...] promover o crescimento da produção da produtividade (sic) em um ritmo superior às médias regional e nacional[...], mas de modo adequado, harmônico e sustentável, sem degradação dos recursos ambientais; gerar ocupação e renda, especialmente melhor distribuída, aumentando os rendimentos médios mensais por pessoa e por família, e promovendo, em conjunto com os governos municipais, a iniciativa privada, as organizações não-governamentais e todos os segmentos da sociedade, uma cruzada de combate aos fatores determinantes da pobreza existente no Estado. (GEPLAN, 2000-1).

A reflexão sobre políticas de combate à *pobreza rural*, especialmente no contexto de *comunidades quilombolas* conduz à discussão das categorias

---

<sup>16</sup>O vitorinismo constitui-se nos movimentos políticos ligados à figura de Vitorino Freire, político oligarca que governou o Maranhão no período de 1946-1965, cujo eixo de ação se baseava na “ideologia do favor”: “A ideologia do favor reside na noção de amigo. Para Victorino, todo superior hierárquico, em que pesem as filiações partidárias, constitui um amigo, pelo menos em potencial. Amigo é, para Victorino, aquele que possui mais poder do que ele, a quem pode recorrer para usufruir algum benefício[...]” (SANTOS, 1980:13).

*desenvolvimento e desenvolvimento sustentável*, presentes no discurso dessas políticas.

A questão do desenvolvimento tornou-se um tema muito controvertido, frente ao fracasso das políticas predominantemente produtivistas que elevaram os índices de crescimento econômico no pós-guerra, porém, associadas à mazela do empobrecimento de milhares de seres humanos. Esse quadro tem motivado uma redefinição teórica dessas categorias e sua conseqüente apropriação por parte dos agentes das políticas públicas.

Alguns autores têm problematizado a categoria desenvolvimento, provocando mudanças no seu entendimento, especialmente com o surgimento de modelos alternativos de desenvolvimento que ganharam notoriedade por inserir no seu contexto a perspectiva da equidade social, que prevê a distribuição de renda, a segurança alimentar e a universalização de políticas sociais com respeito às diversidades.

A categoria *desenvolvimento*, segundo Esteve (2000, p. 71), encontra-se no centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa, haja vista se constituir num termo que ganhou força direcionando pensamentos e condutas. Por outro lado, este mesmo autor enfatiza que *“pocas palabras son tan pobres, tan frágiles y tan incapaces de ofrecer sustancia y significado al pensamiento y a la conducta.”* Por se tratar de uma categoria tomada de empréstimo das ciências biológicas acriticamente, tornou-se complicada a sua aplicação aos processos sociais, porque é difícil de ser utilizada sem que os seus sentidos e significados estejam vinculados às palavras que lhes deram origem, quais sejam: crescimento, evolução e maturação:

“En el habla común, el desarrollo describe un proceso a través del cual se liberan las potencialidades de un objeto u organismo, hasta que alcanza su forma natural completa y deviene un ser hecho y derecho [...] Em biología, o desarrollo o



evolución de los seres vivos se refería a todo el proceso a través del cual los organismos alcanzaban su potencial genético: la forma natural del ser vista a *priori* por el biólogo.” (Esteva, 2000, p.71)

Sen (2000 p.17 ) problematiza a categoria desenvolvimento fazendo uma abordagem especifica observando-o como processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas. Na perspectiva deste autor, o enfoque das liberdades humanas contrasta com as visões reducionistas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento apenas com o crescimento do Produto Nacional Bruto; aumento de renda das pessoas; industrialização e avanço tecnológico.

Na compreensão de Sen os fins e os meios do desenvolvimento, referenciado na expansão das liberdades, devem estar centrados nas pessoas como agentes ativos e não como meros beneficiários. Nessa perspectiva:

“ as pessoas têm que ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade - na conformação do seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não da entrega sob encomenda. A perspectiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção.” (*grifos meus*) (Sen, 2000, p. 71)

O olhar deste economista sobre a noção de desenvolvimento não está associado à mensuração de riquezas, consiste na eliminação de privações de liberdade que se impõem como barreiras limitadoras das escolhas e das oportunidades das pessoas exercerem sua condição de agente. Concentra-se preponderadamente nos “[...] *papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais e garantias de transparência e seguranças protetora [...]*”. (Sen, 2000, p. 11).

Viola (2000, p. 10), sugere que o conceito de desenvolvimento vem sendo submetido a um processo de revisão, discutido sob diversas perspectivas, especialmente no que diz respeito à sua carga semântica, seus danos culturais e

suas simplificações; bem como os fracassos, as contradições e os efeitos perversos dos chamados projetos de desenvolvimento.

Desenvolvimento é uma categoria geralmente apresentada como oposição à categoria subdesenvolvimento. A noção de desenvolvimento opondo-se à noção de subdesenvolvimento foi elaborada e difundida no final da década de 1940, inserida no contexto do final da Segunda Guerra Mundial, tendo como uma das fontes o discurso do presidente norte-americano Henry Truman, que categorizou os povos que não se encontravam no patamar de crescimento industrial e tecnológico semelhantes aos Estados Unidos, como subdesenvolvidos:

“Mas de la mitad da populacióm mundial está viviendo en condiciones próximas a la miseria. Su alimentación es inadecuada, son victimas de la desnutrición. Su vida económica es primitiva y misarable. Su pobreza es un hándicap y una amenaza, tanto para ellos como para las regiones más prósperas. Por primera vez en la história, la humanidad posoe el conocimiento y la técnica para avaliar el sufrimiento de esas poblaciones. Estamos Unidos ocupa un lugar preeminente entre las naciones en cuanto al desarrollo de las técnicas industriales y científicas. (grifos meus).” ( Truman, citado por Rist, 1996, p.118-120 *apud* Viola, 2000, p. 14).

Esse discurso aponta que o *desenvolvimento* compreenderia um ponto de chegada a ser perseguido mediante o aporte intelectual e tecnológico proporcionado pelos Estados Unidos. Imprime ainda as idéias de que somente no paraíso industrializado, o paraíso estadunidense, existe a produção de conhecimentos capazes de proporcionar a força necessária para que as demais nações atinjam o chamado *desenvolvimento*. Truman atribui aos Estados Unidos o papel de *matriz*<sup>17</sup> do processo desenvolvimentista a ser implementado no “*resto do mundo*”<sup>18</sup>.

Convém ressaltar que Truman demarca um tempo em que as diversidades são convertidas em *subdesenvolvimento*. Aqueles povos que não viviam sob a égide

---

<sup>17</sup> Estou utilizando este termo para representar a idéia de lugar onde alguma coisa se gera ou se cria; a fonte ou manancial, e como direção e estabelecimento principal, de uma firma comercial ou industrial.

<sup>18</sup> Compreendo que a política desenvolvimentista estabelecida a partir dos Estados Unidos e demais países do chamado Ocidente (Estados Unidos e alguns países do Continente Europeu) olham para as demais nações como resto do mundo, no sentido negativo do termo.

de padrões culturais e materiais dos Estados Unidos foram, como bem enfatiza Esteva (2000, p. 69), “metamorfosados num espelho invertido da realidade de outros, um espelho que impõe uma identidade estreita e homogênea para uma maioria heterogênea e diversa”.

Analisando as condições históricas nas quais as categorias “Desenvolvimento”, “Subdesenvolvimento” e Terceiro Mundo foram construídas, Escobar informa que tais categorias resultam das negociações do Pós-Segunda Guerra Mundial, fincadas no começo da década de 1950, cujo processo culminou com a categorização do mundo em três pólos homogeneizadores. Nos termos de Escobar (1998, p. 69-70):

“[...] as nociones de “subsarrollo” y “Tercer Mundo” fueron productos discursivos del clima de la segunda posguerra. Estos conceptos no existían antes de 1945. Aparecieron como conceptos de trabajo dentro del proceso en el cual Occidente, y en formas distintas Oriente, se definió a sí mismo y al resto del mundo. A comienzos dos años cincuenta, la noción de tres mundos – naciones industrializadas libres, naciones comunistas industrializadas y naciones pobres no industrializadas que constituían el Primer, Segundo y Tercer Mundos respectivamente – estaba implantada con firmeza[...].”

Esse discurso “*performativo*”, em torno da formação de regiões nomeadas como desenvolvidas (sinônimo de riqueza), subdesenvolvidas e Terceiro Mundo, como território da pobreza, ganhou força, se naturalizou, triunfou durante o resto do século XX, pois se constituiu num ato de categorização reconhecido mediante o poder de construção exercido pela *objetivação no discurso*. Nesse sentido, Bourdieu (2002, p. 116) ensina que esse tipo de discurso, o discurso regionalista tem um caráter “*performativo*” porque visa impor uma definição legítima de fronteiras, cuja eficácia está relacionada à autoridade de quem o emite:

“[...] O acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: regere fines, regere sacra, consagrar um novo limite [...]”.

O discurso alusivo à superação do subdesenvolvimento permeia os projetos os programas e projetos financiados pelas agências de cooperação bilaterais, a exemplo do Banco Mundial, ao direcionar seus empréstimos aos governos na perspectiva de alcance do crescimento econômico industrial e, contemporaneamente, nos projetos a exemplo do PCPR, que fazem alusão ao alcance do desenvolvimento sustentável, por intermédio do chamado combate à pobreza rural.

Escobar (2005, p.4), Azanha (2005, p. 1) e Viola (2000, p. 17), avaliam que nos anos 70 os discursos desenvolvimentistas, ilimitados e universais começam a ser questionados, ante a constituição de novas perspectivas de análise articuladas no âmbito da ecologia política.

As análises destes autores observam que a visão dos fenômenos ecológicos sugeridas pelos estudiosos deste campo apontam para a questão do desenvolvimento de forma mais completa, pois incluem fatores como relações internacionais de dependência; dinâmica do capitalismo global; a política estatal e as estruturas econômicas locais. Tais fundamentos teriam, nesse sentido, oferecido um aporte para o processo de formulação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Importa indagar se a categoria *desenvolvimento sustentável*, mesmo sendo originada nos discursos críticos ao modelo<sup>19</sup> de desenvolvimento produtivista, é instrumento eficaz para analisar as chamadas *comunidades quilombolas* enquanto grupos étnicos.

Referindo-se à popularização da categoria desenvolvimento sustentável, Viola (2000, p. 32), chama atenção para a persistência do caráter economicista que

---

<sup>19</sup> Modelo não tem vida concreta, é utilizado como instrumento heurístico. “[...] É uma representação abstrata tal como uma analogia, que nos ajuda a pensar com mais clareza sobre alguma coisa.[...]” (Johnson, 1997, p.151).

permeia o documento da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, publicado em 1997, intitulado “*O Nosso Futuro Comum*”:

“[...] Dicho concepto, que em pocos años ha pasado a engrosar el vocabulario tanto de los científicos sociales o de las ONGs como de los políticos e incluso del Banco Mundial, ha sido popularizado a partir de la publicación, en 1997, del informe de la Comisión Mundial para el Medio Ambiente y el Desarrollo, titulado “Nuestro futuro común” y conocido como el Informe Brundtland [...]. Aunque dicho informe establece una interconexión entre fenómenos como el despilfarro en el Norte, la pobreza en el Sur y la destrucción de la biosfera, acusa un notable grado de incoherencia al no impugnar la ideología del crecimiento económico sostenido: de hecho, se justifica el crecimiento económico como remedio para erradicar la pobreza, señalada como la causa fundamental de la degradación del medio ambiente (*grifos meus*) [...]”.

A qualificação de sustentável para o “desenvolvimento”, é percebida por Azanha (2005, p. 1), como um novo recorte epistemológico, haja vista ser intrínseca ao próprio conceito a idéia de impor um limite na escala de industrialização. O adjetivo “sustentável” seria agregado aos processos industriais que reinvestiriam parte da riqueza na reposição e conservação dos recursos naturais.

Azanha também atribui à publicação do Relatório Brudtand, em 1987, a inserção da categoria “desenvolvimento sustentável” nos discursos das agências internacionais, como o Banco Mundial, a ONU, a Comunidade Européia, e também nos discursos dos agentes governamentais.

Contemporaneamente, é muito difícil estabelecer diferenças entre os discursos dos agentes governamentais; das agências internacionais; dos sindicatos patronais e dos trabalhadores. A utilização desta categoria de maneira acritica tem levado diferentes agentes a pronunciarem o mesmo conjunto de palavras com sentidos diferenciados, haja vista a sua apropriação indiscriminada.

Observo também que a utilização indiscriminada da categoria *desenvolvimento sustentável* parece se constituir uma obrigação para as agências internacionais, governamentais e ONG, haja vista a repercussão que a dimensão ambiental logrou obter a partir do final da década de 1980. Ressalte-se, a pobreza é

apresentada, no contexto da formulação do discurso sobre desenvolvimento sustentável, como uma das causas do desequilíbrio ambiental.

A categoria “desenvolvimento sustentável” tornou-se uma palavra mágica, através da qual os problemas sociais da ordem do dia serão automaticamente resolvidos. É apresentada também como a arma mais eficaz na guerra ou no “combate à pobreza”. Veiga (1991, p.5) ressalta que a categoria desenvolvimento sustentável desfruta de uma unanimidade talvez “só comparável ao amor e à felicidade”.

O conceito de desenvolvimento sustentável, segundo a percepção de Viola, comporta a idéia da centralidade do crescimento econômico como o antídoto para a erradicação da pobreza, assim como assinala que a pobreza se constitui na principal causa da degradação ambiental; ou seja, atribui aos pobres do chamado “Terceiro Mundo” a responsabilidade direta pela crise ecológica apontada em 1987, sem, contudo, atingir as fontes de contaminação e os padrões de consumo construídos sob a égide do chamado “desenvolvimento”.

Por outro lado, há os questionamentos acerca dos limites da ciência econômica de contabilizar os custos ambientais; cujo problema, poderia ser superado, segundo Azanha, mediante a mudança do arcabouço teórico-cultural que dá suporte ao crescimento industrial, o paradigma de “dominação da natureza e sua total dessacralização e objetivação”.

Ante as críticas ao chamado desenvolvimento sustentável, Azanha (1999, p.2) aponta a categoria etnodesenvolvimento ou “desenvolvimento com identidade cultural”. Toma as sociedades indígenas como vanguarda simbólica da crítica ao desenvolvimento ou como fonte de conceitos para uma nova “sociedade alternativa” e fonte de resistência concreta ao chamado “desenvolvimento capitalista”. Nesse sentido, Azanha recorre a Iara Ferraz para colocar em discussão a categoria

etnodesenvolvimento enquanto um desafio para a reprodução das sociedades indígenas como sociedades etnicamente diferenciadas:

“E o desafio permanente consiste em se fazer reproduzirem como sociedades etnicamente diferenciadas e lidar, ao mesmo tempo, com condições materiais de existência cada vez mais adversas e multifacetadas” (Ferraz, 1997 *apud* Azanha, 2005, p. 2)

A concepção de etnodesenvolvimento, tal como sugerida por Azanha (1999) *apud* Stavenhagen (1985), se configura como um desenvolvimento de tipo novo, no qual a prefixo etno é apresentando como o diferencial entre este e os demais tipos construídos historicamente. Esse diferencial é a referência à etnicidade:

"O etnodesenvolvimento significa que uma etnia - autóctone, tribal ou outra - detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses".

Azanha (1999) chama atenção, também, para os princípios básicos norteadores do etnodesenvolvimento sugeridos por Stavenhagen, quais sejam:

"[...]objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas ao invés de priorizar o crescimento econômico; embute-se de visão endógena, ou seja, (em) dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais: valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visa autosustentação e independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, (com) atividades mais participativas[...]".

A qualificação “etno” ao termo desenvolvimento, segundo as acepções elencadas por Azanha, além de manter a etnicidade como o diferencial, dá pouca importância aos indicadores de “progresso” no sentido usual do termo, sobretudo considerando produto interno bruto e renda *per capita*, etc., presentes nos conceitos de Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Humano, categorias construídas no âmbito das avaliações de desenvolvimento promovidas

pelas agências da ONU, especialmente a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento- PNUD.

Compreendo que a categoria etnodesenvolvimento, tal como definida por Azanha, abre um importante campo de discussão tendo em vista a sua utilização para pensar as chamadas comunidades quilombolas, etnicamente diferenciadas. Essa discussão possibilita por em questão, também, a noção de cidadania considerando a possibilidade de conquista de cidadanias diferenciadas, relacionadas às reivindicações identitárias (Semprini, 1999).

A categoria *etnodesenvolvimento* não é acionada nos discursos do PCPR, nem mesmo quando este é estendido às *comunidades quilombolas*. A utilização da categoria desenvolvimento acrescida do qualitativo sustentável aponta para a centralidade do crescimento econômico como o antídoto para a erradicação da pobreza.

Essa categoria vai ser acionada por uma consultoria do Projeto<sup>20</sup>, ao discutir uma das ações empreendidas pelo Projeto, O Curso de Planejamento do Desenvolvimento Local Sustentável. Nesse contexto, a categoria é utilizada com base em Stavenhagen (1984), como o desenvolvimento que mantém o diferencial da etnicidade. Isso é feito no âmbito da discussão do combate a pobreza rural, visando construir uma estratégia territorial que levasse a políticas de etnodesenvolvimento coerentes e compartilhadas.

Cabe enfatizar que a percepção do desenvolvimento com o diferencial da etnicidade, não se desprende da noção que caracteriza o desenvolvimento como um processo linear, que visa um ponto de chegada, com base numa referência ocidental.

A concepção do que é entendido pelos planejadores como pobreza no meio rural, elaborada com base nos indicadores do IDH, levou esse governo a direcionar

---

<sup>20</sup> CF. Souza & Furtado, 2004



seus discursos de modernização e transformação para a agricultura familiar, com ênfase muito forte na Reforma Agrária.

Com profundas ligações com o Governo Federal, comandado por Fernando Henrique Cardoso, o Maranhão logrou obter o título de “Estado Modelo” de Reforma Agrária, embora alguns estudiosos<sup>21</sup> da questão tenham demonstrado que os agricultores e agricultoras residentes nos chamados assentamentos estão submetidos às mais precárias condições de vida, como falta de escola, dívidas com os agentes financeiros e ausência dos serviços de saúde.

O principal programa esboçado e implementado no mandato da governadora Roseana Sarney, voltado para o meio rural, que emoldurou seu discurso no rumo do chamado desenvolvimento sustentável, foi o Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, financiado com recursos do Banco Mundial, da ordem U\$ 80 milhões. O Acordo de Empréstimo pactuado entre esta agência e o Estado do Maranhão, tendo como fiador a República Federativa do Brasil, enuncia como seu objetivo:

[...] reduzir a pobreza rural nas municipalidades: (a) provendo infra-estrutura básica, social e econômica, e oportunidades geradoras de emprego e renda para o trabalhador; (b) apoiando a comunidade rural a planejar e implementar o próprio investimento no subprojeto; (c) intensificando esforços para criar capital social em áreas pobres; e (d) mobilização da renda nas comunidades e níveis municipais. (BIRD, 1998).

O grande objetivo colocado era o combate à *pobreza rural*. Nos vários documentos oficiais que se referem ao Projeto, podem ser encontradas versões dos seus objetivos, que giram em torno dos pontos dispostos no acordo, mas enfatizam aspectos diferenciados. No “Manual de Operações do PCPR”, as finalidades do

---

<sup>21</sup> A este respeito vide CARNEIRO, Marcelo, ANDRADE, Maristela e MESQUITA Benjamin “A reforma da miséria e a miséria da Reforma – ações chamadas de reforma agrária no Maranhão” .In: Cadernos Tempos Novos, São Luís: CPT, 1998.

projeto são apresentadas enfatizando a questão do *desenvolvimento sustentável* e a perspectiva da auto gestão, destacadas em primeiro plano:

“É um programa do Governo do Maranhão que tem como objetivo ajudar as pequenas comunidades rurais do Estado a organizar-se e a desenvolver sua capacidade de gerenciar projetos e todas as atividades de interesse de sua localidade, estimulando assim, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da cidadania e a superação da pobreza”.  
Este trabalho é realizado através do financiamento de projetos de infra-estrutura e projetos produtivos e sociais[...]”(Governo do Maranhão, 2001, p- 4).

No Relatório de Avaliação do Programa, relativo ao período de 1998-2002, os avaliadores evidenciam o provimento da infra-estrutura social e econômica básica, vindo em segundo plano o fortalecimento das organizações comunitárias por intermédio do financiamento do programa em tela. De acordo com Fonseca & Melo, 2002, p-17:

“O objetivo geral do Projeto é o combate à pobreza rural e às suas conseqüências. Para tanto, adota pressupostos, operacionalizados como objetivos específicos, que dão forma e conteúdo às ações e encaminhamentos concretos a saber:  
a) provimento de infra-estrutura social e econômica básica, voltada para a melhoria das condições de vida e para a criação de oportunidades de emprego e renda em favor das camadas mais pobres da população rural;  
b) fortalecimento e consolidação de organizações comunitárias locais, voltadas para a descentralização da alocação de recursos e da tomada de decisões em favor de associações de beneficiários e de conselhos municipais.”

No relatório final do Projeto, aparece com destaque o teor de investimento não reembolsável:

“O Projeto de Combate à Pobreza Rural [...] foi um empreendimento do Governo do Estado do Maranhão, apoiado pelo Banco Mundial, que teve por objetivo principal “reduzir a pobreza rural e suas conseqüências, mediante o financiamento não reembolsável de pequenos investimentos de uso comunitário e o fortalecimento de suas associações comunitárias como instâncias geradoras de cidadania.”

Na cartilha de divulgação do PCPR, publicada no mês de setembro de 1991, este projeto é apresentado como incentivador da organização das comunidades para que estas logrem obter capacidade para gerenciar projetos. A superação da

pobreza é enfatizada mediante a passagem por duas etapas, quais sejam: o fortalecimento da cidadania e o chamado desenvolvimento sustentável:

“É um programa do Governo do Maranhão que tem como objetivo ajudar as pequenas comunidades rurais do Estado a organizar-se e a desenvolver sua capacidade de gerenciar projetos e todas as atividades do interesse de sua localidade, estimulando, assim, o desenvolvimento sustentável, o fortalecimento da cidadania e a superação da pobreza.” (Governo do Estado do Maranhão, 2001 p. 4)

No acordo de empréstimo firmado entre o governo do Estado do Maranhão e o BIRD, não há referência a ações direcionadas aos povos indígenas<sup>22</sup> e aos *quilombolas*. O eixo que orienta o Programa é a noção de desigualdade econômica, sem qualquer alusão às questões étnicas e raciais.

O PCPR foi alvo de denúncias, durante os últimos quatro anos de mandato da governadora em alusão, sob o argumento do não cumprimento do objetivo proposto no contrato de financiamento com o Banco Mundial, qual seja: combater a pobreza rural. Nesse sentido, Matias (2002, p. 67) afirma:

Pobreza e corrupção. A combinação destes dois elementos está transformando o Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR, [...] em uma espécie de câncer, que se ramifica pelos municípios, dissemina a corrupção, o clientelismo e a fraude, deixando no caminho obras construídas sem planejamento e perpetuando a pobreza.[...].

O trabalho de Matias abre portas a compreensão de que o combate à pobreza, através do PCPR, tem reafirmado as práticas das negociações do que estou denominando de “clientelismo de balcão”, caracterizado pelo atendimento de segmentos ou territórios geográficos via mediação de políticos, cuja influência junto ao governo leva à elaboração de projetos para o atendimento daquele público. A prática da corrupção se institucionaliza por “demandas” e “ofertas” recriadas pelo “agente mediador”.

---

<sup>22</sup> Sobre a implementação do PCPR nas chamadas comunidades indígenas, vide Rocha (2004) Políticas Públicas e Etnodesenvolvimento: a inserção dos Índios no Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR. O que significa a Pobreza? São Luís: mimeo, 2004.

Dentre as denúncias feitas por Matias, destaca-se um esquema de distribuição de projetos entre os deputados que davam sustentação à governadora Roseana Sarney na Assembléia Legislativa. Segundo este autor, 2002 p. 68-69, o esquema em alusão foi relatado por um deputado investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Câmara Federal (CPI), a chamada CPI do crime organizado:

O ex-deputado Francisco Caíca, cassado por envolvimento com o crime organizado, afirmou, em depoimento público, que a Governadora Roseana Sarney havia dado, na eleição de 1998 “dez projetos do Comunidade Viva para cada deputado”, e que Joaquim Laurixto, preso pelo assassinato do delegado Stênio Mendonça, embolsara a maior parte do dinheiro. As denúncias de irregularidades levaram o deputado estadual José Raimundo a apresentar um pedido de criação de CPI do Comunidade Viva, para levantar a veracidade das denúncias de favorecimento de empresas e o caso das obras inacabadas [...]. O requerimento foi arquivado com oito assinaturas de deputados, das 16 necessárias à aprovação.

Em 2002, foi elaborado uma linha de ação específica do PCPR, através do chamado Projeto Identidade, direcionado as *comunidades quilombolas* e indígenas. Este projeto, embora discorra sobre as singularidades dos grupos étnicos, não faz menção a alguma possibilidade de construção de políticas que venham a culminar com a idéia de cidadania diferenciada. Se por um lado o acordo de financiamento celebrado entre o BIRD e o Governo do Estado do Maranhão trata todas as comunidades rurais de forma homogênea, incluídas na categoria “pobre”; por outro, o chamado Projeto Identidade homogeneiza os grupos étnicos, na medida em que as diferenças não são levadas em conta para a elaboração da chamada estratégia de desenvolvimento. O elaborador do projeto, ao mesmo tempo em que afirma a singularidade de cada comunidade, propõe a construção de uma identidade coletiva:

Cada comunidade negra representa uma especificidade, um feixe de potencialidades a serem valorizadas, abrindo novas oportunidades de renda e trabalho. As identidades singulares podem ser alinhadas numa estratégia de desenvolvimento territorial única, como categoria mobilizadora que entusiasma o coletivo.” (Jara, 2002 *apud* Souza e Furtado, 2004 p. 85)

É fundamental apoiar e estimular o desenvolvimento de uma estrutura organizacional mais aberta e integrada, em escala territorial, criando uma lógica de redes, uma sinergia que anime o movimento social e, ao mesmo tempo, respeite a autonomia das comunidades locais. Estimular a construção de redes intercomunitárias que possam oferecer reciprocidade aos esforços e reivindicações de outras redes sociais e, também, dos atores institucionais. Sustentar essas redes num processo de formação da identidade coletiva, interpretada como auto identificação das pessoas e comunidades com uma realidade comum, um senso de pertença da própria pessoa ao grupo e, ao mesmo tempo, as diferenças e identificações que os outros fazem dela. (Jara *apud* Souza e Furtado, 2004, p.66)

Esse Projeto [Identidade] surge como uma forma de desviar a atenção das denúncias de irregularidade na aplicação dos recursos financeiros, do PCPR, amplamente enunciadas em alguns jornais sediados em São Luís<sup>23</sup>. Conforme Souza e Furtado (2004 p. 84) este projeto tem como objetivo:

“[...] contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de combate à pobreza rural no Maranhão mediante a construção de uma nova modalidade de intervenção institucional compartilhada, baseada na formulação de estratégias territoriais e sustentada na criação de redes inter-comunitárias de cooperação, por intermédio de capacitação e formação do capital humano destinadas a facilitar os processos de planejamento de programas e projetos de desenvolvimento sustentável.”

Ainda sobre o Projeto Identidade, vale ressaltar que o lugar de fala dos seus elaboradores é o mesmo dos organismos internacionais, que dizem reconhecer as diferenças, a multiculturalidade dos Estados onde atuam, mas este reconhecimento ocorre sob a perspectiva de “inclusão” dos grupos nos quais estão focalizados. A perspectiva é a do *desenvolvimento* ou *desenvolvimento sustentável*, cuja matriz se baseia na noção de que esses grupos devem trilhar os caminhos do chamado *desenvolvimento* ancorado no crescimento econômico. As mesmas idéias que deram suporte à chamada política desenvolvimentista do Pós-Segunda Guerra Mundial, que num só tempo dividiu o mundo em desenvolvido e subdesenvolvido.

Os recursos financeiros destinados a implementação do PCPR resultam do acordo de empréstimo selado entre o Banco Mundial e o Governo do Maranhão,

---

<sup>23</sup> A título de exemplo, o Jornal Pequeno, numa das suas edições do mês de abril de 2001 enuncia a seguinte manchete: Corrupção no Programa Comunidade Viva: Programa de Combate à Pobreza é um foco de corrupção e clientelismo no Maranhão.

tendo o Governo Brasileiro como fiador. Iniciado em junho de 1998, teve o término previsto para junho de 2004. Fonseca e Melo (2002:17), relacionam o PCPR a outros Programas implantados em diferentes estados, que sucederam ao PAPP:

[...] O projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Maranhão – PCPR-MA, à semelhança do que ocorre nos demais Estados do Brasil, compõe a atual geração de projetos sucessores do Projeto de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais – PAPP (reformulado em 1993, passando a sigla a PAPP-R<sup>24</sup>). Trata-se de parceria do Governo do Estado do Maranhão com o Banco Mundial, de quem conta com financiamento parcial, [...]

Uma das características singulares do PCPR-MA, segundo estes autores, seria o seu caráter descentralizado, na eleição e na execução dos investimentos. Percebo que ao falarem em descentralização não estão considerando as redes de relacionamentos construídas nos municípios, que centralizam os programas governamentais nas prefeituras municipais e nas Gerências de Desenvolvimento Regional. Às comunidades resta escolher projetos num elenco previamente estabelecido, com alternativas limitadas.

## **2. 2 PCPR: cartão de visitas do Maranhão**

A implementação do PCPR-MA ocorre, por um lado, com a construção de um corpo burocrático, e, por outro, com a adoção de um amplo programa de propaganda que, por sua vez, associa os aspectos da burocracia e do carisma da governadora Roseana Sarney, haja vista se constituir no seu principal programa direcionado ao meio rural. Por intermédio deste programa, a governadora e sua corte administrativa emitem um discurso alusivo ao desenvolvimento rural sustentável, deixando nas entrelinhas uma noção de que os problemas vividos pelos chamados pobres rurais, logram espaço no mandato desta governadora.

---

<sup>24</sup> PAPP Reformulado

O corpo burocrático construído para a implementação do PCPR foi formado pela aglutinação de órgãos governamentais da esfera estadual e uma instituição federal – o INCRA. O NEPE, vinculado à GEPLAN – Gerência de Estado de Planejamento e Gestão<sup>25</sup>, coordenava o Projeto Comunidade Viva, que envolvia três frentes de atuação: as ações de Reforma Agrária, realizadas pelo ITERMA em parceria com o INCRA; o PCPR e o Cédula Terra<sup>26</sup>. As Gerências de Estado de Desenvolvimento Regional atuavam mais próximas das chamadas comunidades pobres. Na realidade, o chamado Projeto Comunidade Viva parece ter se resumido à implementação do PCPR e do Projeto Cédula da Terra.

Os financiamentos, no âmbito do PCPR, seriam realizados segundo componentes estruturais do programa em número de três: “A”, “B”, “C”.

O componente “A” refere-se aos subprojetos comunitários, os quais são subdivididos em três classes: Infra-estrutura, Produtivo e Social. Essas classes estão subdivididas em várias tipologias.

Desenvolvimento Institucional compreende o componente “B”, que tem como finalidade “[...] a criação de um ambiente propício ao gerenciamento descentralizado do projeto, [...] um novo instrumento de gestão: o Fundo de Apoio Comunitário – FUMAC. [...]” (Soares, op. cit. p. 19). Além da finalidade em epígrafe, este sub-componente deveria proporcionar assistência técnica e treinamento às unidades técnicas de implementação do programa, aos conselhos municipais e às associações; e também, a assistência técnica para preparar e implementar a reforma do Estado.

---

<sup>25</sup> Atualmente o Núcleo de Programas Especiais encontra-se vinculado à Gerência de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – GEAGRO. Essa mudança resulta da “alternância” do governo do estado entre a Sra. Roseana Sarney Murad e José Reinaldo Tavares.

<sup>26</sup> O projeto Cédula da Terra foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de financiar a compra de imóveis rurais para os chamados agricultores/agricultoras familiares organizados/organizadas em associações legalmente registradas nos órgãos estatais. Os críticos deste programa a ele se referiam como Reforma Agrária de Mercado, numa alusão à transformação da terra em mercadoria, contextualizando-a na ordem neoliberal.

O componente “C” destinava-se à administração do projeto, por intermédio do qual seriam realizadas atividades como: supervisão, monitoria, capacitação e avaliação dos demais componentes.

Essa questão pode ser melhor observada quando tomo para análise a suposta autonomia das comunidades para escolherem os projetos a serem financiados. Essa autonomia deve ser relativizada, pois a escolha se dá dentro de um conjunto de critérios pré-estabelecidos pelos elaboradores do programa. O saber local das comunidades sobre as suas condições organizacionais e sobre as condições naturais de seus territórios para a implementação deste ou daquele projeto, estaria limitada pelas tipologias pré-estabelecidas pelos agentes elaboradores e financiadores do Programa – no caso, os burocratas. E, ainda, ao fato dos chamados “beneficiários” possuírem associações registradas nos cartórios e instituições governamentais. Estas devem passar pela aprovação das gerências regionais, as quais, são dirigidas por agentes políticos escolhidos de acordo com o prestígio que logram nas regiões.



### 3. O PCPR NA FILIPA

---

Como e por que ocorre a inserção da Filipa no âmbito das ações do PCPR? Identificada oficialmente como uma *comunidade quilombola*, Filipa é inserida num projeto de combate à pobreza rural, em caráter prioritário.

É interessante observar que por ocasião da implantação do PCPR, as *comunidades quilombolas* não eram alvo da sua atuação. O que move esse deslocamento no âmbito do PCPR?

Em 2003, a delegação Comunidade Européia declarou no Fórum Internacional de ONG - Organizações Não-Governamentais e OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, que estaria redefinindo suas de linhas de financiamento para o Brasil, porque este país vinha recuperando o seu crescimento de forma saudável. No entanto, demonstrou interesse em manter projetos destinados às regiões Norte e Nordeste por conta das questões relativas ao meio ambiente; aos povos indígenas; ao “trabalho infantil” e as questões relativas à pobreza. A Comunidade Européia pareceu sugerir que a sua atuação no Brasil se daria mediante a estratégia da chamada “*focalização*”, como já vinha fazendo o Banco Mundial e os organismos da ONU.

#### **3.1 Filipa. Comunidade Negra, Projeto de Assentamento, Comunidade Quilombola, Pobre: movimentos de identificação**

“Nenhuma identidade singular [...] podia alinhar todas as diferentes identidades com uma “identidade mestra” única, abrangente, na qual se pudesse, de forma segura, basear uma política. As pessoas não identificam mais seus interesses exclusivamente em termo de classes sociais; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades das pessoas possam ser reconciliadas e representadas”.

Stuart Hall

A comunidade de Filipa – escrita com as iniciais Fi – como é amplamente conhecida, constitui-se de um conjunto de famílias, em sua maioria aparentadas entre si, que residem numa terra-território recebida de Filipa. Está situada a uma distância de 10 km da sede do município de Itapecuru-Mirim<sup>27</sup>, Estado do Maranhão, entre o Rio Itapecuru-Mirim<sup>28</sup> e a BR 316, na mesorregião denominada pelo IBGE como norte maranhense.

Os moradores de Filipa contam que Marcos, o unigênito de Filipa, um dia foi caçar e gostou muito do lugar, onde veio a fixar moradia com sua família, inclusive sua mãe. Desde então, a localidade, que, inicialmente, era um sítio com apenas três casas, foi nomeada Morro da Filipa. Na memória oral dos membros da comunidade não há registro de uma data precisa acerca do tempo de existência da comunidade, no entanto, fazem referência ao período da escravidão, mais notadamente da fundadora, Filipa, uma escrava liberta da Fazenda Barriguda, situada nas margens do Rio Itapecuru-Mirim.

No relato da Sra. Nielza, bisneta de Filipa, o pequeno sítio se transformou numa comunidade com muitas casas. Com o tempo, foi voltando a ficar pequena porque os pais e as mães queriam que seus filhos estudassem e na comunidade não havia professora, por isso as pessoas foram se mudando para a sede do município ou para localidades mais próximas das escolas.

Nos anos 60, segundo o relato Sra. Nielza, Hipólito e seus irmãos Lino e José João, resolveram registrar a terra, que compreendia 550 hectares, no cartório

---

<sup>27</sup> A vila de Itapecuru-Mirim logrou obter a categoria de cidade por intermédio da Lei nº 919 de 21 de julho de 1870, assinada por José da Silva Maya, vice-presidente da Província do Maranhão.

<sup>28</sup> É um rio genuinamente maranhense. Itapecuru, em tupi guarani quer dizer águas que correm entre pedras. O rio nasce a uma altitude de 480 metros no sistema formado pelas serra de Cruzeiras, Itapecuru e Altercatas; faz um percurso de 1.450 km desde a sua nascente no Sul do Estado do Maranhão até à sua foz na Baía de São José situada no norte deste Estado. Até o início do século XX, o rio Itapecuru era a principal via de escoamento da produção regional. Sua importância a nível estadual era grande devido ao fato de ser o canal de transporte de produtos do interior até a capital. Com a construção da estrada de ferro São Luís x Terezina na década de vinte, paralela ao rio e posteriormente com o asfaltamento da BR-316 na década de sessenta, o rio perdeu esta função.

de Itapecuru-Mirim. Ainda de acordo com seu relato os três irmãos vieram a falecer sem concretizar o desejo de terem a terra registrada em cartório. José João faleceu em 1964, Hipólito e Lino faleceram em 1966.

Este grupo social constitui-se de 162 pessoas<sup>29</sup>, distribuídas em 42 unidades residenciais, sendo 86 pessoas do sexo masculino e 76 do sexo feminino. A distribuição de acordo com a faixa etária apresenta-se da seguinte forma:

#### **Distribuição da população da Filipa por Faixa Etária**

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade de pessoas</b>
0 a 7 anos	23
8 a 14 anos	25
15 a 16 anos	11
17 a 21 anos	28
22 a 54 anos	55
56 a 59 anos	6
60 a 64 anos	4
+ 60 anos	10

Dados de novembro/2005

Além deste contingente que possui moradias fixas na área de domínio desta comunidade, existem pessoas que moram em outros lugares que se reconhecem como pertencentes a esta comunidade. Observei este aspecto na fala da Sra. Maria<sup>30</sup>, quando ela afirmou: “fiquei emocionada ao assistir pela televisão a história da minha comunidade, me lembrei de todo mundo”. Quero, por intermédio das palavras de Sra. Maria ressaltar que a dimensão deste grupo vai além dos limites de uma base física circunscrita oficialmente. Assim como a Sra. Maria, existem dezenas de pessoas que residem na periferia da cidade de Itapecuru-Mirim, mais precisamente no Bairro Piçarreira, em São Luís e outras localidades. Pessoas

<sup>29</sup> Estes números foram levantados pela Senhora Nielza a pedido da Secretaria de Ação Social do Município de Itapecuru-Mirim como um dos requisitos para a implantação do PETI em Filipa.

<sup>30</sup> Registrei o relato de Dona Maria no dia 19 de janeiro de 2005, na capela de São Sebastião, no meio das conversas que antecediam a ladainha em homenagem a este santo. Esta senhora reside em Brasília e encontrava-se passando suas férias na comunidade. As pessoas presentes conversavam sobre uma visita que alguns membros da comunidade fizeram à comunidade de Piqui da Rampa – que também se conhece como quilombola – situada no município de Vargem Grande, Estado do Maranhão.

que saíram da comunidade, principalmente, motivadas a procurar trabalho e escolas para os filhos. A esse respeito, Leite (2004, p. 72) ao tratar da expansão populacional da comunidade de Casca, no município de Mostardas, Rio Grande Sul, afirma que se trata de um processo que “[...]propicia a renovação e a criatividade dos laços históricos e sociais ali fundados, reafirmando a importância simbólica e política conferida à **ancestralidade** (grifa da autora)[...]”

O município de Itapecuru-Mirim, do qual a Filipa faz parte, juntamente com outros 7 (sete) municípios<sup>31</sup>, formam a microrregião do Itapecuru-Mirim. Este município conta, segundo o IBGE (2002), com uma população de 42.772 habitantes. A população denominada por este órgão como população rural<sup>32</sup> é de 15.111 habitantes, ou seja, 35,32% do total; enquanto aquela denominada como população urbana é de 27.661 habitantes, 64,68% do total.

A maioria das casas residenciais são construídas em alvenaria e possuem tetos de telhas de barro. Estão dispostas em fileiras paralelas, sob mangueiras de várias espécies, num percurso de aproximadamente 400 metros, desde a entrada, onde está localizado o campo de futebol, até a residência de D. Ana, última casa que tem sua frente dirigida para o poente. Além das casas residenciais, encontram-se outras edificações, quais sejam: três casas-de-farinha<sup>33</sup>,

---

<sup>31</sup> Os demais municípios que formam a microrregião do Itapecuru são: Cantanhede, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas e Vargem Grande

<sup>32</sup> Segundo o IBGE (2005), a área rural é compreendida como: “a área externa ao perímetro urbano”. Enquanto a área urbana diz respeito a “área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal”. Essas categorias acionadas pelo IBGE são subsidiárias da divisão territorial levada a efeito pelo Governo do chamado Estado Novo, mediante o Decreto Lei 311, de 2 de março de 1938 o qual determinou que todas sedes de municípios teriam a categoria de cidade. Seguindo os ditames desse decreto a categoria cidade para o IBGE é nomeada como a “[...]localidade onde está sediada a prefeitura municipal. É constituída pela área urbana do distrito-sede e delimitada pelo perímetro urbano estabelecido por lei municipal[...]”. Importa chamar atenção que o cálculo do grau de urbanização do país não leva em consideração as características das localidades. Para uma crítica mais evidente das questões aqui levantadas, ver Veiga (2002), Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.

<sup>33</sup> Uma casa de farinha contém os equipamentos para o beneficiamento de mandioca e arroz, chamada de agroindústria comunitária, adquirida pela comunidade mediante o recebimento de recursos do PCPR, foi toda construída em alvenaria. As outras duas casas-de-farinha são cobertas de palha de babaçu, possuem chão-batido e têm paredes de madeira.

a igreja católica; o barracão onde são realizadas festas dançantes; a escola<sup>34</sup> e o posto de saúde<sup>35</sup>.

Tenho me referido a Filipa como uma comunidade. Este termo é utilizado pelos moradores que se referem à “nossa comunidade”. Os agentes externos (representantes da prefeitura; agentes do governo estadual; agentes da Igreja católica; lideranças sindicais; militantes dos movimentos negros, etc.) quando se referem a Filipa utilizam a expressão “comunidade da Filipa”.

O processo de identificação dos moradores da Filipa é marcado por diferentes elementos que são acionados nessa construção. Os discursos de pessoas da comunidade, enunciados em diferentes situações, diante de diferentes interlocutores, expressam a dinâmica de identificação.

Um dos elementos acionados refere-se ao parentesco. Os moradores da Filipa consideram-se parentes entre si, ligados por uma ascendência comum: Filipa. O presidente da Associação da Filipa, Xavier<sup>36</sup>, afirmou que a principal diferença entre sua comunidade e as demais é que na Filipa quase todas as pessoas são parentes.

Outro elemento acionado, diz respeito ao passado escravocrata. Ao apontar esse critério, Xavier relaciona Filipa com outras comunidades:

“[...] com as comunidades quilombolas a semelhança é que somos todos negros, somos descendentes de escravos. Antes isso era uma coisa negativa mais até que enfim chegou o tempo em que ser descendente de escrava é uma coisa positiva. E a Filipa não se identifica assim por causa de qualquer lei ou porque surgiu associações se dizendo descendentes de escravos. A Filipa sempre se identificou como descendente de escravos [...]”

---

<sup>34</sup> O prédio é formado por uma secretaria, banheiro externo, cozinha e 2 salas de aula

<sup>35</sup> Segundo as informações dos moradores de Filipa, o posto de saúde foi construído pela Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim por meio de um convênio celebrado com o INCRA, porque a Filipa integra o PA Entroncamento.

<sup>36</sup> No dia 20 de janeiro de 2005, dia de São Sebastião, estive na casa de Xavier conversando com ele sobre a implementação do PCPR em Filipa. Nessa ocasião ele me informou sobre a reivindicação que a comunidade estava dirigindo à Fundação Cultural Palmares e ao INCRA no sentido de ampliar a área de terra de Filipa.

Entendo que Xavier está atribuindo a Filipa sua singularidade. Primeiro afirmando o parentesco consangüíneo inerente à maioria das pessoas que constituem a comunidade. Depois, aludindo à especificidade histórica que lhes permite uma demarcação como grupo diferenciado ante aqueles que genericamente são denominadas de *comunidades quilombolas*. Ou seja, a maneira como esta comunidade se posiciona ante a si mesma e diante dos “de fora”.

Os membros da *comunidade* Filipa seguem normas<sup>37</sup> demarcadoras de sua singularidade, face às outras *comunidades negras*, com as quais se relacionam. As regras ajudam a evidenciar e manter as fronteiras que separam os “de dentro” e os “de fora” Aquelos/aquelas que infringem alguma dessas normas são passíveis de serem submetidos às sanções.

Não andar armados<sup>38</sup> é uma tradição compartilhada pela comunidade. Referem-se a esta tradição enfatizando que é uma regra compartilhada entre os membros da comunidade. Nesse sentido, o Sr. Cecílio, com 73 anos, um dos membros da comunidade que não é descendente da fundadora Filipa, relata:

“Me orgulho da comunidade porque vamos em festas na Santa Rosa, no Oiteiro, em todo lugar, se alguém pedir uma faca para descascar uma laranja vai ter que descascar com a mão porque o povo da Filipa não anda armado, quando se vê alguém da comunidade com um facão na cintura é porque tá vindo do mato. Isso já faz parte do costume da comunidade. Nós já somos acostumados assim desde os tempos dos mais velhos”.

Essas regras compartilhadas com os que compõem a Filipa, são estendidas às pessoas que visitam a comunidade, os “*de fora*”<sup>39</sup>. Seus moradores

---

<sup>37</sup> Normas compreendidas como o conjunto de regras e sanções.

<sup>38</sup> Acho necessário apresentar uma diferenciação entre instrumento de trabalho e arma. Entendo que faca, facão, etc., na linguagem policial são chamadas de armas brancas. Esse termo só é útil no contexto policial. Se uma pessoa utiliza algum destes instrumentos quando está trabalhando na roça, trata-se instrumento de trabalho. No entanto, se estes mesmos instrumentos são levados para uma festa ou a outro lugar mediante a idéia de que têm a serventia de defesa ou proteção, entendo que tais instrumentos foram transformados em armas. Ressalte-se, nos conflitos agrários que envolvem violências físicas e simbólicas geralmente quando policiais argumentam que apreenderam armas que estariam sob o poder de agricultores, trata-se de instrumentos de trabalho e não de armas. Portanto, o uso desses instrumentos deve ser contextualizado, como fez o Sr. Cecílio.

<sup>39</sup> O termo os “de fora” é bastante utilizado pelos moradores de Filipa quando se referem às pessoas que não são da comunidade.

contam que as pessoas que lhes visitam por ocasião da realização de festas; de partidas de futebol; de tambor de crioula ou qualquer outra atividade, são ultimados a seguirem as normas do território de Filipa. Como bem enfatiza o Sr. Bernardino, 75 anos, bis-neto de Filipa, “É porque **os lá de fora** já sabem as nossas regras de muito tempo, que já vem dos mais velhos”.

Brigar em festas vai contra as regras que seus moradores constroem para que a Filipa tenha um status de comunidade singular. O Sr. Cecílio conta que, onde é hoje o local da casa do Sr. Miguel, havia um mourão cheio de argolas, no qual eram amarradas as pessoas que brigavam nas festas. Se alguém infringisse a regra de não brigar era amarrado até o final da festa.

Atualmente a comunidade não utiliza o mesmo instrumento de punição, mas a regra permanece, porém com atualizações, aliando as regras internas da comunidade às regras jurídicas da sociedade nacional. Os habitantes da Filipa relatam que agora as pessoas não ficam mais amarradas aos mourões até o final da festa, são apenas expulsas e amarradas pelos seguranças<sup>40</sup> da festa e entregues à polícia. E se a polícia demorar chegar? O Sr. Cecílio responde, citando o que ocorreu numa festa que foi realizada na comunidade no mês de maio de 2004:

“Veio os rapazes da rua (da sede do município de Itapecuru-Mirim) e começaram uma briga, as pessoas da comunidade que estavam de segurança pegaram dois dos três que estavam brigando. Eles ficaram amarrados das 12:00 horas (00:00 hora) até quatro horas da madrugada, quando a polícia chegou para levar eles presos. Algumas pessoas queriam que agente batesse nos rapazes, eu disse aqui não se bate em ninguém, mais vão ficar amarrados.”

Ele enfatiza que a comunidade tem uma tradição de fazer suas festas sem confusão e aqueles que chegam **de fora** devem fazer o mesmo.

Por outro lado, a construção da singularidade de Filipa, pode ser percebida mediante o engajamento dos seus moradores nas atividades que

---

<sup>40</sup> A comunidade atribui a alguns homens da comunidade o poder para desempenhar a função de segurança. Somente eles podem expulsar e entregar à polícia pessoas que brigarem nas festas.

consideram voltadas para o “benefício da comunidade”, na perspectiva de fortalecimento dos laços comunitários através do investimento de recursos nos bens de uso comum que a comunidade dispõe.

Ao apontar o trabalho comunitário como critério de singularidade, a Sra. Nielza, 66 anos, bis-neta de Filipa, aponta a diferença que entende existir entre a Filipa e outras comunidades, dizendo assim:

“Veja como aqui tudo é feito em benefício da comunidade, diferente de outras comunidades. Recebemos R\$ 300,00 (trezentos reais) de uns americanos que vieram visitar a comunidade. Se fosse em outra comunidade, esse dinheiro era dividido. Mas, a comunidade achou melhor comprar um forno para a casa-de-farinha, torneiras e canos e colocar grades na casa-de-farinha.”

A Sra.Nielza chama atenção, na mesma ocasião, para alguns critérios exigidos para que a pessoa possa fazer parte da *comunidade* de Filipa. É necessário que seja filho da comunidade ou se afilie mediante a incorporação das normas que regem a comunidade, especialmente no que concerne ao que denomina como trabalhar em benefício da comunidade. Ser filho da comunidade significa nascer na comunidade, mesmo sem estar ligado ao tronco genético da fundadora Filipa.

A maneira como esse critério de pertencimento se processa na Filipa é explicado pela Sra. Nielza, da seguinte forma:

“Domingos: O que é necessário para que uma pessoa possa dizer que faz parte da comunidade de Filipa?

Sra. Nielza: Ela precisa de muita coisa. Precisa ser filho da comunidade.

Domingos: O que é ser filho da comunidade?

Sra. Nielza: é nascer dentro da comunidade e manter se manter na comunidade e cumprir com seus deveres fazendo seu papel, entrar na sociedade com agente e lutar pelo bem comum da comunidade, ser sócio, se associar, contribuir, tanto fazer parte no que entra como no que sai, aí eu posso dizer eu sou uma filipense mesmo, porque eu luto pela comunidade. Mesmo assim, tem alguns que não nasceu na comunidade mais mora muitos anos ele pode ser um filipense também, tendo interesse. Como eu tenho o exemplo do meu sobrinho que veio da Santa Rosa, ele nasceu aqui, foi embora para Santa Rosa e depois já de idade ele voltou pra cá e trouxe o filho, e hoje ele faleceu e deixou os filhos e esse filho contribui muito bem com a comunidade.”



Outro elemento que faz parte do conjunto de normas compartilhadas pela Filipa, tendo em vista a sua singularidade, trata-se da gestão dos bens de uso comum, a exemplo da casa-de-farinha e das terras que são gerenciadas mediante um conjunto de normas estabelecidas pelos antigos moradores e atualizadas pelos que contemporaneamente constituem a comunidade.

A maneira singular dos moradores de Filipa gerenciarem os bens de uso comum levou os agentes do PCPR<sup>41</sup> a atribuir à comunidade o status<sup>42</sup> de comunidade modelo<sup>43</sup>, enfatizando que a singularidade teria sido construída pelo PCPR. No entanto, os moradores da Filipa emitem discursos que aludem a um processo historicamente construído pela própria comunidade, não sendo um fato recente.

Portanto, não se constitui uma novidade a existência de casa-de-farinha comunitária em Filipa. O processo de organização para a manutenção dos bens através de formação de um fundo comunitário que os moradores denominam de “foro<sup>44</sup>”, faz parte do conjunto regras que afirmam herdadas dos seus ancestrais. A Sra. Nielza diz o seguinte a esse respeito:

“Antes [do PCPR] nós já tínhamos uma casa-de-farinha nossa da comunidade, tipo aquela [apontando para a casa-de-farinha de propriedade de Sra. Conceição e do Sr. Hilton, que é construída a partir de palha de babaçu, cercada de madeira e possui o piso de chão batido], mesmo de palha, nessa época agente já pagava o foro, antigamente era meia quarta de farinha, quer dizer 4 kg por alqueire. Desde o tempo do meu pai e do meu tio José João. Pra que era essa farinha que agente pagava? Pra comprar um relho de caititu, a peneira para peneirar massa, uma roda [...] Antes não tinha associação, não tinha documento, mas tinha regras.”

---

<sup>41</sup> Agentes do PCPR é um termo construído por mim para designar um conjunto de pessoas e organismos governamentais e não-governamentais que operam com a implementação do programa em alusão. Compreendo que estes agentes são os técnicos do NEPE; os técnicos da Gerência de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapecuru-Mirim; os sócios e técnicos de empresas credenciadas pelo NEPE para a elaboração e execução dos projetos exigidos pelas normas do projeto.

<sup>42</sup> No sentido de ocupação de uma posição diferenciada ante as outras comunidades.

<sup>43</sup> Analisarei esta questão mais adiante.

<sup>44</sup> A comunidade designa como foro o pagamento que seus membros realizam por ocasião da utilização da casa-de-forno. Na Filipa esse pagamento é efetuado em produto, no caso a farinha. De acordo com as normas locais, esse pagamento deve ser feito ao presidente da associação, o qual tem a responsabilidade de guardar o produto, comercializá-lo e investir os recursos financeiros na própria da casa-de-forno, mediante a compra de materiais, melhoria da estrutura física do prédio, etc.

Para que as regras sejam cumpridas os moradores acreditam que tem sido necessário um processo de vigilância permanente sobre os membros da *comunidade*, sempre exercido por descendentes consangüíneos de Filipa. Estes são os que possuem legitimidade para controlar o cumprimento das regras. Nesse sentido, o rigor no cumprimento das regras é ressaltado como se essa fosse a condição necessária para regular o comportamento da comunidade dentro dos preceitos estabelecidos pela ancestralidade. A esse respeito, a Sra. Conceição<sup>45</sup>, emite um discurso que faz alusão às normas relativas ao gerenciamento da casa-de-farinha, um bem de uso comum, associando-o à norma exercida pela comunidade, “guardar os dias-santos<sup>46</sup>”:

“Dia de domingo aqui não se torrava farinha, dia-santo também não, o velho era tão duro que ele botava água debaixo do forno e fogo não pegava.”

A força dos guardiões das normas da comunidade é contada também pela Sra. Nielza, ressaltando as sanções a que os moradores da comunidade eram submetidos, como se atualmente as sanções fossem menos rigorosas e mais desafiadas, Ela diz assim:

“Olha, véspera de todos os santos o meu cunhado foi torrar farinha, botou mandioca na casa-de-forno, e ele disse: mais não criaçada vocês estão sabendo que amanhã é dia de todos os santos, de meia noite em diante ninguém torra mais farinha aí, (sic) passar de meia noite já é primeiro. Aí fui justamente que ele não botou água debaixo do forno mais fez ele tirar a massa e torrar ali nas Três Bocas. A lei era cumprida.”

Conforme o discurso da Sra. Nielza e da Sra. Conceição, a norma relativa a “guardar os dias-santos”, especialmente utilizando os bens de uso comum, é demarcadora de diferença entre a Filipa e pelo menos a Comunidade de Três Bocas, onde essa norma, ou não existia ou não havia rigor no seu cumprimento,

---

<sup>45</sup> A Sra. Conceição é esposa do Sr. Hilton, bis-neto da fundadora, Filipa.

<sup>46</sup> Os moradores de Filipa utilizam a categoria guardar o dia santo, no sentido de que não é permitido que as pessoas trabalhem em algumas datas.

haja vista ter sido o lugar apontado pela Sra. Nielza, onde o seu parente conseguiu torrar farinha no dia 1<sup>o</sup> (primeiro) de novembro, dia de todos os santos.

A escolha do terreno para a roça também está sujeita às normas construídas pela comunidade de Filipa. Seus moradores explicam que as áreas de relevo baixo são destinadas para o plantio de arroz, enquanto aquelas de relevo mais alto e de estrutura arenosa são destinadas ao plantio da mandioca.

Mediante acordos entre os membros da comunidade, as famílias escolhem os locais para fazerem suas roças. O que chamam de trabalho comunitário é exercido nas várias etapas exigidas para a feitura das roças (roçagem, coivara, capinas, colheita, etc) de cada família, mediante a troca de dias trabalho. Ressalte-se que existem, também, aquelas famílias, mesmo em minoria, que contratam mão-de-obra sazonalmente mediante o pagamento monetário.

De acordo com as informações dos moradores, as terras da Filipa são de uso comum e compreendem 450 hectares. Encontram-se entre os bens da comunidade que devem ser utilizados sob a égide das normas construídas desde “os tempos dos velhos”, como bem enfatiza a Sra. Conceição. O uso da expressão os tempos dos mais velhos, é acionada pelos moradores da Filipa para se referirem aos seus ascendentes.

O uso comum das terras também faz parte do conjunto de regras construídas pela Filipa, tendo em vista o seu processo de identificação enquanto comunidade singular. Estou compreendendo uso comum da terra no sentido da análise de Almeida (1989, p. 163):

“[...] situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre os vários grupos familiares, que compõem uma unidade social.[...]”

O processo de uso comum da terra é acionado pelos moradores como uma estratégia para manter a coesão da comunidade. Esse processo se dá mediante as regras próprias construídas pela comunidade, que lhes permitem o estabelecimento de fronteiras socialmente reconhecidas internamente e pelos agentes externos. São distribuídas de acordo com o entendimento dos membros da comunidade do que é aptidão natural para o cultivo de cada planta<sup>47</sup>. Nas palavras da Sra. Nielza, verifico também uma alusão à divisão igualitária da terra, sem perder de vista o que chama de trabalhar em benefício da comunidade:

“[...] não dá pra fazer uma divisão por igual. Às vezes uns ficam com um pedaço de terra de arroz, mais não fica com **um** pedaço bom pra mandioca. Assim como nós fazemos beneficia a todos.”.

Entendo que a Filipa constitui-se numa *comunidade étnica* (Weber, 1992) porque crêem numa origem comum, a ascendência da escrava Filipa; estabelecem relações solidárias cotidianas e permanentes; seus moradores seguem regras especificamente construídas pelos seus ascendentes e atualizadas conforme o contexto. Esse conjunto de instrumentos demarca as fronteiras que diferenciam a Filipa de outras comunidades; ou seja, um processo de oposição entre o “**nós**” e os “**outros**”, como bem enfatizou Bandeira (2004, p. 11) ao argumentar que esse processo se constitui numa

[...] experiência humana instituidora de definições de semelhanças, de diferenças, com que se tem distinguido, ordenando e regulando os relacionamentos, os processos de convivência, promovendo uma elaboração simbólica da diversidade.”

### 3. 2 Filipa: comunidade negra rural quilombola.

Contemporaneamente, a comunidade Filipa se autodenomina uma *comunidade negra rural quilombola* e reivindica uma ascendência escrava. Seus

---

<sup>47</sup> Por exemplo, terras baixas para o plantio de arroz e terras altas e arenosas para o plantio de mandioca.

moradores afirmam-se descendentes de uma escrava liberta que fundou a comunidade. Na segunda metade da década de 1980, a Filipa e outras comunidades foram inseridas nos discursos e ações dos movimentos negros, os quais se referiam a elas com a denominação de *comunidades negras rurais*. Meu esforço nesta parte do texto está voltado para uma análise do dinâmico processo de identificação desta comunidade, especificamente enquanto *comunidade negra rural*, *comunidade quilombola* e *assentamento*.

Há também referências sobre a Filipa como *Terra de Pretos*. Os moradores recorrem a um tempo passado em que eles eram assim denominados e se reconheciam como tal. A Sra. Minervina<sup>48</sup> identifica a comunidade nesta situação quando se refere ao significado de uma das suas manifestações culturais mais fortes, o tambor de crioula:

“Seu mocinho<sup>49</sup> eu já brinquei muito tambor nesta baixada, olhe que os pretos da Filipa sabe brincar um tambor. Quando agente chegava, diziam lá vem os pretos da Filipa”.

Almeida (1989, p. 1) analisando alguns aspectos relativos à estrutura agrária brasileira chama atenção para os sistemas de uso da terra, os quais, contrariando as normas jurídicas vigentes, são regidos por normas próprias construídas pelos grupos situados em diferentes partes do Brasil. Este autor adverte que estes territórios são ignorados pelos organismos oficiais que tratam das questões agrárias<sup>50</sup> assim como as análises econômicas lhes impõem uma invisibilidade porque consideram estes sistemas irrelevantes e destinados a desaparecer.

---

<sup>48</sup> A Sra. Minervina, tem 82 anos, é bis-neta da fundadora da comunidade. Ela tem uma predileção muito especial ao tambor de crioula.

<sup>49</sup> Desde a minha primeira visita a Filipa, quando fui apresentado para D.Minervina ela me chama de Seu Mocinho. Sempre ela diz: “me discupe eu está lhe chamando assim, mais é porque eu gosto muito do senhor”.

<sup>50</sup> Escrevo no plural – questões agrárias – porque compreendo que não há uma questão agrária, mas uma variedade de questões, cada uma com sua especificidade.

No âmbito da categoria *terras de uso comum*, Almeida sublinha um conjunto de situações específicas, tais como: as terras de preto, terras de santo, terras de índios, terras de herança e as terras soltas ou abertas.

Neste trabalho, interessa-me especificamente a categoria *terra de preto*, que compreende situações de domínio de terras nas quais os grupos sociais que as controlam construíram normas próprias que nem sempre coadunam com o ordenamento jurídico vigente. Esses domínios, segundo Almeida, compreendem:

“- [...] aqueles domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos. Abarcam também concessões feitas pelo Estado a tais famílias mediante a prestação de serviços guerreiros [...]

- os descendentes diretos de grandes proprietários, sem grande poder de coerção, adotando o aforamento, mantendo famílias de ex-escravos e seus descendentes numa condição designada de foreiros, sem quaisquer obrigações maiores, possibilitando, inclusive, uma coexistência de formas de uso comum com a cobrança simbólica de foro incidindo sobre parcelas por família, visando não deixar dúvidas sobre seu carácter privado[...]

**- as extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração”.**

- Terras conquistadas por prestação de serviços guerreiros ao Estado, notadamente na guerra da Balaiada (1838-41).” (Almeida, 1989, p. 174, grifo meu).

É possível analisar a Filipa como *Terra de Preto*, considerando a representação que constroem seus moradores: “Filipa é uma comunidade negra quilombola que tem uns 200 anos. A comunidade começou com minha bis-avó, que tinha o nome de Filipa”. Este foi primeiro relato que eu ouvi de uma pessoa de dentro da comunidade de Filipa, por ocasião da minha apresentação à comunidade no dia 5 de novembro de 2004.

A Filipa se auto-denomina uma *comunidade quilombola*. No entanto nos relatos da Sra. Nielza não há nenhuma menção à fuga de escravos para constituição do quilombo. Ao contrário, o Morro da Filipa, nome de origem da

comunidade, é construído por uma escrava liberta. Numa entrevista ao Jornal de Itapecuru<sup>51</sup>, a Sra. Nielza evidencia este aspecto:

“Esta comunidade começou com minha bis-avó, que tinha o nome de Filipa, uma escrava liberta. Começou com três famílias[...].”

O fato de não ser possível reconstituir traços de um antigo quilombo na Filipa, não impede que esta seja considerada quilombola. Esta categoria, retomada por ocasião da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e denominada de Constituição Cidadã, passou a ser objeto de discussões e apropriações no campo político e acadêmico.

A Carta Magna foi elaborada num contexto de mobilizações dos mais variados segmentos da chamada sociedade brasileira, que participaram do processo constituinte apresentando propostas de emendas populares. Envolveram-se nestas mobilizações: sindicatos patronais e de trabalhadores; associações de moradores; movimentos negros; movimentos indígenas; magistrados; estudantes; movimentos de mulheres; escolas públicas e privadas, latifundiários e sem-terras.

O processo constituinte no Brasil, dos anos de 1987/1988 é nomeado por Pacheco (2004, p. 76) como um “contra-poder”. Este autor, recorrendo a Negri (2000), classifica o poder constituinte como um poder revolucionário, no sentido de revolução política. E diz mais:

“A constituinte torna-se [...] um espaço de compreensão da sociedade brasileira; de compreensão de sua História e de suas questões sociais[...]; de compreensão de seus valores, materiais e imateriais; enfim: de sua cultura, ou melhor dito; de sua multiculturalidade[...].”

Compreendo que os movimentos sociais dinamizaram o processo constituinte. As mobilizações em torno de interesses de diferentes grupos fez com

---

<sup>51</sup> O Jornal de Itapecuru circula mensalmente no município de Itapecuru-Mirim e em alguns municípios vizinhos. O relato mencionado foi colhido quando os repórteres do Jornal em alusão faziam uma entrevista com as lideranças da comunidade para ser publicada no dia da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Filipa, que foi marcada para o dia 20 de novembro – dia nacional da consciência negra. A referida visita não foi realizada.

que a sociedade brasileira olhasse para si, tentando se auto-reconhecer, colocando em xeque sua suposta homogeneidade.

Pacheco (2004, p.77) ainda ressalta que os dispositivos resultantes do processo constituinte refletem as lutas por direitos humanos, “demandados por pessoas de diferentes condições sociais e diferentes mundos culturais”.

As demandas dos segmentos negros, na Assembléia Nacional Constituinte - ANC, foram discutidas numa Subcomissão nomeada de “Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Outras Minorias”. Esta subcomissão integrava a Comissão da Ordem Social, uma das 9 (nove) Comissões responsáveis pelas discussões e formulação da Carta Constitucional.

Pacheco (2004 p. 95) informa que os negros e os índios colocaram suas demandas na ANC, vislumbrando uma carta de direitos moldada pelo respeito as diferentes lógicas e culturas. As falas, conforme este autor:

“[...] apontam para a necessidade de um repensar o Estado e repensar o Direito do Estado, a partir de sua diversidade cultural; e das expressões de suas etnias. Isto é, pensar as políticas de Estado de modo a refletir as expressões políticas de sua complexidade (*grifos meus*). E, mais que isso, reafirmar a necessidade, ainda que no campo formal, de garantir direitos fundamentais.”

A Constituição do Brasil reconhece o caráter pluriétnico e multicultural da sociedade brasileira<sup>52</sup> haja vista trazer no seu bojo as expressões: “diferentes grupos ou segmentos étnicos”, e literalmente, “indígenas” e “afro-brasileiros”, mesmo sem fazer uma demarcação legal a respeito destas denominações. Entretanto, concordo com Pacheco (2004 p. 100) quando afirma que esses grupos demandam proteção do Estado, sendo necessário o reconhecimento de tais diferenças nos processos de elaboração e implementação de Políticas Públicas.

---

<sup>52</sup> Adoto a conceituação de “sociedade brasileira” defendida por Pacheco (2004 p. 98). Ele diz o seguinte: “Como as fronteiras de um Estado nem sempre coincidem com as “fronteiras” de uma sociedade contida nesse Estado, a concepção de “sociedade brasileira” utilizada aqui é constitucional, isto é, refere-se ao conjunto da população brasileira – o conjunto de todos os cidadãos brasileiros, independentes de sua origem étnica ou noção identitária ou de pertencimento”.



Especificamente sobre o direito de propriedade das terras, atribuído aos denominados pela Carta Constitucional como “remanescentes de quilombos”, Pacheco chama atenção para a questão da tensão entre a lógica liberal, que advoga um direito individual e outras formas de apropriação emanadas das demandas dos grupos, acolhidas pela Subcomissão de Minorias<sup>53</sup>, que apontam um direito coletivo de apropriação das terras ocupadas pelos denominados “remanescentes de Quilombos”.

Cabe destacar que dispositivo formulado na Subcomissão de Minorias, segundo Pacheco (2004 p. 110), não foi formalizado no texto final. A proposta apontava para a garantia de um direito coletivo, haja vista a titularização das terras serem endereçadas às comunidades:

“O Estado garantirá o título de propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades negras remanescentes dos Quilombos”.

A Comissão de Sistematização da Constituinte opôs-se à lógica disposta no texto da Subcomissão de Minorias, imprimindo um caráter individualista ao processo de apropriação da terra requerida pelos movimentos negros, individualizando a titularização aos **membros** das comunidades. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), reza o seguinte:

“Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, outros processos de lutas foram desencadeados, tendo em vista os procedimentos jurídicos e antropológicos voltados para a aplicabilidade do Artigo 68 do ADCT. Novas configurações político-organizativas emergiram, tendo em vista a implementação de

---

<sup>53</sup> Doravante me referirei à Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Outras Minorias, apenas com esta denominação como também ficou conhecida durante o processo constituinte.

políticas públicas dirigidas aos novos sujeitos de direito. Como no dizer de Almeida (2005 p. 17):

“[...] As proposições identitárias relativas às comunidades negras rurais convergiram para uma política de identidades, fazendo da categoria **quilombo** uma modalidade de representação de uma existência coletiva. Um processo de afirmação étnica levou à composição de novas organizações e movimentos, a partir da intensificação das relações com outros agentes e agências da sociedade civil e do Estado.”

Importa ressaltar que a questão dos *quilombos* é recolocada nos campos político e científico, pondo em questão o entendimento dos legisladores constituintes, os quais se valem desta categoria de forma cristalizada, atribuindo-lhe uma noção de reminiscência, como algo do passado que precisa ser resgatado para compor um conjunto de peças de museu.

Por outro lado, a lacuna deixada no Artigo 68 do ADCT – que não identifica os chamados “remanescentes de quilombos”, provoca questionamentos. O’Dwyer (2002 p. 13) indaga: “Quem são os chamados remanescentes de quilombos cujos direitos são atribuídos pelo dispositivo legal?” De pronto, esta autora sustenta que os critérios a serem acionados para a qualificação dos remanescentes de quilombos, não deverão ser buscados nos sinais arqueológicos ou históricos. Sua perspectiva de análise, inspirada em Fredrik Barth, define grupos étnicos como categorias de adscrição e identificação pelos próprios atores sociais, sugerindo que tais fatores designativos devem ser acionados nas reflexões relativas às diversas situações de comunidades que reivindicam a caracterização de quilombo, “no caso das comunidades negras rurais, costuma ser determinada por sua origem comum e formação no sistema escravocrata”.

Para O’Dwyer (2002, p. 13), mediante a promulgação da Carta Constitucional de 1988, o termo quilombo adquire uma significação atualizada, tendo em vista a garantia de direitos territoriais àqueles que foram, pelo dispositivo

constitucional, nomeados como *remanescentes de quilombos*. Anteriormente este termo era de uso quase exclusivo de historiadores e demais especialistas, os quais através de estudos de documentos buscavam construir novas abordagens e interpretações sobre o nosso passado como nação. Esta autora sugere também que os termos *quilombos* ou *remanescente de quilombo*, por intermédio de varias aproximações, permitem “*desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras sociais*”.

A atualização do termo *quilombo* é ressaltada por O’Dwyer (20002, p. 18), ao referir-se ao documento elaborado pelos antropólogos que se reuniram no Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombos:

“[...] De acordo com esse documento, o “termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para os grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil.(...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram praticas cotidianas de resistência da manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (...) No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalização [...] caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade”.

Almeida (1996, p. 11) aponta as dificuldades encontradas na utilização da categoria *quilombo*, quando discute o Projeto Vida de Negro<sup>54</sup>. Ressalta o problema da auto-evidência que envolve o significado de quilombo, haja vista este termo encontrar-se amalgamado através de uma definição jurídico-formal cristalizada historicamente.

---

<sup>54</sup> O Projeto Vida de Negro resulta de uma parceria estabelecida entre a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e o Centro de Cultura Negra do Maranhão. Iniciado em 1988, tem como objetivo realizar levantamentos acerca das chamadas comunidades negras rurais ou “terras de preto”; bem como os usos dessas terras, os costumes e manifestações culturais das populações nelas residentes e intervir judicialmente a favor daquelas que forem identificadas com problemas fundiários relativos à legação de suas posses.

As fontes compiladas por este autor dão conta de que o conceito de *quilombo* atravessa os períodos colonial e imperial, e alcança o período republicano com um conteúdo cristalizado. A referência que fundamentava a categoria era a idéia de fuga; localização, traduzida nos termos que conferem aos quilombos o caráter de isolado geográfico. Outra referência eram as informações numéricas para a composição de um *quilombo* e a consolidação de moradias, que tinham como representação a existência de ranchos e pilões, simbolizando a capacidade de autoconsumo e reprodução dos grupos.

É necessário colocar em dúvida e classificar como arbitrário o significado “original” do termo *quilombo* para que se possam alcançar as novas dimensões do significado atual deste termo, bem como as redefinições de seus instrumentos interpretativos, ressalta Almeida (1996, p.11).

Nesse sentido, este autor sugere a depuração do mito em torno “*da definição jurídica congelada e tomar para objeto os elementos que configuram um significado de **quilombo** para além da etimologia e das disposições legais filipinas e munuelinas*”.

Nos termos de Almeida (1996 p.12):

“[...] considerava-se juridicamente como **quilombo ou mocambo** (*grifo do autor*) “toda habitação de negros fugidos que passem (*sic*) de cinco, em parte despovoadas, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles (Conselho Ultramarino: 1940 apud Moura, 1994:16. Perdigão Malheiro menciona ademais os seguintes dispositivos legais que instrumentalizam e asseguram a aplicação dos termos da consulta: Alvará de 3 de março de 1741 e Provisão de 6 de março do mesmo ano: “Era reputado quilombo desde que se achavam reunidos cinco escravos” [...].”

Por outro lado, o dispositivo constitucional serviu para que diferentes grupos, constituídos por intermédio de uma grande diversidade de processos que abarcam: fugas, ocupações de terras devolutas, heranças, doações, recebimento de

terras como pagamentos, compras coletivas, etc. pudessem desfazer o consenso em torno do significado de *quilombo*.

Nos termos de Salustiano (1995 p. 1004) o dispositivo constitucional em alusão é auto aplicável:

[...] trata-se de comando [...] dotado de imperatividade e detentor de normatividade, como de resto de todo de um texto jurídico fundamental de uma nação [...] tal artigo possui uma força normativa com repercussão direta na sua eficácia e conseqüente aplicabilidade, ou seja, não possui de forma alguma mero caráter decorativo.[...].

Entendo que o processo de mobilização que resultou neste dispositivo constitucional, proporcionou a continuidade das mobilizações e o fortalecimento das chamadas *comunidades negras*, *terras de pretos* e outras denominações construídas para a identificação das terras-territórios<sup>55</sup> com predominância de uso comum, habitadas por aqueles que se auto-denominam *quilombolas*. Favoreceu o fortalecimento de grupos étnicos, conforme Max Weber (1991 p. 270):

[...] chamamos grupos “étnicos” aqueles grupos humanos que, em virtude de sentenças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.[...].

A categoria *quilombo* aqui acionada aplica-se aos grupos que desenvolveram praticas cotidianas de resistência da manutenção e reprodução dos seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio, estabelecendo fronteiras étnicas. Nesse sentido aplica-se a Filipa.

---

<sup>55</sup> Neusa Gusmão (1999 p. 70), discutindo a questão de territórios e cidadania negra aciona esta categoria fazendo referência à confrontação grupos diversos. Afirma que: “A terra-território é a narrativa de um tempo real vivido ao mesmo tempo que contém em si, um tempo mitificado, capaz de unir o passado, o presente e o futuro. O território é então, espaço de trânsito entre os sujeitos iguais que comunicam-se entre si e com o “outro”, diferente dele, mas que invade seu mundo e ali está.”

O reconhecimento destas comunidades “beneficiárias” do Artigo 68 parece está relacionado não só a regularização, mas também à ampliação dos seus territórios como condição necessária para a reprodução destes grupos.

“Estamos pedindo a desapropriação [...] para a ampliação dos dois territórios quilombolas para beneficiar 80 (oitenta) famílias, haja vista que nossas comunidades estão crescendo, aumentando o número de habitantes e terra que temos é insuficiente para atender a demanda, fazer a produção e deixar áreas de reserva do meio ambiente [...]”<sup>56</sup>

Observo, também, que a reprodução destes grupos depende do processo de gerenciamento da terra tendo em vista assegurar aos seus descendentes as condições de existência como grupos étnicos:

O dispositivo constitucional tem proporcionado processos de deslocamento das categorias *remanescente de quilombo*, *comunidade negra rural quilombola* ou *comunidade quilombola*, que são rediscutidas teoricamente e acionadas como instrumento de ação política, tendo em vista a necessidade desses grupos obterem o reconhecimento de seus territórios. E, por outro lado, a formulação e implementação de políticas públicas diferenciadas.

Isso pode ser percebido no relato de D. Nielza, quando afirma que antes se reconheciam apenas como *comunidade de Filipa*. Depois, quando começaram a se relacionar com o CCN<sup>57</sup> e com outras comunidades negras, especialmente quando começaram a participar dos Encontros de Comunidades Negras Rurais organizados pela entidade em alusão, adotaram a denominação que os militantes dos movimentos negros utilizam para se referir a ela e a outras comunidades, o termo *comunidade negra rural*:

---

<sup>56</sup> Extrato do requerimento encaminhado no dia 12 de janeiro de 2005, à Fundação Cultural Palmares, assinado pela Associação São Sebastião dos Produtores Rurais de Filipa e a Associação dos Produtores Rurais do Povoado Brasilina. Por intermédio do referido requerimento as duas comunidades solicitam a vistoria de duas fazendas vizinhas, num total de 2.100 hectares, tendo a vista a desapropriação das mesmas e a titulação em favor de Filipa e Brasilina.

<sup>57</sup> O CCN é uma das entidades do Movimento Negro, fundada em 19 de setembro de 1979.

“É uma coisa nova, agente dizia que era uma comunidade negra, somente. E as vezes nem dizia, era comunidade Filipa. Agora comunidade negra é de agora, nova. E quilombola também.

Domingos: Vocês só se identificavam como comunidade negra?

“Nem era negra, agente foi falar que era negra já com o CCN, que é o Centro de Cultura Negra, depois que eles vieram aqui, foi em 1985, que pegaram a aparecer aqui.”

O relato da Sra. Nielza destaca a autodesignação como *comunidade Filipa*. Para os “de fora” a Filipa seria uma *comunidade negra*. Nesse sentido uma funcionária da Gerência de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapecuru-Mirim, nativa da cidade de Itapecuru, relata o seguinte:

“Como eu nasci aqui , não conhecia, mais eu sempre ouvia falar que a comunidade de Filipa, assim como se falava Filipa, Santa Rosa, Canta Galo, como comunidades negras, porque lá só tinha negros.

Considerando que as categorias são datadas e contextualizadas, na década dos 80, no Estado do Maranhão, a denominação *comunidades negras rurais* é utilizada pelos movimentos negros urbanos para identificar as comunidades rurais onde residem os descendentes de africanos. Nesse sentido, a realização do I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão<sup>58</sup>, apresenta-se como uma referência para o desencadeamento de processos de identificação com tal denominação. Uma das fontes compulsadas dá conta de que o evento em tela teve ênfase nas manifestações culturais e nas lutas das chamadas comunidades negras rurais para a manutenção dos seus territórios, como forma de afirmação das suas identidades.

Segundo PVN<sup>59</sup> (2002, p. 29):

“As manifestações culturais, não obstante seu destacado papel como recriadoras de laços de afinidades e preservadoras da história desses trabalhadores, estão subordinadas a interesses de maior abrangência, provocadores de uma afirmação

---

<sup>58</sup> O I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão foi promovido pelo CCN no mês de agosto de 1986.

<sup>59</sup> O PVN Projeto Vida de Negro é executado pelo CCN e SMDH. O seu principal objetivo é: “Realizar levantamentos das Terras de Preto ou Terras de Quilombolos do Maranhão, registrando as suas formas de uso das terras, seus costumes e tradições culturais e religiosas, bem como a posterior intervenção jurídica naquelas que se encontram com problemas fundiários, visando a legalização e titulação de suas terras seculares”. (CCN, 2005)

de identidade, por intermédio das lutas ininterruptas pelo território, onde essas populações moram e trabalham há várias décadas.

O esforço inicial do Movimento Negro organizado, no intento de melhor compreender a realidade desses povoados, ganha impulso com a promoção do “I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão”, realizado pelo CCN (Centro de Cultura Negra do Maranhão) [...]

Esse encontro vem embasado pelo pensamento aglutinador do movimento negro e firmado numa consciência crítica. (sic) Ao estado de opressão, ao trabalho sub-humano, traduzido por diferentes maneiras de discriminação racial, se contrapôs o sentimento de ser negro com valores étnicos intrínsecos, com ações culturais e até políticas que demonstram uma modalidade própria de existência.[...]

Observo, também, o caráter político do evento referido, haja vista o relato em epígrafe evidenciar que o CCN traz à baila uma séria de discussões sobre a situação dos negros/negras do meio rural, até então em estado de quase invisibilidade. Neste relato, a instituição chama atenção também para o caráter singular destas comunidades.

O CCN adotou, como uma das ações, a realização de encontros, trienais, de comunidades negras rurais, ficando sob a sua coordenação até o VI Encontro<sup>60</sup>, realizado no período de 25 a 29 de outubro de 2000, na comunidade denominada Quilombo de Frechal<sup>61</sup>.

Para o CCN, o I Encontro de Comunidades Negras Rurais foi o locus de construção da proposta que deu origem ao Artigo 68 ADCT inserido na Constituição Brasileira, por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte.

Num artigo cuja autoria é assumida pelo CCN, intitulado “Centro de Cultura Negra do Maranhão e as Comunidades Negras Rurais Quilombolas ou Terras de Preto no Maranhão”, essa questão é apresentada assim:

“Para a realização do I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, ocorrido em agosto de 1986, em São Luís [...], com o tema: O Negro e a Constituição Brasileira,[...] a articulação se deu com o envolvimento de outros militantes da entidade o que garantiu até hoje essa linha de ação do CCN, voltado para a questão agrária no que diz respeito as chamadas terras de preto no Maranhão.

<sup>60</sup> Este evento foi anunciado por seus organizadores com o seguinte título: “VI Encontro de Comunidades Negras Rurais: Quilombo e Terras de Preto no Maranhão”. Teve como tema: Terra, produção e Organização Política dos Quilombolas. O VII Encontro de Comunidades Negras Rurais foi realizado na comunidade Santo Antonio dos Pretos, em 2004, sob a coordenação da ACONERUQ.

<sup>61</sup> O chamado Quilombo de Frechal ou Reserva Extrativista do Quilombo de Frechal esta situada município de Mirinzal, na microrregião denominada pelo IBGE como Baixada Ocidental Maranhense.



O referido encontro teve como seu principal objetivo discutir propostas referente aos direitos do povo negro do Maranhão e do Brasil, para serem encaminhadas na época aos Deputados Federais(1988) e Estaduais(1989) Constituintes, a principal reivindicação dos participantes do I Encontro de Comunidades Negras Rurais, foi a questão da garantia das terras de preto aos seus moradores, pois neste período várias comunidades negras do Maranhão, estavam sendo expulsas dos seus territórios seculares.

Desta forma, o Centro de Cultura Negra-CCN/MA em conjunto com o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará-CEDENPA e com o apoio do Movimento Negro do Rio de Janeiro e da Associação Cultural Afro-Brasileiro do Rio de Janeiro, encaminharam a proposta sobre a garantia das terras das comunidades negras rurais, à Deputada Federal Constituinte na época (Dra. Benedita da Silva), a qual apresentou no Congresso Nacional Constituinte. A proposta foi aprovada dando origem ao Artigo 68 ADCT da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988 [...]“

Por outro lado, o CCN realizou todo um processo de positivação dessas comunidades ante a sociedade maranhense, utilizando os seus instrumentos de comunicação e suas manifestações culturais. O CCN presta homenagens a essas comunidades nos seus eventos; elas são tematizadas nos desfiles de carnaval através do Bloco Afro Akomabu<sup>62</sup>; suas danças são pesquisadas e estilizadas pelo Grupo de Dança Afro Abanjá<sup>63</sup> e seu staff de compositores criam canções que aludem às especificidades e as belezas intrínsecas às denominadas comunidades negras rurais. Por duas ocasiões as comunidades rurais foram temas do Bloco Akomabu, em 1992 com o tema Quilombolos e Quilombolas, e, em 1993, “Frechal, terra de preto.

Na poesia de Paulino Akomabu, compositor e cantor do CCN as comunidades negras rurais são apresentadas assim:

“Terra de Preto não é gueto  
Não é medo  
Terra de preto não é beco  
Nem favela  
[...]  
Terra de todos é uma  
Pra plantar e pra colher,  
Pra germinar e parir  
Pra nascer, viver, morrer

<sup>62</sup> Akomabu significa, “A cultura não pode morrer”, na língua Yorubá. Este bloco foi fundado em 1985. Segundo o CCN, o bloco se constitui num instrumento de luta da entidade, pois é estabelecido um diálogo com a sociedade.

<sup>63</sup> O nome ABANJÁ na língua Yorubá significa: "Na luta agora já!" O grupo de dança fez sua primeira apresentação no dia 16 de abril de 1985.

Canta negro, dança negro  
Quero ver tambor rufar  
Teus direitos conquistados  
Ninguém pode roubar [...] (PVN, 1998 p. 44)

Portanto, a identificação da Filipa como *comunidade negra rural* ocorre no contexto das lutas empreendida pelos movimentos negros do Maranhão tendo em vista o reconhecimento de direitos historicamente negados. Como observado, esse processo de luta ocorre em diferentes espaços, inclusive nas atividades lúdicas desenvolvidas pelo CCN, como o carnaval, no qual as chamadas comunidades negras rurais são representadas como fonte de inspiração para os artistas engajados nas lutas pela construção da cidadania diferenciada para estas comunidades, sobretudo com o reconhecimento de seus territórios.

### **3.3 Filipa, Um Projeto de Assentamento?**

Durante a pesquisa de campo, percebi que as categorias *assentados* e *assentamento* são acionadas como instrumentos de ação política por parte dos membros da comunidade de Filipa, tendo em vista a conquista de direitos perante o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, o Banco do Nordeste do Brasil - BNB e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão - EMATER, dentre outros organismos governamentais. Pretendo, nesta parte do texto travar uma discussão acerca da construção das categorias assentamento e assentados(as) e relacioná-las à incorporação na comunidade de Filipa.

Para o INCRA, a Filipa integra o Projeto de Assentamento Entroncamento. Este assentamento foi criado em 1986, numa área correspondente a 7.612,0663 hectares, no município de Itapecuru-Mirim. Sua criação ocorreu no contexto da implementação do I PNRA da Nova República.

Levar a efeito os compromissos assumidos no contexto das lutas para a realização de eleições diretas para presidente da república, dentre outros a realização da Reforma Agrária, esteve presente nos discursos da Aliança Democrática<sup>64</sup> e conseqüentemente do Governo da Nova República que teve o seu início marcado por expectativas de mudanças. Inseridos neste contexto, os trabalhadores rurais realizaram dois eventos nos quais a questão da Reforma Agrária foi colocada como tema central. Em Brasília, a CONTAG realizou o seu IV Congresso, no período de 25 a 30 de maio de maio de 1985 e o MST realizou o seu primeiro congresso em Curitiba, nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1985.

O I PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária<sup>65</sup> foi apresentado pelo próprio presidente José Sarney e sua equipe de ministros, no IV Congresso da CONTAG, o qual teve como tema: “Reforma Agrária para acabar com a fome e desemprego no campo e na cidade”, cujo ato foi interpretado como a busca de uma de legitimação do governo no seio do campo sindical. O campo sindical aqui compreendido campo de lutas. Nas palavras de Bourdieu (1998, p. 163-169), campo configura:

“[...] lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos [...]”.

O I PNRA, foi constituído de uma série pontos que convergiam para algumas proposições do movimento sindical. Destacava-se, dentre eles, a política de assentamento mediante a desapropriação por interesse social, em consonância com o artigo 2<sup>o</sup>, inciso 1<sup>o</sup> e alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do Estatuto da Terra (Lei n<sup>o</sup>

---

<sup>64</sup> Denominação atribuída por seus líderes à coligação partidária que tinha liderada por Tancredo Neves que lhe levou a lograr êxito no colégio eleitoral em 1985. Na referida eleição indireta, Tancredo Neves (PMDB) foi eleito Presidente da República e José Sarney (PFL) vice-presidente.

<sup>65</sup> Conforme Medeiros (1989, p. 174) o MIRAD, dirigido por um advogado, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja Católica, criou 17 grupos de trabalhos, nomeados como “grupos de ação”, com o objetivo de formular subsídios para uma proposta de PNRA. Estes grupos eram constituídos por agentes governamentais e trabalhadores rurais.

4.504 de 30 de novembro de 1964)<sup>66</sup>. Medeiros (1989, p.75), no seu trabalho ‘Historia dos Movimentos Sociais no Campo’, dá ênfase a esse aspecto do I PNRA como um dos principais pontos do plano:

“ - o programa básico do Plano era o assentamento. A regularização fundiária, a colonização e a tributação apareciam como complementares, invertendo as tendências que haviam prevalecido até então.[...] - as diretrizes de assentamento previam o reconhecimento das formas de organização da produção e o sistema de apossamento preexistentes; a necessidade que fossem evitados deslocamentos dos beneficiários de seus lugares de origem; o estímulo à exploração cooperativa, condominial ou comunitária da terra, da produção, da comercialização e da transformação agroindustrial [...]”.

Estando o I PNRA baseado na política de assentamento, os agentes governamentais e os movimentos sociais foram fundamentais na construção da categoria *assentamento* e da identidade de *assentados*. O assentado(a) era apresentado como sujeito de direito na política de Reforma Agrária da Nova República. Eram dotados de direito à propriedade da terra e a um conjunto de políticas públicas voltadas para a construção da cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Santos (1988, p. 40), trata desta questão discorrendo assim:

“[...] aceitação do saber prático dos trabalhadores rurais e camponeses; a busca de tecnologias alternativas a serem aplicadas nos novos estabelecimentos; a participação das associações e dos sindicatos de trabalhadores rurais na aplicação da reforma; e o chamamento para que as organizações de profissionais ligados à agricultura, assim como as organizações populares, colaborassem no desenvolvimento da reforma agrária. No limite a proposição de maio pretendia contribuir para a extensão dos direitos de cidadania às populações rurais.[...]”

---

<sup>66</sup> O artigo mencionado da referida lei assegura o seguinte: “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.” (<[www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)> acesso em 20/07/2005).

Estou compreendendo que as categorias *assentamento* e *assentado* foram ou ainda estão sendo construídas no âmbito das lutas sociais, ou seja, elaboradas no tempo e na história.

Em resposta ao I PNRA os latifundiários desencadearam processos de mobilização tendo em vista a inviabilização da implementação do referido plano, cujo resultado foi o recrudescimento dos conflitos agrários com atos de violências física e simbólica empreendidas contra os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A inserção da Filipa no PA - Projeto de Assentamento Entroncamento decorre, por um lado, da ação do INCRA por ocasião da implementação do I PNRA da Nova República. Por outro lado, decorre do interesse da comunidade em obter o registro oficial da sua terra-território e retomar uma área de 100 hectares que havia sido vendida por um dos bis-netos da fundadora, Filipa.

A venda dessa parte da terra da Filipa ocorreu sem o aval dos membros da comunidade, como de costume. A terra compreendia 555 hectares, tendo com limites o Rio Itapecuru, as terras do Barão de Santa Rosa e as do Sr. Hilton Rocha. O registro da terra foi feito em nome de Hipólito, neto mais velho da fundadora da comunidade. Por sua vez, Hipólito decidiu registrar a terra em nome do seu filho mais velho, do segundo casamento, o Sr. Miguel.

Segundo a Sra. Nielza, Hipólito, seu irmão, agiu dessa forma porque temia que sua primeira esposa, com quem ele era casado civilmente, herdasse a terra. Mas, os filhos mais velhos de Hipólito e Luis Bispo fizeram um acordo entre eles dois e vendarem 100 hectares da terra. Essa atitude dos dois primos causou uma cisão na família dos herdeiros de Filipa. Um dos filhos de Hipólito foi embora da comunidade e nunca mais voltou, porque para ele o fato do seu pai ter registrado a terra em nome de Miguel, o filho mais velho, havia deserdado os demais filhos.

A área que a comunidade solicitou a desapropriação por parte do INCRA, correspondia a esses 100 hectares, pois os moradores pretendiam reintegrá-lo ao

patrimônio da comunidade. No entanto, isso não foi possível porque, em 1986, ocasião em que este órgão estava organizando P.A Entroncamento, apenas 25 famílias residiam na comunidade.

Diferentemente das outras áreas que compõem o referido projeto, o domínio da comunidade sobre as terras antecede à intervenção do INCRA para a construção do projeto de assentamento.

A ação do INCRA junto à comunidade de Filipa teve início, segundo a Sra. Nielza, com a oferta de projetos para a comunidade, ou seja, apresentando o assentamento como possibilidade dos seus membros terem acesso às políticas públicas direcionadas especificamente para os chamados *assentados*, principalmente o crédito rural através do PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária<sup>67</sup>. Ela ressalta, também, que a comunidade, inicialmente, tinha medo de participar do projeto porque envolvia empréstimos junto ao Banco do Nordeste e havia o temor de contrair empréstimos financeiros e não poder saldar as dívidas.

Fazer parte do projeto de assentamento significava ter acesso a uma série às políticas públicas que até então a comunidade não havia acessado. Nesse sentido, o jovem Rildo, tetra-neto da fundadora da comunidade de Filipa, atual vice-presidente do STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itapecuru-Mirim, afirma:

“Até a desapropriação não tínhamos poço, barragem, estrada. Desenvolveu bastante depois da desapropriação, agradecemos a Deus por termos o que temos hoje, antes as casas eram todas de palha, agora tem de alvenaria”.

Causou-me estranhamento o aparecimento da categoria desapropriação no contexto da inserção da Filipa no P.A Entroncamento. Estava ciente de que esta

---

<sup>67</sup> Segundo Cantanhede e Silva (1997: 3), O PROCERA foi criado para financiar projetos de desenvolvimento econômico nas áreas de assentamento de Reforma Agrária, sejam elas Federais, Estaduais ou Municipais.

comunidade detinha o domínio de suas terras, em outros termos, compreendia a Filipa como proprietária. Então, o INCRA desapropriou a Filipa para a própria Filipa?

A categoria desapropriação é uma categoria jurídica construída no âmbito do direito de propriedade, naturalizada no âmbito das políticas de Reforma Agrária, chegando ao ponto de qualquer ato de regularização de posse ser tratado como se fosse desapropriação. No caso da Filipa, que detém o domínio de sua terra-território há mais de 200 anos, segundo a memória oral dos membros, não houve um processo de desapropriação conforme as regras jurídicas vigentes no Brasil. O Estado não lançou mão do seu poder para tirar a poder de propriedade de qualquer indivíduo. O que houve foi um reconhecimento por parte do Estado, através do INCRA, do domínio da comunidade sobre sua terra-território.

### **3.4 Filipa uma comunidade pobre?**

A *pobreza tem cor*, esta é uma afirmação que já parte do repertório dos discursos dos movimentos negros, recentemente incorporado pelos agentes governamentais e pelas agências internacionais, de onde são emitidos os discursos que afirmam o *desenvolvimento sustentável* como o remédio eficaz para o “combate à pobreza rural”. No dizer de Pierre Bourdieu (1996) esses discursos, oriundos dos intelectuais e políticos, são capazes de construir e de classificar a realidade.

A chamada pobreza rural tem sido referência para a formulação de muitos projetos com selos de combate à pobreza, desenvolvimento rural sustentável, desenvolvimento local, geração de emprego e renda, desenvolvimento integrado, dentre outras nomenclaturas acionadas pelos agentes governamentais, pelas agências financiadoras internas e pelo recém-denominado Terceiro Setor.

Atualmente o IDH do Maranhão é de 0,647. O Governo de José Reinaldo Tavares pretende, até o final de 2006 atingir o índice de 0,700. Nesse sentido, a

Secretária de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Estado do Maranhão, que identifiquei como uma das mais importantes agentes do PCPR afirma:

“[...] o governo tem uma meta mobilizadora [...] que é exatamente elevar o índice de desenvolvimento humano que é muito baixo e nós temos como meta em 4 anos elevar esse índice para 0,700 e com isso nós temos a necessidade de fazer uma estratégia de integração de projetos e ações para o desenvolvimento econômico.[...] é preciso que todas as políticas públicas estejam voltadas para enfrentar o problema da pobreza e da desigualdade no Maranhão.<sup>68</sup>”

O PCPR é direcionado a partir de 2002 para as comunidades negras e indígenas porque os agentes deste projeto compreendem que a maior concentração de *pobres* encontra-se entre estes dois seguimentos. Tomam o IDH como referência para classificar os mais pobres entre os pobres:

“nós temos que ter uma visão muito clara de que a pobreza ela também não é igual existem pobres e pobres e dentro da pobreza existem aqueles que são os mais pobres do que outros e por isso é preciso ter uma visão diferenciada para poder enfrentar o problema de uma forma mais adequada<sup>69</sup>.”

[...] o PCPR I, é um projeto para comunidade pobre, é um projeto de combate à pobreza rural, mas ele também tem que ter um foco especial em determinadas comunidades, nós temos que trabalhar com os trabalhadores rurais de um modo geral, mais enfocando especialmente algumas comunidades e dentre essas comunidades já estava lá já colocado como uma prioridade as comunidades negras num primeiro momento e as comunidades indígenas num segundo momento[...]”

O processo de classificação dos *pobres*, aparece no discurso em epígrafe como princípio de classificação do mundo social. Tais classificações, embora naturalizadas não se encontram na “natureza” os agentes as constroem no mundo social: Consoante Lenoir (1996 p. 64):

“Em geral a elaboração de critérios está associada ao aparecimento de instituições e agentes especializados que encontram nessas definições a força-motriz e o fundamento de sua atividade. Por conseguinte, esses princípios de classificação não têm sua origem na “natureza”, mas em um trabalho social de produção das

---

<sup>68</sup> Trecho da fala da Secretária de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, na Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no dia 26 de fevereiro de 2005, ocasião em que apresentava as experiências do PCPR nas chamadas comunidades quilombolas e indígenas, cuja experiência norteou a elaboração do projeto que irá suceder o PCPR, que recebeu o nome de PRODIM – Projeto de Desenvolvimento Integrado do Maranhão.

<sup>69</sup> Trecho da fala da Secretária de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, na Conferência Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no dia 26 de fevereiro de 2005.



populações elaborado, segundo critérios juridicamente constituídos, por diferentes instituições [...].”

Os financiamentos do PCPR na Filipa, tiveram início com a elaboração de um diagnóstico elaborado sob a coordenação de consultor externo<sup>70</sup>. As informações para a formulação do diagnóstico foram coligidas em um dia de trabalho da equipe coordenada pelo referido consultor. Esse diagnóstico sobre a situação da Filipa é cantado e decantado pelos agentes do PCPR, mas os organismos governamentais afirmam não possuir nenhuma cópia deste documento. O mesmo pude comprovar junto à comunidade Filipa. Segundo os moradores da comunidade, os técnicos da Gerência de Desenvolvimento Regional de Itapecuru-Mirim recolheram todos os cartazes elaborados pela comunidade e levaram sob a promessa de devolver o diagnóstico, mas a comunidade nunca recebeu nenhuma cópia. Tudo que consegui reunir sobre a elaboração do diagnóstico foi através da memória oral dos agentes do PCPR e de algumas pessoas da comunidade de Filipa.

O diagnóstico da Filipa parece ter a finalidade de comprovar a *pobreza* de renda da comunidade. Nesse sentido, realizaram o levantamento da renda *per capita* observando as origens dos recursos financeiros acessados pelos moradores da comunidade:

“Tivemos um levantamento de renda per capita, que era de meio salário mínimo[...]. Nós tivemos dois tipos de levantamento com relação à renda: receita gerada no assentamento e receita gerada fora do assentamento: receita de aposentadoria e de programas do governo [...]. Então nós tínhamos assim um pensamento para ver o nível de pobreza [...]”<sup>71</sup>

Para outra agente do PCPR, além do levantamento da renda, durante o diagnóstico deram ênfase às manifestações culturais da comunidade. Afirma que a

---

<sup>70</sup> O termo externo aqui referido diz respeito a pessoa de fora do país.

<sup>71</sup> Trecho da entrevista realizada com um engenheiro agrônomo que participou da equipe que diz ter elaborado um diagnóstico da Filipa.

valorização dessas manifestações funcionou como o “deu o ponta-pé para elevar a auto estima” da comunidade.

Observo que ao tratarem da questão das manifestações culturais da comunidade, os elaboradores mexeram no tesouro da comunidade, na sua riqueza. O que quero denominar riqueza, refere-se a um conjunto de bens imateriais que fazem parte da vida da Filipa. Quais sejam: o tambor de crioula; a dança do coco; a festa de São Sebastião; as regras de convivência com a natureza; a gestão do uso comum da terra; o controle social; o tratamento privilegiado para as pessoas que a comunidade denomina velhas; a prestação de serviços gratuito para as pessoas, que por motivo de doença não podem levar a efeito as tarefas domésticas e da agricultura.

A Sra. Nielza diz que os moradores da comunidade se consideram *pobres*, considerando uma classificação própria. Para ela existem o necessitado, o pobre e o miserável:

“D. Nielza: Tem vários tipos de pobres e pobreza. Porque tem o pobre necessitado que quase nem tem o pão de cada dia, e tem o pobre que também através da graça de deus trabalha mas ele já tem o pão de cada dia, já tem como se alimentar mais ou menos; porque eu nem gosto de dizer essa palavra, eles dizem assim que tem o pobre miserável, aquele coitado que não consegue nada [...]”<sup>72</sup>.

Outra moradora da Filipa, a Sra. Conceição, classifica como pobre aquelas pessoas que não têm acesso às coisas que sentem necessidade, principalmente da alimentação, do chamado “pão de cada dia”. Para ela, existe o *pobre* e o *melhor de situação*. O *pobre* é “aquele que sente necessidade de tudo”, não dispõe, às vezes, nem da alimentação diária:

“D. Conceição: Uma pessoa pobre é que sente necessidade de muitas coisas, porque o pobre quando ele é pobre mesmo tem dia que ele não tem nem um pouquinho de comida para comer. Porque tem o pobre e tem o melhor de situação,

---

<sup>72</sup> Trecho da entrevista realizada com 5 moradoras da Filipa no dia 09/09/2004.

agora o pobre mesmo é o que sente necessidade de tudo, que nós aqui nós não somos rico, mas agente pra comer, mas tem aqueles pobre que não tem nem o pão de cada dia<sup>73</sup>.

Para a Sra. Donata, o pobre é aquele que “não tem o pão-de-cada-dia, não tem a roupa pra vesti, não tem o calçado, só tem a noite e o dia, assim que eu considero como pobre, que não tem nada na vida, somente a graça de Deus<sup>74</sup>”.

Noto que as categorias *pobre* e *pobreza*, possuem conotação diferenciada para as pessoas da Filipa. A *pobreza* é percebida como privação de acesso à alimentação diariamente. Portanto, a discussão que venho tecendo acerca da relativização da categoria pobreza é fundamental para a compreensão de que esta categoria é percebida de maneira diferente em cada contexto, não podendo ser mencionada como categoria universal.

Como a pobreza é descrita, narrada e interpretada, percebo que a comunidade constrói sua própria tessitura para compreender essa categoria e com ela estabelecer os parâmetros para se relacionar com os agentes externos, principalmente com os agentes do PCPR. Consigo perceber, segundo os critérios nativos de classificação adotados na Filipa, quatro designativos, que expressam a representação acerca da chamada pobreza. Consoante Bourdieu (2002 p. 8), as formas de classificação deixam de ser universais para se tornarem em “formas sociais”, arbitrárias e socialmente determinadas. Ou seja, construídas particularmente no âmbito do grupo.

Todos os designativos representados pela Filipa estão associados principalmente à carência alimentar, entendida como a falta do “pão de cada dia”, termo que tem fundamentação bíblica<sup>75</sup>:

---

<sup>73</sup> Trecho da entrevista citada na nota 72.

<sup>74</sup> Trecho da entrevista citada na nota 72 e 73.

<sup>75</sup> No livro de Provérbios, capítulo 30, verso 8, lemos: "Não me dês nem a pobreza nem a riqueza; dá-me só o pão que me é necessário.

- 1) *Pobre necesitado*, aquele que não tem a alimentação diária;
- 2) *Pobre melhor de situação*, aquele que consegue se alimentar razoavelmente;
- 3) *Pobre carente*, que, mesmo com muita dificuldade consegue a alimentação diária;
- 4) *Pobre miserável*, termo esconjurado pela comunidade, uma palavra não deve pronunciar. Embora façam menção ao termo dão sinais que é uma categoria que a comunidade só aciona para dizer que esse termo é impróprio para se referir às pessoas.

Ao classificar esses tipos de pobres, informam também que os moradores da comunidade não se acham ricos, mas têm o que comer, ou seja têm o “pão de cada dia”, podendo ser considerado *pobre melhor de situação*.

A classificação construída pela comunidade difere das classificações oriundas dos agentes do PCPR que observam a *pobreza* segundo os quadrantes do IDH, tendo em vista o seu *combate* através da implementação das políticas que norteiam as idéias de *desenvolvimento*, *desenvolvimento sustentável* e *etnodesenvolvimento*.

Distancia-se mais ainda da perspectiva de que as comunidades negras estariam dentre os “mais pobres dos pobres”, que poderia ser identificado na classificação local como o pobre miserável.

### **3.5 “Pobreza Rural” em questão**

La palabra “pobreza” es, sin Duda, una palabra clave de nuestro tiempos, muy usada bien y mal por todos. Grandes sumas de dinero se gastan en nombre de los pobres. Millares de libros y consejos de expertos continúan ofreciendo soluciones a sus problemas. Sin embargo, resulta bastante extraño, que nadie, incluyendo a los supuestos ‘beneficiários’ de tales actividades, parezca tener una visión clara y compartida de la pobreza. Una razón es que todas las definiciones se tejan alrededor del concepto

de 'carencia' o 'deficiencia'. Esta noción refleja solamente la relatividad básica del concepto. ¿Qué es necessário y para quién? ¿ Y quién está capacitado para definirlo?  
(Majid Rahnema apud Escobar,2005)

Pobreza, pobreza, pobreza... afinal o que este termo significa para aqueles que o estão acionando? É nova a preocupação com esta questão no Brasil? E no Maranhão, como a pobreza se transforma em objeto de programas governamentais, dentre eles o PCPR? Quem são os pobres para os agentes do PCPR?

Que a pobreza se tornou um termo naturalizado não restam dúvidas. Seja como objeto do senso comum ou do senso comum douto, vem sendo historicamente apresentada, conforme Sprandal (2004, p. 12), como resultado de problemas climáticos, da mestiçagem, da doença, da desorganização social e até da falta de condições objetivas para a realização de transformações radicais, como a realização de uma revolução popular no Brasil. Esta autora ressalta ainda que

“No Brasil do final do século XX, no entanto, já existe um saber acadêmico consagrado sobre o tema. Fala-se numa focalização da pobreza, operação possível de ser realizada por meio da utilização de alguns indicadores sociais, especialmente o Índice de Desenvolvimento Humano, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Tal focalização objetiva fundamentalmente concentrar os gastos sociais do governo onde os índices se mostrarem abaixo de um patamar de pobreza predefinido. “Focalização” é claramente um conceito emprestado aos Estados Unidos, onde tudo parece precisar ser focused, das políticas públicas sugeridas pela ONU aos sentimentos individuais.”

A publicização da questão da fome tem sido um elemento fundamental para trazer à baila a questão da pobreza. Não faz muito tempo que houve mobilizações nacionais – voltadas para a arrecadação de alimentos para o Nordeste brasileiro. No âmbito internacional publiciza-se o flagelo nos países africanos. A fome configura-se como um fio condutor que coloca em debate o fenômeno da pobreza. Seja como

categoria de entendimento<sup>76</sup> ou como objeto de políticas públicas ditas destinadas a superá-la.

Não foram poucos os debates acerca da vinculação da persistência da fome à necessidade de modernização dos fatores de produção agropecuária. No entanto, a revolução verde<sup>77</sup>, não foi capaz de resolver esse fenômeno, ficando nítido o problema entre produção e distribuição de alimentos. Tal preocupação não se constitui um problema novo, a novidade parece encontrar-se nas representações construídas em torno da categoria pobreza e a sua utilização por diferentes agentes sociais.

Hoje o termo pobreza é comum em grande parte dos programas governamentais e no recém-denominado terceiro setor. Essa inserção resulta de movimentos que surgem em sociedades distintas e tempos demarcados, tomando feições diferenciadas. Se tomarmos a acepção do termo pobreza como um conjunto necessidades humanas, estas não são absolutas e nem fixas. As necessidades podem variar conforme as mudanças sofridas pelas sociedades e de sociedade para sociedade.

Nesta perspectiva, Sprandel (2004, p. 13) chama atenção, para a análise empreendida por Roberto da Mata na qual o autor demonstra que no período medieval, sob égide dos valores da Igreja Católica, o pobre era percebido como categoria moral, não tendo os critérios socioeconômicos predominância na sua definição. “Havia mesmo uma avaliação positiva da pobreza, valor social com fortes elementos cristãos, que despertava solidariedade e compaixão, além de admiração.”

---

<sup>76</sup> “[...] são as formas de classificação com as quais construímos o mundo (mas que, originários deste mundo, estão essencialmente de acordo com ele, mesmo que permaneçam despercebidas), uma espécie de experiência de laboratório: a que consistirá em tratar a análise etnográfica das estruturas objetivas e das formas cognitivas de uma sociedade histórica específica, ao mesmo tempo exótica e íntima, estranha e familiar.[...] (Bourdieu, 1999:23)

<sup>77</sup> Denomina-se Revolução Verde o processo de modernização da agricultura, caracterizada pela adoção de tecnologias agrícolas produzidas nos grandes centros de pesquisa nacionais e internacionais, cuja característica mais evidente era a utilização de insumos químico-industriais, o que ocasionou ganhos de produtividade e aumento significativo da produção de alimentos. Por outro lado, esse modelo de desenvolvimento agrícola preconizado pela revolução privilegiou o chamado agrobusiness.

Ou seja, a pobreza era utilizada como critério de classificação social através do qual pessoas ricas poderiam ser consideradas pobres em virtudes e os pobres logriam admiração por obterem riqueza espiritual.

Mary Douglas (2004 p. 54-55) diz que é ilusória a definição de *pobreza* que seja válida para as diversas culturas, pois não existe definição que não seja contra-intuitiva. Fazendo uma antropologia do consumo, esta autora afirma que pobreza é um conceito relativo. Nesse sentido, explica que por isso mesmo os estudos sobre pobreza “nunca saem de moda” mesmo nas chamadas sociedades industriais ricas:

“É verdade que essa ou aquela tribo é pobre em objetos materiais, suas moradias têm que ser refeitas a cada ano, suas crianças andam nuas, sua comida é deficiente em nutrientes, sua taxa de mortalidade é alta, mas essas indicações são suficientes para capturar a noção de pobreza?”

Esta autora, enfatiza ainda, que a pobreza, por falta de uma idéia melhor sobre os bens, é tratada convencionalmente seja como uma carência objetiva de posses ou como um sentimento subjetivo de inveja e privação.

Paugan (2003) chama atenção para a pré-noção, no sentido durkheimiano,<sup>78</sup> constituída em torno dos estudos sobre *pobreza*, partindo muitas vezes de definições do censo comum, especialmente estabelecendo mínimos vitais, o que impõe uma série de dificuldades, pois as normas que permitiriam defini-los seriam relativas. Este autor argumenta que,

“[...] Variam segundo modelos de existência que evoluem na história. Pobreza na Idade Média é incomparável à pobreza encontrada nas sociedades modernas. Variam, também, conforme o meio ambiente, os hábitos culturais e os modos de vida, a tal ponto que é sempre difícil comparar a pobreza entre sociedades que

---

<sup>78</sup> É preciso, [...], que o sociólogo, tanto no momento em que determina o objeto de suas pesquisas, como no curso de suas demonstrações, proíba-se resolutamente o emprego daqueles conceitos que se formam fora da ciência e por necessidades que nada têm de científico. É preciso que ele se liberte dessas falsas evidências que dominam o espírito de vulgo, que se livre de uma vez por todas, do jugo dessas categorias empíricas que um longo costume acaba geralmente por tornar tirânicas. [...], pelo menos que o faça tendo consciência de seu pouco valor, a fim de não as chamar a desempenhar na doutrina o papel de que não são dignas.”(Durkheim, 1995:32-33).

não atingiram o mesmo nível de desenvolvimento econômico, e, às vezes, no interior de um mesmo país, de compara-la entre regiões cujas condições geográficas são desiguais. Nas sociedades modernas, é claro que a pobreza se define não em si mesma, mas comparativamente a uma faixa de renda que cresce de acordo com o aumento da riqueza.[...]" (Paugan, 2003:49).

No rol de questionamentos que este autor levanta, incluem-se duas perguntas, que são fundamentais para os estudos de *pobreza*: "[...] Será que, de fato, podemos isolar sem ambigüidade a cultura da pobreza do conjunto do sistema social? Formam os pobres um grupo real homogêneo com limites bem definidos? Paugam entende que não existe fronteira objetiva de *pobreza*, e que, uma abordagem teórica equivocada levaria a categorizações que são, na realidade arbitrárias. E mais,

"[...] Em vez de analisar o processo que conduz à designação e à rotulagem das populações desfavorecidas em uma sociedade ou em determinado meio, ou seja, em vez de explicar os mecanismos que participam da *construção social da pobreza*, elas apenas legitimam no plano intelectual as definições e as interpretações do senso comum." (Paugam, op. cit., 2003).

Nesse sentido, Búrigo (2002, p. 7) recorre a Atkinson para chamar a atenção para a possibilidade de ser um equívoco sugerir que a pobreza pode ser considerada em termos de norma absoluta, aplicável a todos os países, em todas as épocas, sem levar em conta a estrutura social e o nível de desenvolvimento<sup>79</sup> dos lugares. Relativizar seria fundamental para a análise da pobreza, segundo este autor, para quem o conceito é também estreito por estar relacionado exclusivamente à renda, razão pela qual utiliza o conceito de exclusão social:

O conceito de exclusão social é dinâmico, referindo-se tanto a processo quanto a situações conseqüentes [...]Mais claramente que o conceito de pobreza, compreendido muito freqüentemente como referindo-se exclusivamente à renda, ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos

---

<sup>79</sup> O termo desenvolvimento também é carregado de sentido, está referenciado numa idéia de alcance da industrialização atingida pelos países de capitalismo pioneiro. Muhammad Yunus denomina esse processo de "economia do desenvolvimento", segundo este autor isso não é nada mais do que uma reinterpretção das teorias econômicas dominantes no contexto dos países que se tornaram independentes.



quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade [...] ele vai mesmo além da participação na vida do trabalho, englobando os campos de habitação, educação, saúde e acesso a serviços.” (Atkinson apud Vêras,2003).

Na perspectiva de Chambers apud Búrigo (2002), a pobreza deve ser analisada mediante um conjunto de fatores, quais sejam: “a pobreza em si; a debilidade física; o isolamento; a vulnerabilidade e a carência de poder.”

Demo (2001) também faz uma análise da pobreza para além carência material. Na sua concepção uma definição razoável entenderia a pobreza como [...] expressão do acesso às vantagens sociais, denotando com isso que faz parte da dinâmica dialética da sociedade, que se divide entre aqueles que concentram privilégios, e aqueles que trabalham para sustentar os privilégios dos outros. [...]”. Este autor observa então, que a questão da pobreza envolve a escassez de dois bens: dinheiro e poder, não podendo ser encontrada somente por intermédio da destituição material, mas também na condição de ser menos, socialmente. Articulam-se no seu pensamento, duas idéias, a de “ter” menos e “ser” menos, pois,

“[...] a marca da segregação, que torna a pobreza produto típico da sociedade, variando seu contexto na história, mas se reproduzindo na característica de repressão do acesso às vantagens sociais. Por isso, pobreza é sempre humilhação, degradação, subserviência, e não só fome.” (Demo, 2001:13)

Portanto, pode-se aventar que a questão da *pobreza*, seja para fins heurísticos ou para fins de elaboração e implementação de políticas públicas, não deve ser tratada como um todo homogêneo. Deve-se buscar compreender as diferentes formas de construção social da pobreza; afastando-se das idéias prontas ou pré-concebidas acerca dos grupos humanos denominados pobres.

A noção de pobreza presente no PCPR insere-se no paradigma desenvolvimentista, que percebe o diferente como atrasado e, pobre. Portanto são acionadas as categorias *desenvolvimento sustentável* e *etnodesenvolvimento* como

forma de combate à pobreza. Nessa mesma linha, a diversidade étnica, expressão maior da diferença, é interpretada como atraso e, conseqüentemente, pobreza.

De acordo com essa perspectiva, a referência é a idéia de igualdade, que requer sempre de uma referência: igual a quê? Dessa forma, o diferente é percebido como desigual.

No capítulo anterior analisei as diferentes versões sobre os objetivos do PCPR, emitidas pelos órgãos governamentais. Nenhuma delas trata especificamente do reconhecimento das desigualdades entre os segmentos negros e não negros existentes na sociedade brasileira<sup>80</sup>, assim como não aponta para a possibilidade de construção de *cidadania diferenciada*, no sentido posto por Kymlicka (1996, p.241):

“Trata da adoção de direitos poliétnicos, de representação, onde o autogoverno específico em função do grupo.”

Não se observa no discurso do PCPR à perspectiva de reconhecimento das fronteiras construídas pelas chamadas comunidades quilombolas, na perspectiva da garantia de seus interesses específicos.

A noção expressa nos objetivos do PCPR (SEAGRO/NEPE, p. 15) “reduzir a pobreza rural e suas conseqüências “[...] e o fortalecimento das associações comunitárias como instâncias geradoras de cidadania”, é por assim

---

<sup>80</sup> Paixão, 2003 (p. 59 a 61), IDH por etnias nos estados brasileiros, tomando como fonte a PNAD do IBGE de 1997 para analisar a situação dos negros/negras, informa que nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, o contingente branco tem uma situação de elevado desenvolvimento. Por outro lado, a Região Norte e os estados de Mato Grosso, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Goiás, a situação desta etnia é de um IDH quase-alto enquanto o segmento branco destes estados já estava quase alcançando um estágio de IDH elevado. O segmento branco ficava em situação de IDH médio em quatro Estados da Federação (Sergipe, Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará). Em cinco Estados, o contingente branco ficava em uma situação de IDH médio-baixo (Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Piauí e Maranhão) e em nenhum dos Estados foi verificado situação de brancos com IDH quase-baixo. Sobre os afros-descendentes o autor ressalta: “não existia Estado em que esta população tivesse um IDH elevado. Em uma unidade (DF), os afros-descendentes apareciam com um IDH quase-alto. Em nove Estados (SP, RJ, Região Norte, RS, MT, MS, GO, SC, ES), os afros-descendentes tinham um IDH médio. Este contingente tinham um IDH médio-baixo em oito Estados (PR, MG, SE, BA, PE, PB, RN, CE) e, em três Estados (PI, AL, MA), o IDH afro-descendente era quase-baixo. Os afros-descendentes do Maranhão eram os últimos da tabela nacional de classificação do IDH e ficariam situados na 129ª posição do quadro internacional do PNUD, ao lado da Papua Nova-Guiné e um posto acima do Zimbábwe.

dizer uma noção de que a pobreza se constitui um todo homogêneo, disseminada de forma igualitária em todas as comunidades. Não há menção a nenhuma das categorias alusivas a *comunidades negras rurais*, *comunidades quilombolas*, *terras de pretos* como segmentos privilegiados para a implementação deste projeto.

O Relatório Final do Projeto enuncia, na página 17, a inclusão dos *quilombolas* e *indígenas* como tendo recebido “atenção especial”, referindo-os como “público-alvo” que teria recebido, no âmbito da implementação do PCPR “tratamento igualitário”

Os principais beneficiários do PCPR-MA foram os habitantes das comunidades rurais mais pobres do Estado, com até 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes, incluindo as sedes municipais, (sic) exceptuando São Luis. Especial atenção foi dada às populações indígenas e quilombolas, aos quais foi dado tratamento igualitário de acesso aos investimentos do Projeto. (Grifo meu)

Observo que a inserção dos quilombolas no Projeto foi regida por uma concepção de pobreza que se relaciona ao proposto por Demo (2001), como expressão do acesso às vantagens sociais. O objetivo era dar tratamento igualitário no acesso aos investimentos. As especificidades decorrentes de serem povos indígenas ou grupos étnicos não foi considerada pelo Projeto, não havendo, portanto, nenhuma ação no sentido de atendimento específico e diferenciado.

Os discursos dos agentes do PCPR, deixam transparecer que a inclusão das comunidades quilombolas ou comunidades negras como “beneficiárias” deste Projeto decorre da premissa de que tais comunidades constituem os seguimentos mais pobres do meio rural e não pelo reconhecimento de que estes grupos são constituídos sob a égide de processo de socialização diferenciados, constituindo-se grupos singulares, não apontando, a questão da *cidadania diferenciada* para estes grupos. Esta perspectiva pode ser ratificada mediante o discurso da principal interlocutora do PCPR no Maranhão, a Secretária de Agricultura:

“[...] quem tem uma experiência de mais de vinte anos que trabalha com comunidades rurais, na hora que entra e olha especificamente a realidade das comunidades negras, realmente ver que a pobreza tem diferença, que existem pobres e pobres e que os negros dentro dessa realidade são talvez os mais pobre, os mais carentes[...]”<sup>81</sup>

Os projetos a elas designados quase não apresentam diferenças entre os 4.159 projetos aprovados pelo NEPE, designados para o financiamento de: energia elétrica, campos de produção de produção agrícola, estradas e edificações habitacionais. Diante desta coincidência indaguei: esses projetos foram fruto da decisão dos moradores dessas comunidades ou sua capacidade foi limitada pelas normas do Projeto?

Meu questionamento foi em parte elucidado pelo depoimento do diretor da ACONERUQ, no qual ele enfatiza que os chamados projetos de infra-estrutura são os mais requisitados pelas comunidades. Disse ainda que,

“[...] agente pode até falar de produção mais eles dizem lá no fundo: rapaz eu quero minha casa, quero a estrada, quero a escola para as crianças.[...] Se eles produzem a mandioca, a farinha para os filhos e dá pra eles sobreviverem então eles querem vê o filho numa escola, querem ver a casa, uma energia, quem ver uma água[...]”<sup>82</sup>

Observo que os projetos denominados “de infra-estrutura” são utilizados pelos moradores de Filipa como mais um instrumento de consolidação do seu território. Se para os agentes do PCPR este Projeto tem como objetivo o “combate à pobreza”, para estas comunidades ele se pode servir para reforçar a valorização dos territórios e contribuir para a reprodução do grupo. Nesse sentido, em Filipa, através da casa-de-farinha financiada pelo PCPR a comunidade atualiza as regras próprias do grupo que viabilizam a sua coesão e reprodução. Portanto, a implementação dos

---

<sup>81</sup> Esta citação faz parte de uma exposição da Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, na Mesa Redonda intitulada: “A Sociedade Brasileira e o Estado de Democrático de Direito no Cumprimento dos Pactos Internacionais: Acordos, Tratados e Convenções, no dia 26 de fevereiro de 2005 no âmbito da I Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. A referida exposição foi gravada e transcrita por mim.

<sup>82</sup> Esta citação faz parte da entrevista que realizei com Ivo, diretor da ACONERUQ, no dia 5 de abril de 2005.

projetos tem também valor simbólico para esta comunidade. A Sra. Nielza, num documentário do Governo do Estado do Maranhão, avaliando os resultados do PCPR de o seguinte: “Estamos preparando a comunidade e preparando as crianças para tomar de conta”.<sup>83</sup>

No que concerne à introdução do PCPR, na Filipa há versões diferenciadas, dependendo do lugar de fala dos sujeitos. Os agentes do PCPR imprimem uma versão na qual a comunidade, mediante a solicitação de uma audiência com a Gerente de Estado de Desenvolvimento Regional de Itapecuru-Mirim, nos termos de um agente do PCPR, “foram pedir ajuda para a comunidade”. Outro agente do PCPR enfatiza que:

“A Filipa sempre procurou a Gerência Regional, na época o setor responsável era a assessoria de produção e projetos especiais, hoje Casa da Agricultura Familiar. Ela sempre procurou a Gerência para tentar conseguir, eles tinham na cabeça que eles tinham que conseguir estrada que lá não tinha, tinha que conseguir luz, tinha que conseguir melhoria habitacional. Então eles vieram até a gerência e a Gerência começou a fazer alguns levantamentos lá, através de parcerias com o SEBRAE e com outros órgãos de pesquisa.”<sup>84</sup>

Por outro lado, os moradores de Filipa ressaltam que a introdução do PCPR foi iniciada através de uma visita que a Gerente Regional realizou em várias comunidades negras, dentre as quais a Filipa:

“Primeirinho foi o pessoal casa que veio aqui na comunidade porque Conceição Andrade veio para Itapecuru, trabalhar na gerência e aí nós temos uma pessoa que é o Justo foi quem convocou a Dra. Conceição Andrade e aí veio andar com ela nas comunidades[...] através da visita deles primeiro na comunidade. Ela veio, Justo apresentou ela, disse olha esta aqui é a Dra. Conceição Andrade que veio trabalhar em Itapecuru, então ela foi enviada para cá, então estou levando ela nas comunidades pra conhecer, pra vocês irem dizendo a necessidades da comunidade e através daí foi que nós conseguimos entrar em contato com o pessoal da Gerência<sup>85</sup>”.

---

<sup>83</sup> Depoimento extraído do documentário em VHS intitulado “PCPR: Projeto de Combate à Pobreza Rural”.

<sup>84</sup> Trecho de uma entrevista concedida a mim por um funcionário da Casa da Agricultura Familiar no dia 8 de novembro de 2004.

<sup>85</sup> Parte da entrevista coletiva que fiz com as Senhoras Nielza, Donata e Conceição, no dia 09 de novembro de 2004. O trecho citado refere-se à fala da Sra. Nielza.

Outras versões são oriundas de uma entidade de representação dos Quilombolas, a ACONERUQ e dos membros da equipe do PVN. Ambos recorrem ao enfoque da pressão política dos movimentos negros sobre o governo do Estado do Maranhão, no sentido de garantir recursos do PCPR para as chamadas comunidades quilombolas.

Um dos membros da equipe do PVN, enfatiza que a inclinação do PCPR para as comunidades quilombolas tem relação com a formulação de uma proposta do PVN e da Coordenação Estadual dos Quilombolas<sup>86</sup> solicitando ao governo do Estado do Maranhão a continuidade do Projeto Terra de Quilombos<sup>87</sup>, na qual as entidades reivindicaram a regularização fundiária de algumas áreas e a destinação de recursos financeiros do PCPR para serem aplicados nas áreas projetadas para processos de regularização fundiária. O projeto em alusão constava do seguinte objetivo:

“[...] dar continuidade ao trabalho de regularização fundiária das em questão, ao mesmo tempo em pretendemos contribuir para a organização do povo negro no MA, resgatando a história e a cultura do segmento negro rural. Do mesmo modo, a adoção de infra-estrutura básica proporcionará melhorias nas condições de vida das comunidades negras rurais.” (PVN, 1997, p. 12).

Ainda dando ênfase ao interesse do PCPR em atender as comunidades quilombolas por força das pressões dos movimentos negros, um representante da ACONERUQ ressalta que no V Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, realizado em 1997, o direito das comunidades quilombolas terem acesso aos recursos do PCPR fez parte da pauta de discussões. Aparece também no seu

---

<sup>86</sup> A Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses era constituída por representantes das comunidades quilombolas que fundaram a ACONERUQ.

<sup>87</sup> “O Projeto Terra de Quilombos é resultado do compromisso de cooperação técnica entre o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), objetivando o reconhecimento e a regularização das áreas remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, além da preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável nessas glebas, conhecidas como “terras de pretos”. O convênio, assinado em 25/11/96, buscou contemplar as reivindicações feitas pela SMDDH, Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), Coordenação Estadual dos Quilombos Maranhenses (CEQ) e FETAEMA, [...] os trabalhos se iniciaram em 97 por questões administrativas.” (CCN & CEQ, 1997, anexo 5).

depoimento a figura do Banco Mundial como um agente inclinado a financiar projetos destinados às comunidades quilombolas. Ivo ressalta que tal informação foi emitida no V encontro por uma representante do NEPE:

“[...] lá no encontro e ela apresentou que o Banco Mundial estava com condições, tinha a possibilidade de ter alguns projetos para as comunidades quilombolas, isso em 97. E aí nós lutávamos naquele mesmo momento, nos perguntamos como seria o processo e ela disse que nós teríamos que marcar outra reunião e nós marcamos outra reunião após o encontro. E essa reunião deve ter sido realizada em janeiro ou em fevereiro, [...]. Ela apresentou a proposta que tinha recursos e tal. Então nós colocamos da seguinte forma: que nós apresentava um projeto com toda a situação das comunidades fazendo um mapa da situação de várias comunidades com as situações com mais dificuldades e apresentava um projeto grande e o PCPR passava o dinheiro ou para a ACONERUQ [...], poderia ser o CCN ou a Sociedade<sup>88</sup> para receber esses recursos, e agente ia ter um trabalho, um projeto ampliado da infra-estrutura, etc.etc. [...] e nós elaboramos esse projeto, o certo que deu quase uma faixa de 5 milhões de reais.”<sup>89</sup>

Segundo a versão da Secretária da SEACRO, as ações do PCPR nas comunidades negras rurais no município de Itapecuru-Mirim foram precedidas da elaboração de um diagnóstico que denomina de “Levantamento das Condições Socioeconômicas e Culturais das Comunidades Negras Rurais. O relatório mencionado aponta que as comunidades precisam ser “legitimadas”<sup>90</sup> frente aos órgãos governamentais para serem enquadradas nos projetos:

“O Projeto de Auto-Estima das Comunidades Negras apresentado pela FUNAC [...] à Gerente de Estado de Desenvolvimento Regional [...] posteriormente à [...] secretária de Ação Social de Itapecuru-Mirim, em reunião com o Conselho de Assistência Social [...] ensejou a necessidade de visitarmos todas as Comunidades Negras para traçar o perfil sócio-econômico-cultural das mesmas, com o objetivo de conhecê-las e enquadrá-las no Projeto, assim como legitimá-las frente à FUNAC, uma vez que as comunidades negras são consideradas prioritárias para a aplicação dos recursos oriundos do Contrato firmado entre o Governo do Estado do Maranhão e o Banco Mundial para a execução do Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Assim definido e acordado, a Gerente Regional [...], juntamente com o Sr. Justo Evangelista Conceição, vereador e membro da Diretoria da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão - ACONERUQ, passaram a visitar as comunidades negras, localizadas no município de Itapecuru-Mirim. (p.2)

---

<sup>88</sup> Ele se refere à Sociedade Maranhense de Direitos Humanos.

<sup>89</sup> Esta citação faz parte da entrevista que realizei com Ivo, diretor da ACONERUQ, no dia 5 de abril de 2005.

<sup>90</sup> Nos termos do relatório

Esta versão corrobora com a versão da Sra. Nielza que, ao discorrer sobre a introdução do PCPR na Filipa, faz referência à ação da Gerente Regional de Itapecuru, que realizou várias visitas às comunidades negras rurais deste município acompanhada do vereador e representante da ACONERUQ, o Sr. Justo.

Segundo SEAGRO/NEPE, (2004, p. 39-40), os financiamentos destinados às comunidades negras foram empregados principalmente “[...] com melhoria habitacional [...] com energia elétrica, [...] e com melhoria de caminho de acesso”. O quadro a seguir aponta a predominância de projetos direcionados ao financiamento do item infra-estrutura, o qual consumiu 55,40% dos R\$ 4.175,769,00 (quatro milhões, cento e setenta e cinco mil e setecentos e sessenta e nove reais) destinados ao financiamento de projetos nas chamadas comunidades negras rurais.

Em seguida estão os projetos denominados pelo PCPR como sociais, para os quais o relatório aponta investimentos da ordem de R\$ 1.460.902 (um milhão, quatrocentos e sessenta mil, novecentos e dois reais) maciçamente aplicados na construção de edificações residenciais.

Os projetos denominados produtivos, obtiveram o menor montante de recursos aplicados R\$ 401.099,00 (quatrocentos e um mil e noventa e nove reais).

O relatório final do PCPR aponta ainda que 4.102 famílias foram atendidas pelo Projeto, ou seja, cada família recebeu em média R\$ 1.017, 98 (um mil, dezessete reais e noventa e oito reais) do PCPR, bem acima da média geral dos beneficiários que foi de R\$ 600,00.



**Quadro 2. Projetos Financiados para comunidades negras rurais**

Tipo de projeto	Quant.	% em relação às comunidades quilombolas	Custos		
			Unitário (média)	Total (R\$ 1,00)	% em relação ao total do PCPR
<b>Infra-estrutura</b>	<b>50</b>		<b>46.275,36</b>	<b>2.313.768</b>	<b>55,40</b>
Açude	2	2,27	34.990	69.980	1,67
Eletrificação Rural	20	22,72	61.243	1.224.860	29,33
Melhoramento de caminho de acesso	15	17,04	43.142,70	647.141	15,49
Ponte	3	3,4	39.360,66	118.082	2,82
Rede de distribuição de água	1	1,13	55.477	55.477	1,32
Sistema de abastecimento d'agua	9	10,22	22.025,33	198.228	4,74
<b>Produtivos</b>	<b>13</b>		<b>30.853,76</b>	<b>401.099</b>	<b>9,60</b>
Casa-de-farinha		1,13	10.348	10.348	0,24
Armazém	1	1,13	9.969	9.969	0,23
Barco e apetrechos de pesca	1	1,13	49.267	49.267	1,17
Caprinocultura	1	1,13	23.632	23.632	0,56
Kit de apoio à produção	2		21.481,50	42.963	1,02
Projeto Comunitário Irrigado	3		33.899,33	101.698	2,43
Piscicultura	1	1,13	40.965,00	40.965	0,98
Tratos com implementos	1	1,13	50.704,00	50.704	1,21
Vacaria (bovinocultura)	1	1,13	53.302,00	53.302	1,27
Viveiro e Jardim clonal	1	1,13	18.251,00	18.251	0,43
<b>Sociais</b>	<b>25</b>			<b>1.460.902</b>	<b>4,98</b>
Melhoria habitacional	24	27,27	60.064,83	1.441.556	34,52
Posto telefônico	1	1,13	19.346,00	19.346	0,46
<b>Total</b>	<b>88</b>		<b>-----</b>	<b>4.175.769</b>	

Fonte: [www.nepa.ma.gov.br](http://www.nepa.ma.gov.br): mis on line

A Filipa foi contemplada com cinco projetos financiados pelo PCPR, importando num total de R\$ 197.975,00 (cento e noventa e sete mil, novecentos e setenta e cinco reais). Esses recursos foram destinados ao financiamento de uma Barragem; de uma rede de distribuição de água; da construção de 19 unidades residenciais; de uma ponte; de fossas e de uma casa de farinha.

**Quadro 2. Projetos Financiados para a Filipa**

<b>Tipo Projeto</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Entrada no NEPE</b>	<b>Empenho dos recursos</b>	<b>Liberação dos recursos</b>	<b>Valor (R\$ 1,00)</b>
Barragem	1 unid.	6/11/2001	14/12/2001	21/02/2002	59.875,16
Rede de distribuição de água	700 m	25/05/2002	27/06/2002	30/10/2002	20.613,02
Construção de casas	19 unid.	10/12/2002	06/06/2002	29/09/2003	78.221,24
Casa de Farinha	1 unid.	07/11/2001	26/06/2002	30/10/2002	39.265,66
<b>Total</b>					<b>197.975,08</b>

Fonte: [www.nepa.ma.gov.br](http://www.nepa.ma.gov.br): mis on line

Nos discursos dos agentes do PCPR estes projetos aparecem como se fossem uma escolha exclusiva da comunidade. O próprio governador do Estado, no documentário em vídeo sobre o projeto afirma: “A comunidade participa, é ouvida, dizem quais são os problemas, diz o que ela quer, e o projeto dá os recursos e a assistência técnica para aquilo funcionar<sup>91</sup>. Na mesma direção a Secretária de Estado da Agricultura do Estado do Maranhão enfatiza: “[...] os frutos verdadeiros estão se consolidando ao longo desse processo, formando junto com a comunidade a sociedade que nós queremos, mais justa, mais participativa”. No entanto, os projetos são aprovados mediante critérios pré-estabelecidos pelo Banco Mundial e pelo Governo do Estado do Maranhão.

Nesse sentido, os manuais de operações e de orientações do PCPR enunciam os projetos passíveis de serem financiados. O manual de orientações publicado em setembro de 2001, na página 13 apresenta uma lista de “subprojetos comunitários contemplados pelo PCPR ou elegíveis” quais sejam:

<sup>91</sup> Trecho extraído da fala do Governador José Reinaldo Tavares contida no documentário em vídeo sobre o PCPR.

### Quadro 3. Sub-projetos elegíveis

Subprojetos Produtivos	Subprojetos Infra-estrutura	Subprojetos sociais:
Agroindústria de arroz; agroindústria de babaçu; agroindústria de farinha; marcenaria; serralheria/metalúrgica; fábrica de doces ou polpa de frutas; projetos de irrigação; barcos, equipamentos e apetrechos de pesca; fábrica de gelo; criatório de peixe, camarão e ostra; olaria; avicultura; caprinocultura; vacaria e minhocultura.	Sistema de abastecimento de água; rede de distribuição de água; ponte; eletrificação rural; melhoramento de caminho de acesso; trapiche; rampa; açude; barragem; energia eólica e energia solar.	Reforma e equipamento de escolas comunitárias; reforma e equipamento de postos de saúde; melhoria habitacional; creche comunitária; posto telefônico; fossas sanitárias e obras e equipamentos de lazer.

Fonte: Manual de Orientações do PCPR – 3ª edição – setembro/2001

A maioria dos projetos financiados pelo PCPR segue a lista sugerida no manual de orientação, contemplando as três modalidades: infraestrutura, social e produtiva. Tomando como referência a fala de uma moradora da Filipa, é possível perceber que a escolha da comunidade era limitada:

“Também nós falamos que nós precisava de fazer projetos de plantio de coco, de maracujá e outras coisas. Mas só que eles falaram [os técnicos da GDR], vocês precisam ver o que pode sair logo no curto prazo, aí nós definimos que poderia sair logo mais próximo era esses<sup>92</sup>”.

Percebe-se que a especificidade é desconsiderada em favor de um pacote pré-estabelecido de ações e do direcionamento do que era considerado como ações a serem efetivadas num curto prazo.

A barragem custou R\$ 59.875,16 (cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos). Segundo os moradores da Filipa, a comunidade quando apresentou a proposta da barragem ao PCPR, objetivava utiliza-la para fazer irrigação, pois poderiam aumentar as “áreas de reservas<sup>93</sup> da comunidade.

<sup>92</sup> Trecho da fala de uma moradora da comunidade de Filipa na entrevista concedida ao autor em 9/11/2004.

<sup>93</sup> A comunidade designa como áreas de reserva uma parte da terra própria para a reprodução de animais e vegetais. Não são áreas intocáveis, a reserva serve para o suprimento de materiais para a construção de casas; extrativismo vegetal e animal, etc.

Depois da barragem pronta, foram incentivados, pelo PCPR, a iniciar a criação peixes.



Entre a liberação dos recursos, 22 de fevereiro de 2002 e minha última viagem à Filipa, transcorreram três anos. Nesse intervalo, foram concluídos os serviços de construção da barragem. No entanto, como a construção da barragem não havia sido prevista para piscicultura, colocou-se a necessidade da construção de tanques para o cultivo de peixes. Para levar a efeito a obra dos tanques, a GDR buscou recursos via SEAGRO, que executou um projeto de onze tanques para a criação de peixes, os quais seriam abastecidos mediante a transposição da água da barragem construída pelo PCPR.

Os moradores de Filipa apenas sabem informar que os tanques de piscicultura foram financiados pela SEAGRO, que os recursos vieram do Tesouro Estadual, mas desconhecem o valor do financiamento; o cronograma das atividades; a forma de pagamento da obra, e como se deu o processo de escolha da empresa para construção dos tanques. A comunidade foi privada dessas informações.



Os agentes do PCPR, que trabalham na CAF, também não possuíam informações sobre a origem e o montante do financiamento dos tanques. Sabiam apenas que não eram recursos do PCPR:

“[...] Eu acho assim, que o Estado trabalha muito desarticulado. Por exemplo, essa questão dos tanques, quando agente soube que os tanques estavam (*sic*) iam ser construídos já estavam começando o trabalho, já haviam paralisado. Eles começaram o trabalho paralisaram, foram embora, agente não sabia quem estava acompanhando, agente não sabia nada, quer dizer, a GEAGRO é praticamente a mãe da Casa da Agricultura Familiar e agente no entanto que estava aqui e não tinha conhecimento[...]”<sup>94</sup>.

Até o mês de fevereiro de 2005, não havia sido concluída esta obra, que havia sido iniciada, segundo os moradores de Filipa, em junho de 2003. Sobre a demora na conclusão dos tanques, o presidente da Associação afirma: “agora nós vamos cobrar, agora temos o aval pra cobrar. Antes nós não tínhamos esse aval”. Esse aval, teria vindo de um agente do PCPR, que trabalha na SEAGRO, que, transferiu a responsabilidade do acompanhamento da obra à comunidade, que passaria a ter autonomia para fazer as cobranças junto à construtora. Mas a comunidade sente-se impotente para acionar essas cobranças por desconhecer a localização da sede da construtora, não detendo detém outras informações que permitam identificá-la..

---

<sup>94</sup> Trecho da fala de uma agente do PCPR extraída na entrevista a mim concedida, no dia 18/01/2005.

A única iniciativa concreta para a efetivação da piscicultura, implementada pela GDR de Itapecuru-Mirim, foi a doação de alevinos para o povoamento da barragem. Tendo em vista a não conclusão dos tanques, permanece, até então, inviabilizada a atividade de piscicultura.

O projeto de rede de distribuição de água foi financiado a um custo de R\$ 20.613,02 (vinte mil, seiscentos e treze reais e dois centavos). Através deste projeto, foi possível a instalação de água encanada em todas casas residenciais da Filipa, além da casa-de-farinha, da escola e do posto de saúde. A comunidade já possuía um poço artesiano com chafariz, de onde a água era retirada e transportada para as casas em baldes, potes e latas.

O poço com chafariz foi construído pela Prefeitura Municipal de Itapecuru-Mirim mediante um convênio celebrado com o INCRA.

Conforme depoimento de algumas moradoras da Filipa, a falta de água era uma das grandes dificuldades enfrentadas pela comunidade. Antes da



construção do poço artesiano com chafariz, os moradores transportavam água à cavalo, retirada de um poço cacimbão, distante da comunidade:

“Sofremos muito com a falta d’água, porque não tínhamos condições de fazer poços, até que a comunidade é boa de água. Agente fazia os poços mais as barreiras caíam e entupiam os poços<sup>95</sup>”.

Por outro lado, a Sra. Conceição afirma que a falta de água já estava prejudicando até a festa de São Sebastião<sup>96</sup>, o padroeiro da comunidade:

<sup>95</sup> Trecho da fala da Sra. Nielza durante uma reunião realizada no dia 21/11/ 2004 em que participaram vários moradores da Filipa e três alunos da Escola de Governo do Maranhão.

“No tempo da festa de São Sebastião vinha o carro pipa e era aquela alegria, agente enchia os potes, todas as vasilhas . Quando agente ia tirar jóia para a festa, as pessoas diziam que não vinham pra festa porque na Filipa não tinha água nem pra beber imagine quanto mais para banhar<sup>97</sup>”.

As casas residenciais foram construídas no ano de 2003. Foram financiadas apenas 19 casas, com recursos da ordem de R\$ 78.221,24 (setenta e oito mil, duzentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos). Esse projeto era parte de uma negociação desencadeada entre a ACONERUQ e o Governo do Estado do Maranhão.

Para a construção das casas a própria comunidade contratou uma empresa do município de Itapecuru-Mirim. Segundo a Sra. Nielza, foi feito um acordo com esta empresa, o qual rezava que parte dos materiais de construção seria fornecido pela comunidade.

A chamada contra-partida da comunidade, que segundo as normas do PCPR deveria ser equivalente a 10% do valor total do projeto, foi assumida pela mediante o fornecimento de serviços de ajudante de pedreiro: transporte de materiais; preparação de argamassa e abertura de valas para construção dos alicerces.

A distribuição das casas entre os moradores foi efetuada mediante critérios atribuídos pela própria comunidade, todos relacionados à participação na Associação São Sebastião dos Produtores Rurais do Povoado Filipa, quais sejam:

---

<sup>96</sup> Atualmente a comunidade realiza duas festas de São Sebastião por ano. A primeira ocorre conforme o calendário católico em que este Santo é festejado com uma novena no período de 11 a 19 de janeiro e no dia 20 os festejos são encerrados com uma procissão. A segunda festa ocorre sempre na segunda semana do mês de outubro. Além da novena e procissão, há também rodas de tambor de crioula e festa dançante. Os moradores da Filipa dizem que reorganizaram o calendário da festa porque o mês de janeiro é um mês chuvoso, o que dificulta a movimentação das pessoas entre as comunidades, por causa das cheias dos riachos e das estradas ficarem quase intrafegáveis. Segundo a Sra. Minervina (84 anos), esta festa era começou a ser feita por Abel, neto de Filipa. Este senhor trocou uma imagem de São Sebastião no Estado do Amazonas. Chamavam, segundo a Sra. Minervina, de festa da lavração do cabo do machado, porque ocorria no período do plantio das roças. Ela diz também que “*Nesse tempo o tambor falava de verdade*”. Fazendo uma alusão à força do tambor de crioula da Filipa.

<sup>97</sup> Trecho da fala da Sra. Conceição durante uma reunião realizada no dia 21/11/ 2004 em que participaram vários moradores da Filipa e três alunos da Escola de Governo do Maranhão



adimplência com os pagamentos das mensalidades e participação nas reuniões da associação.

O projeto que os agentes do PCPR denominam como agroindústria, a comunidade nomeia como casa-de-forno. Esse projeto constitui-se de uma edificação dividida em duas partes: numa parte funciona



a fábrica de farinha e do outro está implantada a máquina de beneficiamento de arroz, denominada pela comunidade como mini-usina. Segundo os moradores de Filipa, os recursos, da ordem de R\$ 39.265,66 (trinta e nove mil, duzentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), foram destinados para a compra de fornos; prensa; a construção do prédio e os equipamentos da mini-usina de beneficiamento de arroz.

Segundo Xavier, a casa-de-forno foi construída com o objetivo de melhorar a qualidade da farinha de mandioca e também a produção de tapioca.

A casa-de-forno tem um sistema de gestão próprio, construído pelos moradores de Filipa. Xavier, que é presidente da associação e responsável pelo gerenciamento. A Sra. Conceição diz que “as regras já vem dos mais velhos” pois eles sempre tiveram casa-de-forno como bem de uso comum. Atualmente cada morador que beneficia a mandioca na casa-de-forno contribui com o fundo de manutenção, que é de 10% da produção beneficiada. Ou seja, a cada 30 kg de farinha 3 kg são destinados para o referido fundo.



A casa-de-forno e a mini-usina foram construídas a partir da utilização de materiais de construção de fora da comunidade, enquanto as casas-de-forno “tradicionais” foram construídas com materiais exclusivamente de dentro da comunidade.

Com a instalação da casa-de-forno financiada pelo PCPR houve mudanças no processo de produção de farinha de mandioca na comunidade. O pubeiro, onde era colocada a mandioca para amolecer, foi substituído por tanques de cimento situados a uma distância de 20 m da casa-de-forno. O tucupi ou manipueira, que era despejado próximo à casa-de-forno, agora possui um receptáculo que fica aproximadamente 50 m de distância do local de fabricação da farinha.

Segundo Xavier e Sra. Nielza, os recursos que a comunidade recebeu do PCPR foram destinados apenas para a construção do prédio e compra de alguns equipamentos, quais sejam: 2 (dois) fornos, uma prensa, um motor, caititu, pilador de arroz e uma balança. Os demais serviços e materiais foram custeados pela comunidade, como: aquisição de dois fornos, grades ferro e a instalação de rede de distribuição de água, encanação para a evacuação do tucupi e a construção de pubeiros de cimento.

Na avaliação de Xavier, esse projeto tem ajudado a melhorar as condições de vida da comunidade, pois a produção de arroz precisava ser beneficiada na sede do município, o que requeria o transporte do produto em animais ou mesmo em bicicleta. Além disso, a mini-usina permite que a comunidade incremente a produção de pequenos animais, tais como: porcos, galinhas e patos, pois a parte que sobra do beneficiamento do arroz, denominada cuim, é vendida prioritariamente aos moradores da Filipa, a um preço de R\$ 0,25 por kg e o lucro obtido é destinado ao fundo de manutenção da mini-usina. Segundo a Sra. Donata, esse “preço é muito bom porque em Itapecuru os donos de usinas estão vendendo a

R\$ 0,50”. Ela ressalta, também, que esse dinheiro “fica na comunidade”. Ou seja, Sra. Donata parece fazer uma alusão ao fortalecimento da comunidade mediante a implementação do projeto.

Pude observar uma diferença entre os projetos desenvolvidos pelo PCPR e aqueles financiados por outras fontes. No caso do PCPR, a comunidade de Filipa teve acesso aos planos de trabalho que deram origem aos financiamentos, o que lhes possibilitou em alguns momentos formular reclamações junto às empresas contratadas para executarem os projetos.

Diferentemente da implantação do campo agrícola comunitário, que segundo uma agente do PCPR, a “comunidade não considerava como seu, parecia ser alguma coisa de fora”, a barragem foi apropriada pela comunidade e seus moradores referem-se a esse projeto como um empreendimento seu. Acreditam que poderão obter mais uma fonte de alimentação e ainda o ingresso de renda monetária, através da comercialização de peixes. Mas esse projeto da “comunidade modelo” nunca chegou a funcionar completamente.

Percebo que a comunidade se apropriou deste e dos demais projetos implementados pelo PCPR. Foram ressignificados e inseridos no conjunto de bens de uso comum por ela gerenciados com base no consenso interno. O controle da rede de distribuição de água, por exemplo, é efetuado por um morador eleito entre os demais. Este morador tem a responsabilidade de diariamente, nos horários estabelecidos pela comunidade, abrir e fechar a rede; comunicar à comunidade a existência de defeitos etc.

A análise do “bom resultado” do PCPR na Filipa é apresentada pelos agentes do PCPR, especificamente do NEPE, com base no que consideram a retirada da comunidade do “anonimato” e do “marasmo” a que vivia submetida havia 200 anos. É válido ressaltar que antes do PCPR, o CCN já havia, desde o início dos

anos 80, desencadeado processos de discussões sobre comunidades negras rurais evidenciando fortemente as riquezas da Filipa.

O termo “marasmo”, é mais um dos elementos que compõe os discursos dos agentes do PCPR para reforçar a idéia que a Filipa *não existia* antes do projeto. Ou seja, por intermédio da palavra “marasmo” os agentes do PCPR deixam emergir uma representação que eles construíram a respeito da comunidade, fundada no paradigma desenvolvimentista, que percebe a diferença associada ao atraso e a estagnação.



Além dos projetos financiados pelo PCPR, a Filipa teve acesso aos recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA; criação de galinha caipira; trator e equipamentos agrícolas e o posto de saúde

#### Quadro 4. Outros projetos financiados para a Filipa

Objeto dos financiamentos	Ano	Fonte de Financiamento	Situação atual
Micro-trator	2004	SEAGRO/Orçamento do Estado (cf. informações da comunidade .	Não está funcionando.
Tanques de Piscicultura	Início: junho de 2003	SEAGRO/Orçamento do Estado (cf. informações da comunidade e de dois funcionários da CAF)	A obra não foi concluída.
Criação de Galinha caipira	2001	Embrapa	Atende apenas uma família, os agentes do PCPR denominam de Unidade Demonstrativa
Campo Experimental de mandioca	----	Embrapa	16 famílias envolvidas.
Plantio de Abacaxi, cana e banana e bovinocultura	1991	PROCERA	Desativado
Posto de saúde	-----	INCRA	Possui uma agente de saúde da própria comunidade que presta primeiros socorros.

Percebi, durante a minha convivência com os moradores de Filipa, que o PROCERA deixou sua marca nesta comunidade, um típico exemplo de equívoco dos técnicos que insistem na implementação de projetos baseados nos pressupostos da “Revolução Verde”. O financiamento do PROCERA teve como objeto o plantio de abacaxi, cana-de-açúcar, banana e bovinocultura. Esse projeto foi articulado pela equipe da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MA). Segundo os moradores de Filipa, o projeto atingia todas as comunidades do chamado Projeto de Assentamento Entroncamento. A idéia norteadora dos técnicos da EMATER era “modernizar” as atividades produtivas das comunidades mediante a introdução de novos cultivares e novos sistemas de produção agrícola, inclusive adotando a mecanização agrícola indiscriminadamente em todos os projetos, sem levar em consideração as especificidades ambientais e

culturais das comunidades. Este projeto gerou uma dívida da comunidade junto ao Banco do Nordeste, que a própria comunidade desconhece o valor exato.

Segundo um agente do PCPR, atualmente atuando na SEAGRO, os projetos financiados pelo PROCERA não deram certo porque o local era impróprio, pois seria necessário a utilização de irrigação artificial, especialmente para o cultivo de bananeiras.

Os moradores de Filipa dizem que a produção de abacaxi foi boa, mas não conseguiram comercializá-la, pois a estrada não permitia o acesso de caminhões para transportar a produção, os compradores preferiam adquirir o abacaxi das comunidades mais próximas da BR pois seus gastos eram menores. A Sra. Conceição informa: “a única carrada de abacaxi que nós vendemos aqui o comprador nunca pagou”. Para Raimundo, secretário da associação de Filipa<sup>98</sup>, “os técnicos só pensaram na produção e não pensaram na comercialização [...], não tendo como vender, ficamos endividados”.

Nas narrativas da comunidade de Filipa sobre este projeto, o projeto do PROCERA”, é tratado como se não fosse da Filipa, mas do PROCERA ou mesmo dos técnicos da EMATER. De fato, os projetos norteados pelas noções desenvolvimentistas não consideram as questões locais, não pensam com os agentes locais, porque a lógica é caminhar para alcançar o status de comunidade desenvolvida, sem levar em conta que o território da Filipa e outros territórios, são espaços construídos através de práticas culturais, ecológicas e econômicas muito complexas. No dizer de Escobar (2000, p.131):

“[...] Son precisamente estas dinámicas eco-culturales complejas las que raramente son tomadas en cuenta en los programas del Estado, los cuales dividen el territorio de acuerdo a sus principios [...] que fragmenta la espacialidad culturalmente construida de paisajes particulares, precisamente porque no ven la dinámica socio-cultural”.

---

<sup>98</sup> Daqui a diante, quando me referi a este senhor será apenas como Raimundo.

Outro projeto destinado à Filipa, fora âmbito do PCPR, foi a aquisição de um micro-tractor com equipamentos agrícolas: grade, arado e plantadeira-adubadeira.



*Micro-tra Plantadeira-adubadeira*

Conforme informações de Raimundo, o trator faz parte de uma solicitação que a comunidade faz para a SEAGRO. A comunidade havia feito um projeto para a aquisição de um trator que não foi aprovado. Isso ocorreu antes da Filipa ser configurada como comunidade modelo para os agentes do PCPR. Após muita insistência, o secretário do PRONAF, que considero um importante agente do PCPR nos termos deste trabalho, se comprometeu em adquirir um trator para a Filipa.

A comunidade não gostou do trator porque a solicitação era de um trator grande, com quatro pneus e não um micro-tractor: “Não gostei porque não dá para fazer os serviços que a comunidade pretende”. Ou seja, não dá para realizar as etapas preconizadas nas indicações tecnológicas da EMBRAPA, que entende como aquelas que ajudarão a comunidade a manter áreas de reservas porque irão plantar somente num lugar ano após ano.

Os moradores da comunidade também não sabem operar o micro-tractor, pois não receberam nenhuma orientação.

Os financiamentos de projetos direcionados à Filipa não foram iniciados pelo PCPR. Em diferentes contextos esta comunidade tem recebido recursos financeiros de projetos orientados pela ótica do chamado desenvolvimentismo. Concomitante a estes projetos, estão os movimentos de identificação, no dizer de Hall (2004 p. 39), “um processo em andamento”, acionados pelos agentes do INCRA, da EMATER, EMBRAPA e da própria comunidade. No contexto da política de assentamento levada à efeito pelo INCRA, parece ser evidenciado o acionamento da identidade de *assentado* como sujeito portador de direitos à terra e aos financiamentos bancários, através dos quais a Filipa é mobilizada no sentido de acessar crédito bancário, tendo em vista o que os agentes do INCRA e da EMATER denominavam de “desenvolvimento do assentamento”.

Por outro lado, o reaparecimento da *pobreza* como problema no Brasil e as políticas desenvolvimentistas postas em prática pelos agentes da chamada cooperação internacional – BIRD, BID, FMI, ONU etc – elegem a *pobreza* como uma questão a ser “combatida” e formulam, juntamente com os Estados, os projetos chamados de combate à pobreza na perspectiva de alcance do chamado desenvolvimento sustentável. Sob a égide da noção de *focalização*, destacam as chamadas *comunidades quilombolas* como prioritárias para o recebimento dos referidos recursos por percebem-nas como as mais pobres entre todas as comunidades.

### **3.6 Da Filipa para o mundo**

Os agentes do PCPR construíram a representação da Filipa como comunidade modelo. No contexto da implementação deste Projeto construíram discursos que apresentam a Filipa como uma comunidade que foi resgatada do isolamento. Deixam transparecer que re-fundaram a comunidade, graças aos

projetos nela desenvolvidos e ao resgate, que promoveram, das manifestações culturais da comunidade.

A Filipa foi então erigida à condição de modelo, no qual as demais comunidades deveriam se espelhar. Essa representação pode ser percebida no discurso do governador quando da inauguração da barragem construída pelo PCPR na Filipa:

[...] Segundo o governador José Reinaldo Tavares, que esteve em Filipa para inaugurar a barragem, o poço e as primeiras 19 das 37 casas de alvenaria, aquelas propostas de desenvolvimento sustentável, são consideradas modelo pelo Banco Mundial para outros pontos do Maranhão e do Brasil".(O Imparcial,14/06/2004, p. 6).

O documentário em VHS, intitulado PCPR: Projeto de Combate à Pobreza Rural, que trata das realizações do Governo do Estado do Maranhão baseadas na implementação do PCPR, também expressa a concepção da Filipa como comunidade modelo. Os depoimentos de representantes de diversas comunidades "beneficiadas" são realçados com imagens colhidas, especialmente naquelas denominadas quilombolas, sendo a Filipa, selecionada como cenário para o depoimento do governador do Estado, o qual faz uma alusão à idéia de comunidade modelo:

A comunidade participa, é ouvida a comunidade, dizem quais são os problemas, diz o que ela quer, e o projeto dá os recursos e a assistência técnica para aquilo funcionar; de formas de esse modelo vai ser adotado a nível mundial, que está saindo do Maranhão, da comunidade de Filipa para o mundo inteiro, um projeto novo que vai sem dúvidas, dar um avanço no processo de inclusão social e combate à pobreza."<sup>99</sup> (grifos meus)

A idéia de transformar a Filipa em comunidade modelo vai se fortalecendo no discurso dos dirigentes governamentais. Segundo uma moradora da comunidade, a Gerente de Regional de Desenvolvimento Regional de Itapecuru, quando esteve em

---

<sup>99</sup> Esta fala foi transcrita do documentário PCPR: Projeto de Combate à Pobreza Rural, produzido pela Play Vídeo para o Governo do Estado do Maranhão.



Filipa, afirmou que iria torná-la uma comunidade modelo. Na ocasião referiu-se a construção de uma praça na frente da igreja, o que nunca se concretizou.

Quando os moradores de Filipa são indagados sobre constituírem uma comunidade modelo, as respostas são sempre antecedidas de risos, muitos risos, expressando uma ambigüidade no que se refere a considerarem isso uma invenção sem sentido, que ao mesmo tempo lhes gratifica, por entenderem que lhes outorga maior reconhecimento externo, significando mais um instrumento a ser acionado para a consolidação do seu território.

Embora não se auto-denominando uma comunidade modelo, os habitantes da Filipa procuram explicações que possam fundamentar tal designação. Como nos ensina Pierre Bourdieu (1996, p.), os discursos políticos e intelectuais têm uma eficácia simbólica capaz de construir e de classificar a realidade, produzindo efeitos.

Alguns elementos são acionados na tentativa de fundamentar o status de modelo. A senhora Donata, entende que a essa denominação decorre do fato dos projetos implementados na Filipa terem obtido sucesso.

“Eu acho que é por causa dos projetos, porque eles fizeram estes, e se eles derem certo, aí é que vão fazer para as outras comunidades<sup>100</sup>”.

Essa é também a concepção de D. Nielza. Entende que para lograr obter o título de “comunidade modelo” a Filipa foi antes testada pelos agentes do PCPR. A comunidade teria sido assim denominada porque teve a capacidade de vencer os desafios colocados pelos agentes do PCPR:

Eu vou ver se eu descubro porque eles estão chamando a Filipa de modelo, que não estou vendo esse [risos], não sei de onde veio esse modelo. [...] a gerência vindo aqui, lá o Dr. Zé Mário, gente vamos fazer um campo aí pra plantar caju, aí agente fez, cultivamos, fizemos o campo. Depois disse agora nós vamos doar um varrão para a comunidade de Filipa pra tirar raça; é pra fazer a casa, e disse: que dia? Depois de amanhã, posse trazer? Pode. Vamos fazer a casa, nesse mesmo dia agente se reuniu e no outro fizemos a casa. Aí no outro dia eles chegaram, não trouxeram logo o porco, vieram olhar se deu certo, aí disseram agora eu vi, a comunidade tem interesse, aí foram buscar o porco. Depois [...], aí veio pra fazer

---

<sup>100</sup> Esta fala foi extraída da entrevista que esta moradora da Filipa, juntamente com a Sra. Nielza e a Sra. Conceição me concederam no dia 9 de novembro de 2004.

um curso de farinha pra agente aprender fazer farinha de qualidade, agente formou uma equipe aprenderam. [...], aí depois o pessoal da EMBRAPA veio pra implantar um campo comunitário, aí agente aceitou. E assim é por causa disso que eles ficam dizendo que a comunidade [pausa] tudo aquilo que vem agente tem aquele interesse de lutar pra que dê certo<sup>101</sup>.

Outra tentativa de explicação pode ser encontrada no discurso de D. Conceição, quando afirma que os agentes do PCPR escolheram a Filipa como comunidade modelo devido aos laços de parentesco que ligam os moradores e o fato de se organizarem em torno de objetivos comuns. Essas características estabeleceriam uma diferenciação com relação a outras comunidades:

[...] a Filipa por uma parte tem uma vantagem, logo agente é tudo parente, aí quando chama pra um lado mais não deixa de atender. Olha veio um pessoal aqui dos Estados Unidos, doou R\$ 300,00 para a comunidade de Filipa, aí nós ficamos com esse dinheiro, aí como em [...] pegou os mesmos R\$ 300,00 em [...] foi dividido logo[...]. [...] aí minha comadre chamou o povo e disse gente eu achava bom que nós comprasse um forno para a comunidade porque esse que tem aí já está velhinho, furado. Todo mundo aceita? Aceitamos, aí nós compramos, se fosse em outra comunidade cada qual dizia eu quero o meu, outro eu quero o meu. Contando que quando tem um servicinho que sobra alguma coisa, agente não divide logo, aí já investe aquilo em qualquer coisa em benefício da pra comunidade. Acho que com isso eles chegam e procuram e vão achando vantagem na Filipa, [...]<sup>102</sup>.

A organização em torno de laços de parentesco é acionada de forma articulada com o interesse na consecução de objetivos comuns. A categoria trabalho comunitário, acionada pelos agentes do PCPR e pelos moradores de Filipa, aparece como critério para a classificação de “comunidade modelo”.

Trabalho comunitário, na fala de alguns agentes do PCPR é mencionado como sinônimo de trabalho coletivo, que teria se concretizado quando da implantação de um campo agrícola comunitário. A instalação deste campo teria sido suficiente para avaliar a capacidade de trabalhar comunitariamente, muito embora esse campo, segundo uma agente do PCPR, não tenha sido assumido pela comunidade como algo seu. Continuaram fazendo suas roças individuais, utilizando a troca de dias de trabalho entre as famílias e tecnologias próprias da comunidade:

<sup>101</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 16.

<sup>102</sup> Esta fala foi extraída da entrevista que esta moradora da Filipa, juntamente com a Sra. Donata e a Sra. Nielza me concederam no dia 9 de novembro de 2004.

[...] Para eles o campo era uma coisa à parte, era como se aquele campo fosse uma coisa de fora, não fosse uma coisa deles, quando na realidade tinha que ser pra eles, o resultado era deles, mas eles sempre tinham a roça deles e davam mais atenção à roça do que ao campo, e o campo estava praticamente abandonado, estava no mato, aí até que agente foi lá com a EMBRAPA e deu um ultimato: ou vocês abraçam a causa na realidade e cultivam o campo da maneira que tem que ser, de acordo com as orientações que estão sendo dadas ou então agente pega o projeto e coloca numa outra comunidade[...]<sup>103</sup>

Esse depoimento parece expressar que a comunidade teria tido dificuldade de se deslocar de suas formas próprias de cultivo para adotar outras consideradas, pelos técnicos, mais adequadas e mais viáveis economicamente. A não incorporação do campo comunitário da EMBRAPA é interpretada pela agente do PCPR como uma recusa no sentido de alterar as formas próprias de cultivar a terra:

Acho que era porque era uma maneira diferente de trabalhar, eles estavam acostumados com a roça no toco e eles diziam que dava muito trabalho, o campo de maneira espaçadinha, roça era mais simples porque eles jogavam as sementes e iam nascendo aleatório, misturado.[...] eu achava que era assim tipo uma barreira, o campo era na realidade uma barreira<sup>104</sup>.

A utilização da expressão barreira pela técnica parece indicar uma fronteira acionada pelos moradores da Filipa, no sentido de resguardar suas próprias formas de cultivo. Apesar de não recusarem o campo agrícola e terem cumprido todas as suas etapas, demonstraram sempre que aquela era uma prática que não fazia parte de seus costumes. Segundo um agente do PCPR, a implantação campo comunitário foi melhor aceita pela comunidade quando os técnicos começaram a acatar a idéia de plantar, no campo, as sementes nativas da comunidade.

O fato de a comunidade aceitar a implantação do campo comunitário a partir da utilização das suas sementes pode ser uma indicação de que negociou posições de status, afirmando seu lugar como detentora de um conhecimento que não é

---

<sup>103</sup> Esta fala foi extraída da que a engenheira civil da CAF de Itapecuru-Mirim, Sra. Rosangela concedeu a mim no dia 18 de janeiro de 2005.

<sup>104</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 18.

controlado exclusivamente pelos técnicos. Foram testadas pela EMBRAPA várias espécies de plantas, dentre elas o girassol e a mucuna. Segundo um agente do PCPR:

“A idéia era diversificar, mostrar pra eles que existiam outras coisas da lá fora que poderia chegar até a comunidade”

Ora, mas noção de diversificação dos cultivos faz parte do saber local da comunidade de Filipa, assim como de centenas de outras comunidades. A monocultura, como prática agrícola vem sendo adotada graças ao discurso desenvolvimentista do Pós-Segunda Guerra, tendo como expressão maior no setor agrícola a chamada Revolução Verde, levada à efeito no Brasil por intermédio dos pacotes tecnológicos desenvolvidos pelos institutos de pesquisa agropecuários, dentre os quais a EMBRAPA.



Placa que anuncia a ação da EMBRAPA em Filipa

Ser modelo é uma tarefa difícil e perigosa. Trata-se, por assim dizer, de transformar-se num espelho no qual outras comunidades deverão mirar-se. A comunidade que está servindo de modelo vê-se na obrigação de atender algumas exigências de quem está construindo o modelo. Por outro lado, há a dificuldade em

recusar a oferta de recursos e equipamentos. Esterci (1984, p. 35) pondo em questão as roças comunitárias instaladas pela CPT, refere-se à sedução das comunidades rurais ante o oferecimento de máquinas, insumos e crédito:

[...] O oferecimento de máquinas, terra, veículo e crédito, condicionados à aceitação da proposta, pode acabar seduzindo os trabalhadores e, nesse caso, inicia-se a experiência, cuja continuidade logo se torna inviável pelo acúmulo de impasses que surgem.

Os moradores de Filipa costumam fazer suas roças individualmente. A administração de todas as etapas da produção e a destinação dos seus resultados ficam subordinadas às necessidades de cada família, assim como a divisão das tarefas está sujeita aos ditames das regras familiares e aos papéis que assume dentro dela cada membro. O campo agrícola comunitário contraria essa dinâmica. Segundo a Sra. Nielza o resultado, “vai ser dividido depois da farinha”, o que impede o uso da produção de acordo com a necessidade do grupo familiar.

O campo comunitário é apresentado no âmbito da comunidade Filipa, pelos agentes do PCPR, como uma demonstração de que a comunidade é organizada. Essa construção produz efeitos na comunidade, sendo possível observar discursos de moradores que remetem para a importância do trabalho dito comunitário, na forma proposta pelo Programa:

[...] eles acham assim que não dá lucro, olha o campo comunitário dificilmente ele dá lucro, agora só que agente tem que fazer, porque agente não pode só trabalhar individual, agente tem que trabalhar coletivo também, porque a nossa área é coletiva nós não aceitamos lotear, então claro que agente tem que mostrar esse modelo, é por isso que agente está falando, pra mostrar esse modelo [risos]<sup>105</sup>.

A importância do campo agrícola comunitário é assim representada pela Sra. Nielza:

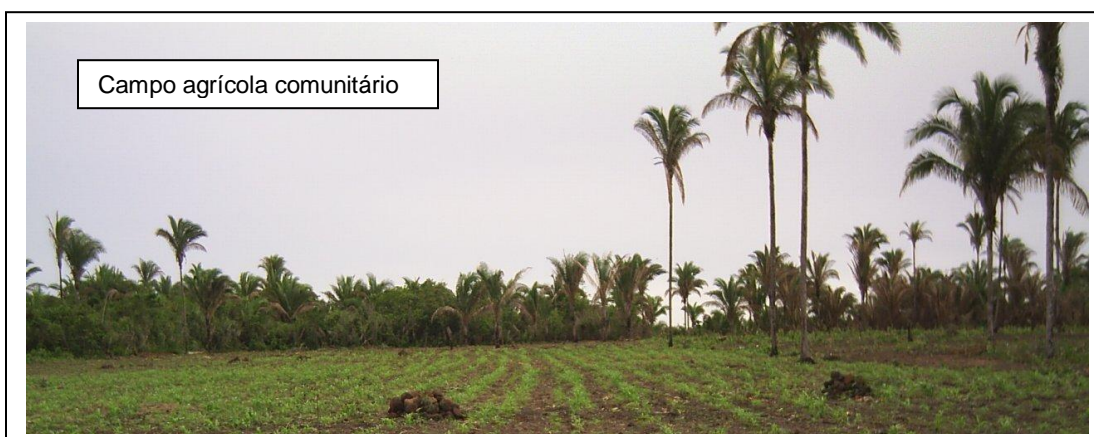
O primeiro coletivo [campo agrícola] que tivemos foi um de arroz, agora só que nós plantamos, por falta de administração nós perdemos o arroz. Até que foi

---

<sup>105</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 16.

numa área no baixo [...], nós falamos com o homem, mandamos trabalhar, nós fizemos um campo bonito, plantamos arroz mas o que nós fizemos? Todos nós, o que fizemos ao invés de cada um tirar um dia pra apanhar o arroz, lá não, cada um foi apanhar o seu primeiro e quando nós fomos apanhar o arroz, o arroz já todo caído por cima, tudo seco, foi um prejuízo danado.<sup>106</sup>

Nem todas as famílias aceitaram participar do campo agrícola comunitário, fato que expressou o dissenso interno com relação a seguir as regras do PCPR. O projeto começou com 24 famílias, ficando depois 15 famílias. Talvez por isso uma das agentes do PCPR considere que “pelo tanto de investimento que ela [Filipa] teve ainda não há um amadurecimento total em relação a questão da organização realmente para a produção, para o trabalho comunitário”.<sup>107</sup>



Isso não significa, no entanto, que os moradores não admitam fazer trabalho comunitário. Afirmam-se como organizados em torno de interesses comuns e nesse sentido desenvolvem muitas atividades de forma comunitária, como por exemplo, a administração da casa de farinha, exposta anteriormente.

A visão dos moradores da comunidade sobre a sua própria organização é diferente daquela insinuada pelo PCPR. As senhoras Nielza, Conceição e Donata afirmam que a Filipa não seria modelo considerando o que os agentes do PCPR chamam de organização, já que é resultado de uma luta interna, às vezes conflituosa. Mas, por outro lado, apontam suas práticas cotidianas e os laços de

<sup>106</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 16.

<sup>107</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 18.

parentesco como elementos que dão significado ao que estão denominando organização:

Eu pra mim, uma comunidade organizada é aquela que se reúne, que todos lutam pra que as coisas aconteçam, as coisas boas, que todo mundo quando ver uma coisa que não está certo lutar para que aquilo chamar as pessoas quando não está certo, quando fazer algumas coisas que não está correto, agente chamar pra conversar, pra sentar juntos, é ver a necessidade um do outro, ajudar em termos de doença, até mesmo de saúde mesmo, porque as vezes a pessoa tem sua roça e termina primeiro, o outro está mais atrás ele vai ajuda. E porque essa organização só depende de cada um de nós, e é por isso que eles dizem que a comunidade de Filipa é organizada assim nesse sentido<sup>108</sup>.

Por outro lado, a Sra. Conceição faz uma alusão ao processo de luta travada internamente no sentido de terem a comunidade “organizada”:

“Domingos: A Filipa é organizada D. Conceição?

D. Conceição: Eu acho [risos], não posso dizer que não.

D. Nielza: Se povo esta dizendo, nós temos que dizer também.

D. Conceição: Porque se não tiver organização não vai, por exemplo: tendo um serviço pra fazer se 2 ou 3 disser há eu não vou fazer aí já aparece 4 que faz, porque se for escutar 2 ou 3 que diz não faz, aí cai tudo n’água, aí a Filipa é organizada sim, porque quando não dá de 2 ou 3 já vai 4 ou 5, tudo aí eu já acho uma organização. Porque se não tivesse organização da feita de um dizer que não ai aí os outros todos dizia que não.

D. Nielza: Até porque agente diz vamos fazer isso aí um diz há só vou se todo mundo for, agente diz: há se for por isso ninguém faz porque nunca todo mundo vai, tem sempre que faltar uns 2. Aí reunimos outro dia aí vamos fazer a casa pro trator e pra descascar mandioca? vamos aí reunimos dois dias, antes de ontem e ontem e fizemos<sup>109</sup>.”

O que se configura nesse contexto é um campo de disputa pelo poder de afirmar o que seria uma *comunidade organizada*.

Por ocasião da passagem de um pesquisador na Filipa, que buscava informações sobre os projetos financiados pelo PCPR nesta comunidade e em Santa Rosa, veio à tona mais uma vez a discussão sobre a questão da organização da comunidade. Na sua fala inicial o pesquisador declarou que a Filipa chamava sua atenção por ser unida e organizada. A Sra. Nielza perguntou-lhe: qual união? Todos riram, deixando o pesquisador sem ação.

<sup>108</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 16.

<sup>109</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 16.

Posteriormente, quando a comunidade estava reunida, ele quis saber o motivo do espanto diante da sua afirmação. A Sra. Nielza confirmou que eram unidos, mas essa união não estava isenta de conflitos.

O processo de construção da comunidade modelo pareceu ocorrer mediante um processo de desconstrução de uma representação que estes agentes faziam da Filipa como atrasada. Em matéria veiculada em jornal local, produzida no sentido de apresentar os projetos financiados pelo PCPR, mencionados como “propostas salvadoras”, afirma-se que: “Negros da Filipa dão a volta por cima”, “Lutando contra o atraso, a comunidade quilombola encontrou, na união, a saída para o desenvolvimento sustentável”.(O Imparcial,14/06/2004, p. 6).

Os discursos dos agentes do PCPR e dos próprios moradores da Filipa apontam para a questão da organização como a “moldura” do ideal de comunidade modelo. Os interstícios dos discursos dos agentes do PCPR insinuam que o Projeto organizou a comunidade de Filipa.

Chama atenção a maneira como os agentes do PCPR vêm classificando as comunidades segundo o que entendem como níveis de organização. É interessante notar também que o status de comunidade conferido a Filipa, vai aos poucos sendo transferido para outra comunidade. Uma agente do PCPR que trabalha em Itapecuru-Mirim explica esse deslocamento mediante a comparação entre Filipa e Piqui da Rampa<sup>110</sup>:

Domingos: Como com esses aspectos que tu levantastes com relação a Filipa, vocês ainda continuam considerando ela uma comunidade modelo?

Rosângela: Depende. Porque quando agente tem outros parâmetros [risos].

Domingos: Mas ela foi em algum momento?

Rosângela: Acho que sim. Na regional sim, aí quando surgiu o Piqui da Rampa, questão de organização, união, aí ela já ficou no segundo lugar em relação à região, eu acho(grifos meus).

---

<sup>110</sup> Piqui da Rampa se auto-denomina comunidade quilombola. Esta situada no município de Vargem Grande, na microrregião do Itapecuru.



Domingos: É por intermédio do que vocês chamam de união, organização, que vocês classificam uma comunidade como modelo? O que vocês levam em consideração? Modelo de que?

Rosângela: [...] eu acho que é essa questão mesmo da organização (grifos meus), e não somente assim sobre os projetos. Porque eu acho assim, que quando a comunidade está organizada o suficiente a coisa flui mais fortemente e acaba o projeto se desenvolvendo melhor naquela comunidade que está mais organizada”<sup>111</sup>.

Na perspectiva de outra agente do PCPR, que atua no NEPE, a Filipa é uma comunidade organizada, mas Piqui da Rampa já passou à sua frente em termos de organização. Argumenta que algumas práticas que Piqui da Rampa realiza caracterizam uma comunidade organizada, referindo-se, especificamente, à administração de dois equipamentos eletrônicos adquiridos pela comunidade, que são utilizados mediante a construção de consensos internos.

Diferentemente de outros discursos de técnicos, sua fala deixa transparecer que a chamada organização não decorre propriamente das ações do PCPR, resulta das formas próprias de organização das comunidades negras.

### **3.7 Filipa: comunidade isolada?**

Os termos isolados e isolamento, no contexto da implementação do PCPR, são apresentados com diversos significados. Entre seus agentes, é utilizado tanto no sentido geográfico, para expressar a falta de estradas, coincidindo com a lógica apresentada pela comunidade de Filipa, como para se referir ao isolamento sócio-cultural, ou seja, a incomunicabilidade da Filipa.

“Isoladas há mais de 100 anos numa área de 428 hectares, pertencente ao PA Entroncamento, desapropriada em 1989 pelo INCRA, as 37 famílias de afrodescendentes fizeram várias tentativas de sair da penúria com projetos financiados pelo Banco do Nordeste[...]”.

Estas expressões fazem parte de um texto jornalístico que alude ao bom desempenho do PCPR na comunidade Filipa. Segundo esta fonte, esta comunidade

---

<sup>111</sup> Esta fala também foi extraída da entrevista mencionada na nota 16.

sofre um processo brusco de transformação que lhe encaminha para o chamado desenvolvimento sustentável através do que o jornalista denomina como “propostas salvadoras<sup>112</sup>”.

Alguns moradores da Filipa também emitem discursos que assinalam a situação de isolamento da comunidade. Com isso pretendem expressar a necessidade da estrada como via de acesso que permitiria um maior fluxo de interação com “os de fora” seja para a busca de socorro médico, para a comercialização da produção agrícola ou mesmo para se deslocarem para as festas nas comunidades vizinhas. Não se trata de isolamento como meio de proteção da identidade étnica.

A Sra. Nielza relata as dificuldades que os moradores da Filipa encontravam para viajar para outras comunidades, especialmente para as festas de tambor de tambor de crioula. Percebo que os termos isolado e isolamento são acionados no contexto da reivindicação pela construção de uma estrada, o que pode significar, também, uma forma encontrada pela comunidade para enfatizar a conquista e fortalecer o território para reivindicações futuras:

Domingos: Vocês não se comunicavam com as outras pessoas?

D. Nielza: Se comunicava, tinha um tambor na Santa Rosa nós ia a pés dançava a noite todinha e de manhã agente vinha arrependido com a chinela na mão. Ia na festa no Oiteiro, Boa Vista todos os lugares nós ia a pés, dançava a noite todinha e de manhã vinha embora, carro não vinha aqui. Ai depois carro começou vim mais só assim quando era ramal de terra, quando pegava a chover, pronto, ai as águas empoçam ai carro não vinha. [...] ponte não tinha<sup>113</sup>.

Eis aí uma diferença fundamental entre os discursos dos moradores de Filipa e o discurso de uma parte dos agentes do PCPR. Os moradores(as) da comunidade, ao acionar o termo isolamento restringem seu significado ao âmbito

---

<sup>112</sup> No item anterior tratei desta questão quando analisei o processo de construção a Filipa como comunidade modelo.

<sup>113</sup> Esta fala foi transcrita do documentário PCPR: Projeto de Combate à Pobreza Rural, produzida pela Play Vídeo para o Governo do Estado do Maranhão.

geográfico, enquanto os agentes parecem deixar nos interstícios dos seus discursos a idéia de ausência de industrialização e costumes da vida moderna.

O documentário sobre o PCPR patrocinado pelo Governo do Estado do Maranhão, não só assinala o isolamento das comunidades como supõe que se estas comunidades não tivessem adotando os “costumes da vida moderna” estariam ameaçadas de desaparecimento. Isso é perceptível quando a apresentadora do documentário do Governo do Estado afirma que as comunidades estariam sujeitas ao desaparecimento porque estavam isoladas:

Com a industrialização, as mudanças dos costumes da vida moderna e conseqüente redução dos recursos naturais esses trabalhadores e trabalhadoras ficaram ameaçados; ou aprenderiam a viver incorporando novos hábitos ou poderiam desaparecer.[...] Viviam quase isolados[...]<sup>114</sup>.

Esse argumento determinista é criticado por Almeida (1989, p. 165), pois tais idéias são subsidiárias das análises econômicas que consideram irrelevantes as modalidades de uso da terra, considerados fadadas ao desaparecimento, por se tratar de fragmentos ou vestígios, nas palavras do autor: “do passado medieval que persistem sobre os ombros dos camponeses, subjugando-os”.

Por outro lado, um agente do PCPR afirma que os projetos financiados em Filipa, como a reforma da estrada e a construção de uma ponte, foram importantes para a comunidade por que esta estaria isolada. Noto que sua idéia sobre o isolamento da comunidade corresponde àquela que os moradores de Filipa utilizam para ilustrar a situação da comunidade num dado momento de sua história. O referido agente se expressa assim:

“Filipa, até 6 anos atrás [...] era totalmente isolada, eles atravessavam pelo rio quando iam pra cidade, certo?”<sup>115</sup>.

---

<sup>114</sup> Trecho da introdução do documentário em vídeo sobre o PCPR de autoria do Governo do Estado do Maranhão.

<sup>115</sup> Esta fala foi extraída da entrevista realizada com o representante da Casa da Agricultura Familiar de Itapecuru-Mirim, no dia 8 de novembro de 2004.

Na Antropologia, a referência ao isolamento como critério para a constituição de grupos étnicos tem sido discutida por vários autores. Barth (1997, p.188) quando trabalha a noção de grupo étnico afirma que as fronteiras étnicas persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Insiste que as distinções étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias individuais. Acrescenta que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são freqüentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. As distinções culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos.

Morrin (2002, p. 23-24) discorrendo sobre os aspectos relativos à situação econômica, social e cultural de Filipa<sup>116</sup>, assinala que “algumas pessoas acham que a comunidade é atrasada” porque é isolada e “remota”. No mesmo artigo esta autora analisa a implementação do PROCERA e a atuação do CCN nesta comunidade, o que torna sem sentido a designação de isolamento que é atribuída à Filipa.

Os argumentos em torno da idéia de que as comunidades negras constituem espaços isolados não é algo recente. Lima (1980, p. 5) considera que constituem isolados negros “os povoados desprovidos de mecanismos de progresso social e cultural e resultante [...] do abandono de fazendas”. Para este autor, Bom Jesus e São Domingos (localizado no município de Lima Campos), e Santo Antonio dos Pretos (localizado no município de Codó) enquadram-se nessa classificação.

---

<sup>116</sup> Judith Morrison veio ao Maranhão por intermédio de uma instituição norte-americana denominada Inter-American Foundation. A referida senhora escreveu um artigo sobre algumas comunidades negras do Maranhão, que tendo como título: Aproveitando o Potencial das Comunidades Afro-Latinas. As informações deste artigo foram apresentadas no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinos Americanos.

Almeida (2005, p. 17) ressalta que esquemas interpretativos, que consideram como “isolados negros” as comunidades do tipo da Filipa, nutriram os argumentos de cientistas sociais dos anos de 1940 e 1950.

Este autor ressalta ainda que esse suposto isolamento, considerado pelos cientistas sociais daquela época, sofreu um processo de deslocamento mediante as interpretações que dão conta de que, ao invés do isolamento, as relações sociais estabelecidas pelos grupos é que dão força à identidade étnica.

O termo isolamento, é utilizado para expressar diferentes situações, denotando significados distintos para a comunidade e para os agentes do PCPR.

Observo também, que PCPR se constitui num campo de lutas no qual as concepções presentes na comunidade entram em confronto com as perspectivas dos agentes que executam o projeto. Isso pode ser notado desde a definição do seria a Filipa enquanto comunidade singular, sua classificação como pobre; comunidade modelo; comunidade isolada e comunidade negra rural.

#### 4. À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O PCPR incorpora as noções naturalizadas de pobreza oriundas do discurso e da prática dos grandes organismos internacionais, como o Banco Mundial e o PNUD, que, segundo Sprandel (2004 p. 138), considera a *pobreza* e os *pobres* de forma quase naturalizada, como um dado da realidade, atemporal e generalizado geograficamente. Esta autora enfatiza ainda, que estes organismos, na fase mais recente e “progressista”, vêm defendendo o *empowerment* dos pobres e afirmam que suas vozes precisam ser ouvidas.

Especificamente sobre a generalização do *empowerment* empreendida pelo Banco Mundial, Romano (2002 p. 6) afirma que há em curso um processo de *tecnicização* do *empowerment*, pois na maioria dos projetos financiados por este bando e por outros organismos internacionais proliferam cursos de capacitação ministrados por consultores investidos num saber de especialistas em “metodologias participativas de empowerment”.

A implementação do PCPR na Filipa parece estar associada à noção de que os chamados programas de combate à *pobreza rural* devem ser direcionados prioritariamente às chamadas comunidades quilombolas e indígenas porque estas são consideradas, mediante os indicadores do PNUD, mais pobres do que as demais.

A motivação das políticas de *combate à pobreza rural*, no caso específico do PCPR, é atingir o *desenvolvimento*. Essas políticas apontam para idéia de que *pobreza* é sempre *pobreza* de *desenvolvimento*. Em outros termos, os lugares classificados como *pobres* são aqueles que não se incorporaram os padrões universalizantes de riqueza material.

O PCPR contribuiu para a construção de novos elementos identitários na Filipa, oriundos da relação entre a comunidade e os agentes deste Projeto. Percebi que, além dos financiamentos, o PCPR gerou novas demandas; reforçou identidades acionadas pelos nativos, contribuindo, também, para a construção de novas identificações, a exemplo, *comunidade modelo* e *comunidade pobre*.

Na Filipa, a ação do PCPR foi diferenciada da maioria das comunidades. Foram financiados quatro projetos, enquanto nas demais comunidades foram implantados um ou no máximo dois projetos. Além disso, a Filipa obteve visibilidade por ter sido escolhida pelos agentes do PCPR como *comunidade modelo*.

Ao ser colocada em posição de destaque, favoreceu o atendimento de suas demandas junto as mais diferentes entidades, favorecendo, ainda, a inserção de novos projetos. Os agentes do PCPR articularam uma série de ações e projetos complementares aos financiamentos do PCPR, como: cursos de capacitação em beneficiamento de mandioca; aquisição de equipamentos agrícolas; projeto de criação de galinhas e construção tanques para a criação de peixes.

Dentre as ações articuladas pelo PCPR, que não estavam previstas pelo Projeto, está a valorização do Tambor de Crioula. O Tambor de Crioula é a manifestação cultural que a Filipa dá mais ênfase. É apresentado como um elemento constituinte de sua singularidade. Através de articulações com a Gerência de Itapecurú Mirim, foi possível fornecer tecidos para a confecção de uma indumentária para o ritual. A comunidade passou a ser convidada a fazer apresentações em São Luis e Itapecuru-Mirim, dando mais visibilidade à manifestação e reforçando a auto estima da comunidade.

Os agentes do PCPR, denominaram essa ação “resgate do Tambor de Crioula da Filipa”. Importa ressaltar que não se trata de “resgate”, pois o Tambor de Crioula nunca esteve perdido. Ao contrário, estava/está muito presente na vida da comunidade.

A elaboração do Projeto Identidade, através o qual o Governo do Estado do Maranhão redireciona os recursos do PCPR para as chamadas comunidades indígenas e quilombolas, foi influenciada por suas ações na Filipa. Este Projeto direciona as ações prioritariamente para as comunidades negras rurais do estado

Como todos os agrupamentos humanos, a Filipa constrói e desconstrói fronteiras, numa dinâmica de identificação que aciona diferentes elementos com base em interesses, políticos, econômicos e culturais. Nesse movimento, as categorias mais acionadas são: *comunidade, comunidade negra, quilombo, assentamento, pobreza*. Dependendo do contexto, alguns desses elementos são priorizados. A categoria quilombo, por exemplo, é acionada como um instrumento de ação política, cuja eficácia encontra-se no seu acionamento num contexto em que as chamadas quilombolas são configuradas como sujeitos de direitos, na Constituição Federal, na legislação que busca regulamentar o Art. 68 do ADCT e na formulação de políticas públicas.

A Filipa se constitui num grupo étnico, diferencia-se de outras comunidades mediante um sistema de vida próprio, peculiaridade que não foi devidamente observada pelo PCPR. Os projetos financiados para a Filipa estavam enquadrados nos critérios pré-estabelecidos pelos seus elaboradores. Dessa maneira, o diferencial étnico da Filipa não foi considerado na perspectiva de construção de uma cidadania diferenciada.

Consoante Coelho (2002 p. 21), é incontestável a afirmação de que o Brasil é um país multicultural. Tal afirmação evidencia a diversidade que constitui o Brasil. Esta autora ressalta também que o reconhecimento da multiculturalidade é um processo recente, cuja formalização se dá na Constituição de 1988.

Importa também destacar que a concepção de *desenvolvimento e desenvolvimento sustentável*, presentes no PCPR, tomam como referência os



países capitalistas do ocidente, desconsiderando modos alternativos de organização social e econômica.

Apesar do PCPR ter buscado implementar a visão desenvolvimentista na Filipa, desconsiderando suas especificidades, seus moradores souberam se apropriar das ações ressignificando-as segundo seus interesses.

Pude perceber que as políticas ditas de combate à pobreza podem ser capitalizadas de forma positiva pelos grupos, imprimindo nessas políticas as marcas do local, como fez a Filipa com o PCPR.

## Bibliografia

---

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio – uso comum e conflitos. In: Na Trilha dos Grandes Projetos, Modernização e Conflitos na Amazônia. CASTRO, Edna M. R de & HÉBETTE, Jean (orgs) – Belém: NAEA/UFPA, 1989.

\_\_\_\_\_. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista. São Luís: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

\_\_\_\_\_. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_. O Projeto Vida de Negro como Instrumento de Múltiplas Passagens. In: Vida de Negro no Maranhão: Uma Experiência de Luta, Organização e Resistência nos Territórios Quilombolas. Coleção Negro Cosme Vol. IV. – São Luís-MA, SMDH/CC-MA/PVN, 2005.

Azanha, Gilberto. Etnodesenvolvimento, Mercado e Mecanismos de Fomento – as Possibilidades de Desenvolvimento Sustentado para as Sociedades Indígenas no Brasil. Disponível em: <[www.laced.mn.ufrj.br](http://www.laced.mn.ufrj.br)> acesso em 03 de julho de 2005.

Bandeira, Maria de Lodes. In: Leite, Ilka Boaventura. O Legado do Testamento: A Comunidade de Casca em Perícia. - 2ª edição – Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico; tradução Fernando Tomaz. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. A Economia das Trocas Lingüísticas. O que falar quer dizer. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

Búrigo, Fábio Luiz. Pobreza: Um Conceito em Transformação. Santa Catarina: mimeo, 2002.

Cantanhede, Domingos & Silva, Vera Lúcia Costa. PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. - São Luis: FETAEMA, 1997.

Centro de Cultura Negra do Maranhão. In: Tipiti: a Revista Eletrônica das ONG's do Maranhão. Disponível em:<<http://www.revistatitipi.com.br>> acesso em 16 de maio de 2005.

\_\_\_\_\_. e Coordenação Estadual dos Quilombos. Projeto Vida de Negro. – São Luís: CCN/CEQ, 1997.

Castel, Robert. As metamorfoses da questão social : uma crônica do salário; tradução de Iraci D. Poleti . Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CONTAG. CONTAG, 40 anos. Brasília: CONTAG, 2004.

Carneiro, M. D. et alii. A miséria da Reforma e Reforma da Miséria. São Luís: Cadernos Tempos Novos, 1998.

Coelho, Elizabeth Maria Beserra. Estado Nacional e Cidadania Diferenciada. Trabalho apresentado na Reunião da ANPOCS, mimeo: 2004.

\_\_\_\_\_. Territórios em Confronto: A dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão. São Paulo: Hicitec, 2002.

Cuéllar, Javier Pérez de. Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. – Campinas – SP: Papirus, Brasília: UNESCO, 1997.

Conceição, Jônatas & Barbosa, Lindalva (orgs). Quilombo de Palavras: A Literatura dos Afro-Descendentes. – 2ª ed., Salvador: CEAO/UFBA, 2000.

Demo, Pedro. Pobreza Política, 6ª ed. Campinas-SP: Ed. Autores Associados, 2001.

Durkheim, Emile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Douglas, Mary & Isherwood, Baron; tradução Plínio Dentzien. O Mundo dos Bens: Para uma antropologia do consumo. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

Estatuto da Terra. Disponível em <[www.soleis.adv.br](http://www.soleis.adv.br)> acesso em 20 de julho de 2005.

Esterci, Neide. Roças Comunitárias: Projetos de Transformação e Formas de Luta. In: Cooperativismo e Coletivização no Campo: Questões sobre a Política da Igreja Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1984.

Escobar, Arturo. La invención del Tercer Mundo: Construcción y Deconstrucción del Desarrollo. Santafé de Bogotá: Editorial Norma S.A, 1996.

\_\_\_\_\_. Antropologia y desarrollo. Disponível em: [www.unesco.org/issj/rics154/escobarspa.html](http://www.unesco.org/issj/rics154/escobarspa.html) acesso em 06 de julho de 2005.

Esteve, Gustavo. Desarrollo. In: Viola, Andreu (comp.). Antropologia del desarrollo: Teorías y estudios etnográficos en América Latina. – Barcelona: Paidós Studio, 2000.

Ferreira, Ricardo Franklin. Afro-descendente: identidade em Construção. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

Fonseca, Graziane G. & Melo, Raimundo Jose de C. Projeto de Combate à Pobreza Rural do Estado do Maranhão – PCPR: Relatório de Avaliação. São Luís: GEAGRO/Banco Mundial, 2002.

Governo do Estado do Maranhão. PCPR: Projeto de Combate à Pobreza Rural. Documentário em VHS. São Luís: Play Vídeo, 2004.

Gonçalves, Maria de Fátima Costa. A Reinvenção do Maranhão Dinástico. São Luís: UFMA, 2000.

\_\_\_\_\_. Abalando os Alicerces da “Casa do Rei: por uma proposta metodológica. In: Série Políticas Públicas em Debate, v.3, nº 2, julho/dezembro 2003. São Luís: PPGPP/UFMA, 2003.

Gusmão, Neuza Maria de. Caminhos Transversos: Território e Cidadania Negra. In: Terra de Quilombos. O’Dwyer, Eliane C. (org.). Rio de Janeiro: ABA/UFJR, 1995.

Hall, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade – 9ª ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Houaiss, Antonio. Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa. - Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

Instituto Paulo Montenegro. Analfabetismo funcional. Disponível em: <www.ipm.org.br > acesso em 15 maio de 2005.

Johnson, Allan G. Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica; tradução, Ruy Jungmann. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Kymlicka, Will. Cuidadanía multicultural: uma teoria liberal de los derechos de las minorias. – Barcelona: Paidós, 1996.

Lenoir, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: Dominique Merllié et al. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Leite, Ilka Boaventura. O Legado do Testamento: a Comunidade de Casca em perícia. – 2ª edição – Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

Lima, Olavo Correia; Azevedo, Ramiro Corrêa. Isolados Negros no Maranhão. – São Luís: São José, 1980.

Melo, Eunice Homem de. Os vários analfabetismos. Disponível em: www.acordeduca.com.br acesso em 15 de maio de 2005.

Medeiros, Leonildes Sérvolo. História dos Movimentos Sociais no Campo. – Rio de Janeiro: Fase, 1989.

Miranda, E. E. de; Coutinho, A. C. (Coord.). Brasil Visto do Espaço. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2004. Disponível em: <http://www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 6 maio 2005.

Morrison, Judith. Aproveitando o potencial das comunidades Afro-Latinas. In: Desenvolvimento Econômico em Comunidades Latino-Americanas de Descendência Africana. – Washington D.C: Inter American Foundation, 2002.

NEPE. Filipa sai do anonimato devido a projetos de combate à pobreza. Disponível em: <<http://www.nepe.ma.gov.br>>. Acesso em 17 de agosto de 2005.

O'Dwyer, Eliane Cantarino. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: Quilombos: identidade étnica e territorialidade. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Paixão, Marcelo J. P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

Paugan, S. Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo. Educ/Cortez, 2003.

Pacheco, Marcos Antonio Barbosa. Direitos Humanos e Estado Multicultural. Políticas e direitos étnicos na Constituição Federal de 1988. Tese Defendida no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas - UFMA. São Luis, 2004

Romano, Jorge O. Empoderamento: Recolocando a Questão do Poder no Combate à Pobreza. – Rio de Janeiro: Actionaid, 2002.

Santos, José Vicente Tavares dos. Depois da Constituinte a colonização agrícola uma solução para a crise agrária brasileira? In: Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ano 18, nº 2, agosto/novembro. – São Paulo: ABRA, 1988.

Soares, Ricardo Pereira. O Financiamento do Banco Mundial ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Nordeste (PAPP). – Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

Sprandel, Márcia Anita. A pobreza no paraíso tropical: Interpretações e discursos sobre o Brasil. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: número Antropologia da Política/UFRJ, 2004.

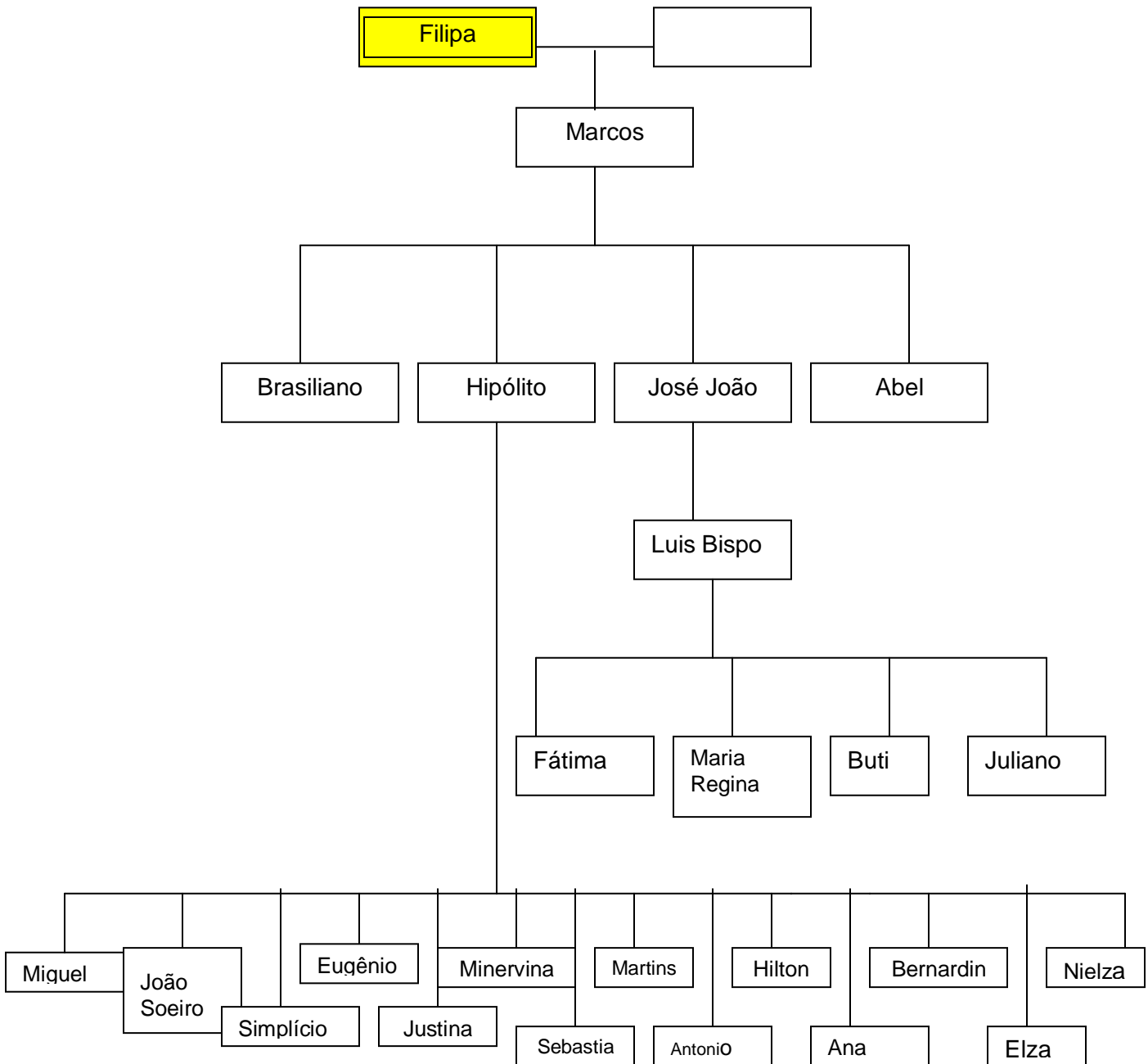
Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Viola, Andreu (comp.). Antropologia del desarrollo: Teorías y estudios etnográficos en América Latina. – Barcelona: Paidós Studio, 2000.

Veiga, José Eli da. A insustentável utopia do desenvolvimento. Comunicação apresentada no seminário "A reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil", CEDEPLAR/ANPUR, MG, 1991.

## *ANEXOS*

## Os descendentes de Filipa



### Resumo dos projetos financiados para a Filipa

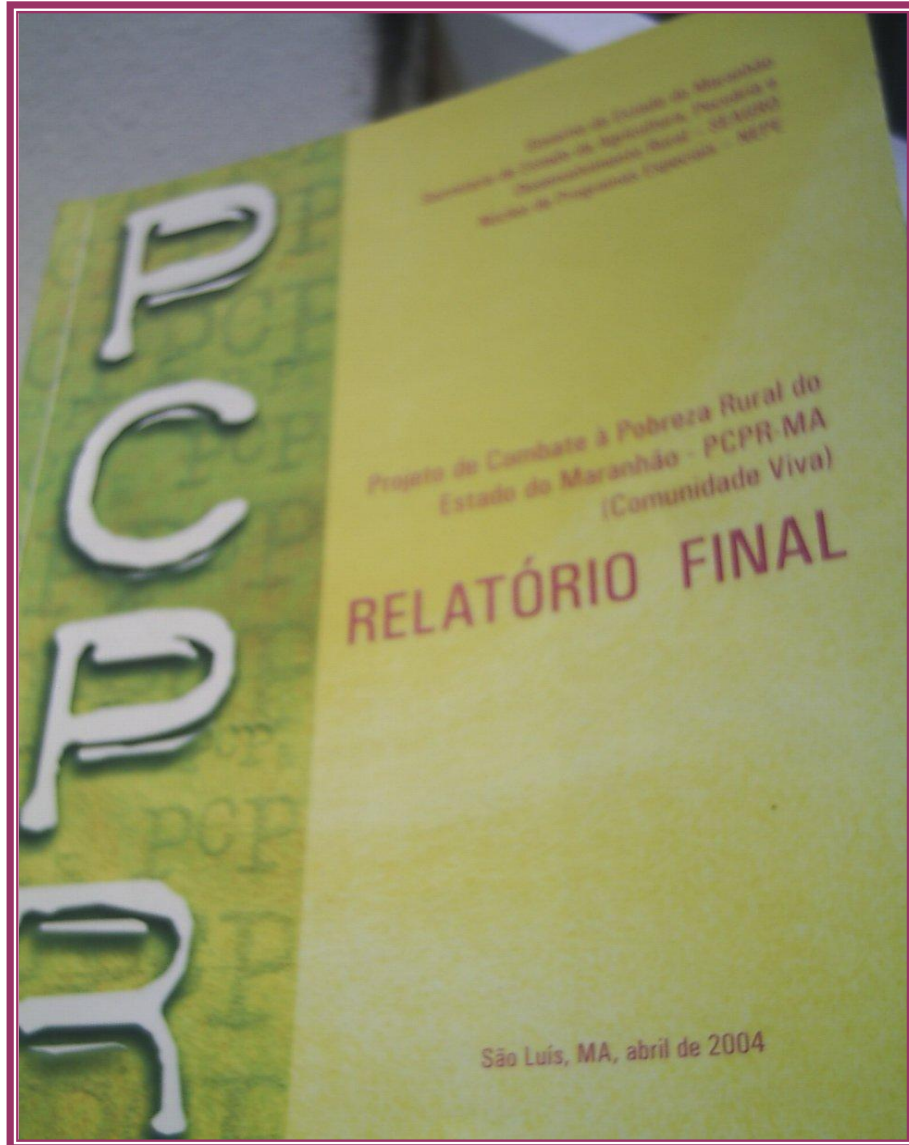
Objeto dos financiamentos	Ano	Fonte de Financiamento	Situação atual
Casas de Alvenaria	2003	PCPR	Foram construídas 19 casas com uma área de m <sup>2</sup> , cobertas de telha e piso de cimento bruto. Não são rebocadas, nem pintadas.
Barragem	2001/2002	PCPR	A barragem encontra-se com bom nível de água. Mas ainda não cumpriu seu objetivo que é a transposição de água para os tanques de criação de peixes, pois estes ainda não foram concluídos.
Agroindústria (casa de farinha e mini-usina de beneficiamento de arroz)	2002	PCPR	Está funcionando regularmente.
Rede de distribuição de água	2003	PCPR	Atende 100% das famílias, todas possuem água encanada nas suas casas.
Tanques de Piscicultura	Início: junho de 2003	SEAGRO/Orçamento do Estado (cf. informações da comunidade e de dois funcionários da CAF)	A obra não foi concluída.
Criação de Galinha caipira	2001	Embrapa	Atende apenas uma família, os agentes do PCPR denominam de Unidade Demonstrativa
Campo Experimental de mandioca	----	Embrapa	16 famílias envolvidas.
Micro-trator	2004	SEAGRO/Orçamento do Estado (cf. informações da comunidade .	Não está funcionando.
Plantio de Abacaxi, cana e banana e bovinocultura	1991	PROCERA	Desativado
Posto de saúde	-----	INCRA	Possui uma agente de saúde da própria comunidade que presta primeiros socorros.



Cartaz de divulgação do PCPR



Relatório Final do PCPR





**Altar dos padroeiros de Filipa: São Sebastião e São Benedito**



**Procissão em homenagem a São Sebastião (20.01.2005)**





**Tambor de Crioula de Filipa: apresentação I Conferência de Igualdade Racial**

Variedades de milhos nativos da Filipa: *comum* e *galego*





**Posto de Saúde (financiado pelo INCRA)**



**Visita de Universitários**







# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)